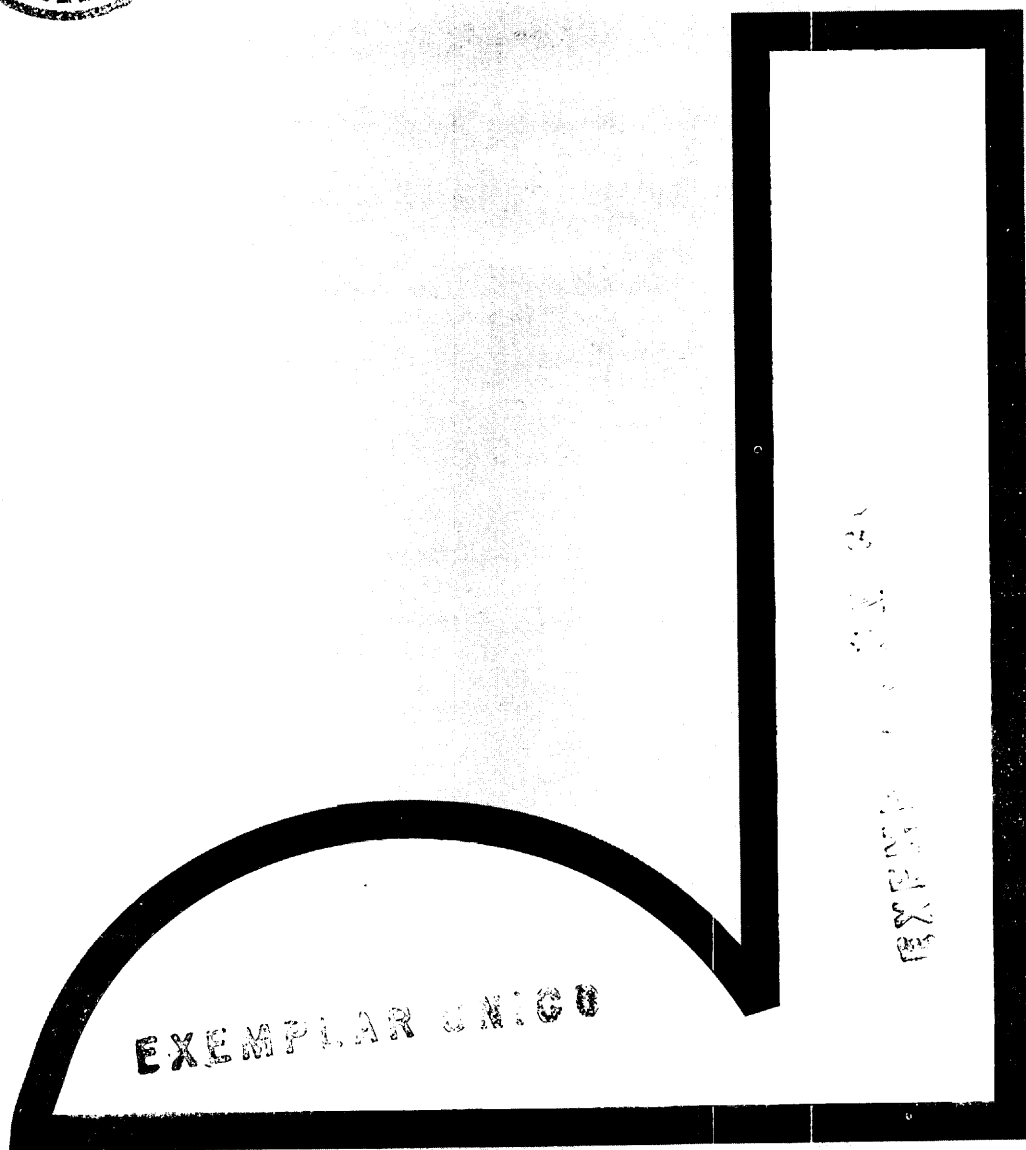




EXEMPLAR ÚNICO

República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA		
<p>Presidente Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</p> <p>1º Vice-Presidente Geraldo Melo - PSDB - RN</p> <p>2ª Vice - Presidente Júnia Marise - Bloco - MG</p> <p>1º Secretário Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</p> <p>2º Secretário Carlos Patrocínio - PFL - TO</p>	<p>3º Secretário Flaviano Melo - PMDB - AC</p> <p>4º Secretário Lucídio Portella - PPB - PI</p> <p>Suplentes de Secretário 1ª Emilia Fernandes - Bloco - RS 2º Lúdio Coelho - PSDB - MS 3º Joel de Hollanda - PFL - PE 4º Marluce Pinto - PMDB - RR</p>	
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor(1) Romeu Tuma - PFL - SP Corregedores Substitutos(1) Ramez Tebet - PMDB - MS Joel de Hollanda - PFL - PE Lúcio Alcântara - PSDB - CE</p>	<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores(2) Nabor Júnior - PMDB - AC Waldeck Ornelas - PFL - BA (3) Emilia Fernandes - Bloco - RS José Ignácio Ferreira - PSDB - ES Lauro Campos - Bloco - DF</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Elcio Alvares - PFL - ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Arruda - PSDB - DF Vilson Kleinübing - PFL - SC Ramez Tebet - PMDB - MS Romeu Tuma - PFL - SP</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Gilberto Miranda Romero Jucá Romeu Tuma Júlio Campos</p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Jader Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Fernando Bezerra Gilvam Borges</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO</p> <p>Líder Eduardo Suplicy</p> <p>Vice-Líderes Sebastião Rocha Antonio Carlos Valadares Roberto Freire José Eduardo Dutra</p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sergio Machado</p> <p>Vice-Líderes Osmar Dias Jefferson Péres José Ignácio Ferreira Coutinho Jorge</p> <p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder Epitácio Cafeteira</p> <p>Vice-Líderes Leomar Quintanilha Esperidião Amim</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Odacir Soares</p>

Atualizada em 13-04-98

(1) Reeleitos em 02-04-97.

(2) Designação: 16 e 23-11-95.

(3) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 07.04.98.

EXPEDIENTE	
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Claudianor Moura Nunes Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações Júlio Werner Pedrosa Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carneiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Marcia Maria Correa de Azevedo Diretora da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Bacre Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, n° 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 33ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 23 DE ABRIL DE 1998

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Ofício nº 108/98, na origem, de 14 do corrente, do Governo do Estado de Minas Gerais, encaminhando a documentação referente ao leilão de Letras Financeiras do Tesouro de Minas Gerais – LFT/MG, em substituição aos títulos vencidos em 1º de abril de 1998. A matéria, anexada ao Projeto de Resolução nº 165, de 1997, vai à Comissão de Assuntos Econômicos. 06948

Presença na Casa do Sr. José Wellington Roberto, suplente convocado pela representação do Estado da Paraíba, em virtude do falecimento do titular, Senador Humberto Lucena. 06948

1.2.2 – Prestação do compromisso regimental e posse do Senador José Wellington Roberto.

1.2.3 – Comunicação

Do Senador Wellington Roberto, referente à sua filiação partidária e nome parlamentar. 06949

1.2.4 – Requerimentos

Nºs 256 e 257, de 1998, de autoria do Senador Geraldo Melo e outros Senadores, e do Senador Hugo Napoleão, respectivamente, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Deputado Luís Eduardo Magalhães. **Aprovados**, após usarem da palavra os Senadores Romeu Tuma, Francelino Pereira, Ronaldo Cunha Lima, Eduardo Suplicy, Elcio Alvares, Ney Suassuna, Josaphat Marinho, Pedro Simon, Lúdio Coelho, Bernardo Cabral, Romero Jucá, Hugo Napoleão, Artur da Távola, Esperidião Amin, Lúcio Alcânta-

ra e José Agripino, a Senadora Emilia Fernandes e os Senadores Ademir Andrade, Bello Parga e Mauro Miranda. 06949

1.2.5 – Observação de um minuto de silêncio

1.2.6 – Requerimento

Nº 258, de 1998, de autoria do Senador Hugo Napoleão e outros Senadores, solicitando a realização de uma Sessão Especial do Senado Federal destinada a reverenciar a memória do ex-Presidente da Câmara dos Deputados e Líder do Governo, Deputado Luís Eduardo Magalhães. **Aprovado**. 06972

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DE COMISSÃO

4ª Reunião ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 7 de abril de 1998. 06973

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 721 a 740, de 1998. 06999

4 – MESA DIRETORA

5 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

6 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

7 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

11 – CONSELHO COMPOSTO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 1, DE 1998-CN

Ata da 33ª Sessão Não Deliberativa, em 23 de abril de 1998

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Geraldo Melo, Ronaldo Cunha Lima e Carlos Patrocínio.

(Inicia-se a sessão às 10 horas)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência recebeu, do Governo do Estado de Minas Gerais, o Ofício nº 108/98, na origem, de 14 do corrente, encaminhando documentação referente ao leilão de Letras Financeiras do Tesouro de Minas Gerais em substituição aos títulos vencidos em 1º de abril de 1998.

O expediente, anexado ao processado do Projeto de Resolução nº 165, de 1997, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Encontra-se na Casa o Sr. José Wellington Roberto, suplente convocado da representação do Estado da Paraíba, em virtude do falecimento do titular, Senador Humberto Lucena.

S. Exª encaminhou à Mesa o diploma que será publicado na forma regimental, e também os demais documentos exigidos por lei.

É o seguinte o diploma encaminhado:



Justiça Eleitoral do Estado da Paraíba
Tribunal Regional Eleitoral

DIPLOMA

O Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Paraíba,

no uso de suas atribuições legais, confere o presente diploma de 1º SUPLENTE DE SENADOR
ao(a) cidadão(a) JOSÉ WELLINGTON ROBERTO *eleito(a) em* 03 *de* OUTUBRO *de*
19 94, tendo obtido 415.900 *votos, pelo(a)* COLIGAÇÃO "FRENTE PARAÍBA",
de acordo com o parágrafo único do artigo 215, do Código Eleitoral.

JOÃO PESSOA, 15 de DEZEMBRO de 1994.

Desembargador Presidente

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Designo comissão, formada pelos eminentes Senadores Ronaldo Cunha Lima, Ney Suassuna e Jefferson Péres, para conduzir S. Exa. ao plenário do Senado, a fim de prestar o compromisso regimental.

Tratando-se da posse de um novo representante da Bancada do Estado da Paraíba, convido o nobre Senador Ronaldo Cunha Lima a presidir a cerimônia de posse.

O Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ronaldo Cunha Lima, 1º Secretário.

(O Senador José Wellington Roberto é conduzido ao plenário e presta, junto à Mesa, o seu compromisso. Os presentes deverão permanecer de pé.)

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Solicito que o Sr. José Wellington Roberto preste o juramento de praxe.

O SR. JOSÉ WELLINGTON ROBERTO (PMDB – PB) – "Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do País, desempenhar fiel e lealmente o mandato de Senador que o povo me conferiu, e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil".

O SR. PRESIDENTE (Ronaldo Cunha Lima) – Declaro empossado, como Senador da República, o nobre Sr. José Wellington Roberto, que, a partir deste momento, passa a participar dos trabalhos da Casa.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna.

É lida a seguinte:

Em 23 de abril de 1998

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência à vista do disposto no art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado da Paraíba, em substituição ao Senador Humberto Lucena, adotarei o nome parlamentar abaixo consignado e integrarei a bancada do PMDB.

Atenciosas saudações.

Assinatura

Nome parlamentar: **Wellington Roberto.**

O Sr. Ronaldo Cunha Lima, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A comunicação que acaba de ser lida vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 256, DE 1998

Requeremos, na forma regimental, as seguintes homenagens pelo falecimento do *deputado Luis Eduardo*

Magalhães

- inserção em ata de um voto de profundo pesar;
- apresentação de condolências à família e ao Estado da Bahia
- seja observado um minuto de silêncio em sua memória.

1º) levantamento da sessão

2ª) das Sessões, em 23.04.98

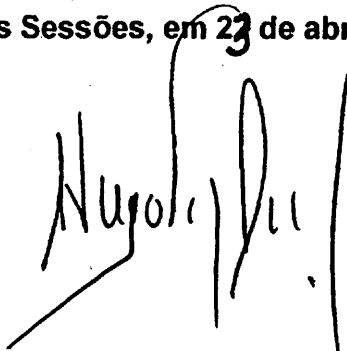
Ronaldo Cunha Lima
Wellington Roberto
Jefferson Péres
Ney Suassuna
Assinaturas

REQUERIMENTO Nº 257, DE 1998

Pelo falecimento do Deputado Luís Eduardo Magalhães, requeremos, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens:

- a) inserção em ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família e ao Estado da Bahia;
- c) levantamento da sessão.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1998.



O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Esses requerimentos dependem de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, eu consultava o Senador José Sarney sobre se deveria fazer o encaminhamento, porque creio que, nesta hora, o silêncio diz mais que qualquer palavra. Este encaminhamento, em tese, será desnecessário; o requerimento será aprovado, sem dúvida alguma, por unanimidade.

Eu me permitiria ler uma mensagem de D. Lucas Moreira Neves, publicada hoje no jornal **O Globo**, em que é feita referência à perda do nosso querido Luís Eduardo, filho do nosso Presidente. D. Lucas, Presidente da CNBB, diz o seguinte:

"Posso imaginar a dor de dona Arlette e do Senador Antonio Carlos Magalhães, que tinha em Luís Eduardo um filho afetuoso e um

homem de grande projeção, apesar de sua juventude. Quero manifestar minha profunda solidariedade com eles pela perda irreparável. O Brasil perde um político que já havia dado bastante de si ao País e que poderia ter dado mais. Sempre que precisava, recorria a ele para conhecer melhor os projetos em tramitação na Câmara dos Deputados."

A jornalista Míriam Leitão escreveu o seguinte artigo:

"A morte do futuro

Luís Eduardo Magalhães era um sonho. Do pai, da Bahia e do maior Partido da Câmara. Era um projeto dos liberais, do mercado, de vastos segmentos da economia que viam nele um representante perfeito do Brasil reformado, moderno e integrado ao mundo. Os planos foram encerrados com brutalidade. O Brasil ficou mais incerto, com um cenário mais turvo. Alguns líderes quando morrem levam parte da História. Ele levou parte do futuro".

Dizia eu que o destino foi cruel, que a inversão cronológica da vida é cruel. Mas, como bem lembrou

um membro do meu gabinete, os desígnios de Deus nunca são cruéis, são sábios. Quando alguém perde um filho, todos oramos para que não aconteça o mesmo conosco. No entanto, da nossa fé vem a certeza de que Deus sabe o que faz.

Oramos para que o Senador Antonio Carlos Magalhães procure vencer esse momento de tanta adversidade e continue a sua caminhada a serviço do País. Que Deus o ilumine e o ajude a atravessar essa grande dificuldade.

Sou favorável inteiramente à aprovação do requerimento.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL-MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL-MG) Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, sem dúvida, esta é a decisão mais difícil do Senado da República. Não deveria haver orador, mas apenas uma manifestação de aprovação ao requerimento, por meio do silêncio, em homenagem a Luís Eduardo Magalhães.

Perdemos um grande Líder. Desde logo, transmitimos à sua família e ao seu pai o nosso abraço de condolências, de tristeza e de dor e, ao mesmo tempo, de esperança no futuro da Bahia e do Brasil. Estamos aqui, em nome do Partido da Frente Liberal, para transmitir ao companheiro e correligionário a dor imensa que desola nosso coração e aumenta ainda mais as nossas responsabilidades perante o futuro.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB-PB) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB-PB) Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, eu vi, os meus olhos viram os seus olhos chorando. Eu vi, a minha alma viu a sua alma em prantos. Eu vi, meu coração viu o seu coração em pedaços. Para usar a expressão augustiana, todos nós vimos a sua dor chorando. O pai diante do filho morto, e nós a nos interrogar quem havia morrido mais: o filho de olhos fechados ou o pai com o coração com chagas abertas. Eu vi, todos nós vimos o Brasil diante de uma esperança morta. Nós vimos, todos nós vimos como que o futuro sendo interrompido. Nós vimos e participamos dessa dor, e é por isso que a ela me associo, no tes-

temunho de solidariedade ao pai, no preito de saudade ao filho, porque se, de um lado, o Brasil inteiro lamenta a morte de um Líder; de outro, esse Líder é filho de um homem que parece, nesse instante, também com o coração partido, com a alma em prantos, chorar a sua dor.

A minha palavra de solidariedade ao pai que sofre, ao filho que morre; o testemunho de apoio à manifestação desta Casa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT-SP) Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Geraldo Melo, Sr^{as}. e Srs. Senadores, como Líder do Partido dos Trabalhadores e Líder do Bloco da Oposição, externo nosso sentimento de pesar ao Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado e do Congresso, e a toda a sua família pela perda desse extraordinário homem público, seu filho, o Deputado Luís Eduardo Magalhães.

Todos nós Senadores tivemos a oportunidade de testemunhar o amor do pai Antonio Carlos por seu filho Luís Eduardo. Frequentemente, durante as nossas sessões, o Deputado Luís Eduardo aqui comparecia, sempre que havia um intervalo ou algum momento em que S. Ex^a pudesse deixar a sessão da Câmara, antes como Presidente, mais recentemente como Líder do Governo naquela Casa. Víamos que o Deputado aqui chegava, dizia uma palavra ao pai, às vezes uma mensagem importante sobre os destinos do País, sobre o que se passava na Câmara ou no Senado. Essas palavras sempre eram acompanhadas de um abraço ao pai. Nessas oportunidades, o Deputado Luís Eduardo nos dirigia um cumprimento, um aceno, o que caracterizava sua cortesia, a forma civilizada e exemplar de tratar as pessoas, inclusive nós, da Oposição.

Em diálogo com nossos companheiros Deputados Federais do PT e de outros Partidos de Oposição, inclusive com a Deputada Marta Suplicy, minha mulher, Deputado José Genoino e tantos outros ficou claro que sempre pudemos confiar na palavra dada pelo Deputado Luís Eduardo. Por essa razão ele se engrandeceu, assumindo postos tão importantes: Líder do PFL, Presidente da Câmara, Líder do Governo.

S. Ex^a tinha energia, clareza para expor as idéias em que acreditava. Era extremamente assertivo, mas gostava de ouvir também as idéias que a Oposição apresentava. Estive em seu gabinete algu-

mas vezes e pude constatar que ele tinha prazer em conversar, em ouvir. Certo dia, disse a ele que gostaria de expor uma das proposições que sempre defendo: o Programa de Garantia de Renda Mínima. Ouviu-me com atenção. Ao término, disse-me que era favorável à proposição. Tive conhecimento, por um dos membros da Direção Nacional do PFL, o publicitário Mauro Salles, que, graças a essa compreensão de Luís Eduardo, o PFL inseriu no seu novo documento "Uma Política Social para o Brasil", a recomendação de uma renda mínima em termos nacionais.

Pudemos todos compreender a dor, o sofrimento do Presidente Antonio Carlos Magalhães, de sua esposa, de seus filhos e filhas. Queremos dizer que, no nosso entender, se a sua carreira foi interrompida por essa fatalidade, por outro lado, certamente a sua vida servirá de exemplo para tantos brasileiros.

Poderíamos até fazer um paralelo com o futebol. No Brasil, um extraordinário número de pessoas sabem jogar futebol excepcionalmente. Trata-se de um extraordinário celeiro de craques. Quando pensamos em como seria difícil substituir um Pelé, vêm outros, como Ronaldinho, Romário e tantos outros. Queira Deus que também na vida política seja assim. Luís Eduardo foi um extraordinário político. Que o seu exemplo sirva de inspiração para outros.

O SR. ELCIO ALVARES (PFL-ES) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Elcio Alvares.

O SR. ELCIO ALVARES (PFL-ES) Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, como Líder do Governo, neste momento, faço uma colocação que julgo da mais alta importância.

O Brasil teve momentos de muita dor nesses últimos dias. Perdemos o nosso querido Humberto Lucena, que foi um companheiro exemplar; perdemos o Ministro Sérgio Motta, que, indiscutivelmente, no conjunto do Governo, era uma figura estelar; e, de uma maneira tão inesperada, perdemos aquele que indiscutivelmente, dentro do meu Partido e nessa constelação do Congresso, era uma das figuras mais brilhantes: o jovem Luís Eduardo Magalhães.

Luís Eduardo era um predestinado. Desde os primeiros momentos, jovem ainda, ingressando na política baiana, ele deixou claro que não seria na sua vida política o filho do grande político Antonio Carlos Magalhães. Assumiu papel próprio, luz pró-

pria, lançou idéias que passaram a ser repetidas, porque, na verdade, demonstravam a presença de um líder equilibrado e determinado. E mais avultou ainda o trabalho de Luís Eduardo quando, na Presidência da Câmara dos Deputados, soube conduzi-la melhor do que ninguém, com experiência, altivez e, acima de tudo, determinação.

Identificado com o processo de reformas, Luís Eduardo em nenhum momento vacilou; diríamos mesmo que foi a sua participação cada vez mais afirmativa que fez com que os projetos da reforma avançassem na Câmara dos Deputados. E, neste momento que começam a surgir ilações políticas, conclusões, é preciso destacar que o Senado da República sempre soube dar ao Governo o seu apoio; foi a competência dos meus eminentes colegas Senadores, a dedicação dos Líderes, os trabalhos do Presidente Sarney e do Presidente Antonio Carlos Magalhães que colocaram o Senado em uma posição invejável no que diz respeito a reformas. A confirmar tal afirmativa está o fato de estarmos nos encaminhando para votar o texto da redação da Reforma Administrativa, praticamente encerrando o ciclo dos nossos trabalhos.

Na Câmara, a situação é diferente, e o é pela sua própria formação, de uma Casa que busca interpretar a vontade popular. Ali, Luís Eduardo teve uma atuação intensa, firme, vigorosa.

Como Líder, posso dizer, após uma convivência de três anos e meio com o Presidente Fernando Henrique Cardoso: ninguém melhor do que Luís Eduardo Magalhães para interpretar o pensamento de Sua Excelência. Logicamente, a liderança é do Presidente da República, mas o líder que fala e age em seu nome – como foi o caso de Luís Eduardo Magalhães – tem que ser um intérprete fiel e correto das posturas e pensamentos do Governo. Nisso ninguém superou Luís Eduardo.

A propósito disso – é importante nos reportarmos ao pronunciamento do eminente Líder do Bloco da Oposição, Eduardo Suplicy –, é preciso dizer que Luís Eduardo sempre agiu de uma forma notável sob o prisma da política: agiu em favor das posições do Governo, mas teve uma dignidade invulgar ao dialogar com a Oposição. Todos sentimos essa perda – como o Senador Suplicy, que estava bastante emocionado –, pois ele não ficou apenas circunscrito à sua ação de político: avançou mais ainda e mostrou a todos nós a densidade humana que o transformou em uma pessoa indispensável entre todos aqueles que, de uma forma ou de outra, exercitam a política voltada para o desenvolvimento do País.

Aqui há dois pontos que precisam ser ressaltados. A perda de Luís Eduardo Magalhães atinge todos nós, atinge todos aqueles que se acostumaram a vê-lo sempre com aquela jovialidade que lhe era característica, sempre com aquele espírito de trazer para junto de si as melhores idéias, os melhores integrantes desta Casa. No entanto, não podemos obscurecer a dor, a profunda dor que neste momento atinge Antonio Carlos Magalhães – esse Antonio Carlos Magalhães que, hoje, na política brasileira, é um misto de mito e de homem público invulgar.

Antonio Carlos Magalhães é a figura polêmica que todos conhecemos, que diz sempre com muita sinceridade aquilo que pensa e que, às vezes, aos olhos dos outros, parece uma figura inflexível. Mas, na intimidade da relação pai e filho, Antonio Carlos não tinha amor por Luís Eduardo: tinha paixão. Quem convive com S. Ex^a sabe muito bem que, nos seus olhos, acendia-se sempre uma chama de vida quando Luís Eduardo falava.

Na intimidade entre Antonio Carlos e Luís Eduardo era difícil saber quem se excedia mais em ternura, afeto e admiração: se era o pai ou o filho. Eles faziam até um expediente muito próprio das pessoas privilegiadas em matéria de convivência: davam-se o luxo, perante outras pessoas, de dispensar um ao outro um tratamento respeitoso: era o Senador e o Deputado. Na verdade, era uma maneira de não deixar muito visível o sentimento de amor sobre o qual lhes falei há pouco, sentimento que, na verdade, não era amor: era paixão.

Luís Eduardo – impossível esconder esse fato, ninguém pode negá-lo sem ter a convicção de estar errando – era um projeto de vida, era o prolongamento de Antonio Carlos Magalhães. Consciente de seus setenta anos de idade, Antonio Carlos Magalhães visualizava em Luís Eduardo o prosseguimento da sua própria vida. Às vezes, até com muita ternura, dizia que Luís Eduardo era ele, mas sem os defeitos, apenas com as virtudes.

Ontem estivemos em Salvador. Praticamente toda a Casa também lá esteve. Presenciamos um quadro dos mais emocionantes que já vi: a altivez de Antonio Carlos Magalhães em sua dor. Ele teve uma conduta que deu a todos a certeza de que é um homem forte, altivo. Sem conter as lágrimas, mas com muita dignidade: foi assim que ele se portou diante de todos nós. Antonio Carlos Magalhães era a imagem da dor, mas uma dor determinada por um sentimento de realidade, do qual tenho certeza que ele não vai se afastar.

Eu diria que o futuro para Antonio Carlos morreu, morreu na pessoa de Luís Eduardo. Mas Antonio Carlos Magalhães ainda tem muito para dar ao Brasil. A imagem do filho, o exemplo do filho, essa voz nacional que se formou é algo notável. Eu li hoje todos os comentários que se fizeram sobre Luís Eduardo e há uma unanimidade nacional a seu respeito. Por isso digo que Antonio Carlos vai encontrar na lembrança do filho uma égide, a razão maior para voltar a esta Casa e aqui continuar, cada vez mais, adotando posturas em favor do povo brasileiro.

Faço este registro como Líder do Governo no Senado, como membro do PFL, Partido que tinha, em Luís Eduardo Magalhães, a expectativa e a esperança de um futuro político que poderia, quem sabe, levá-lo à Presidência da República.

Falo como amigo e companheiro de Antonio Carlos Magalhães, condição que assumi nos últimos tempos ao privar, como ouvinte atento e permanente, com o Presidente, na condição de Líder.

Vamos buscar forças – dentro da nossa solidariedade, que é imensa, dentro da nossa dor, que a esta altura já começa a ser contida pelos contrafortes da razão – para que, quando Antonio Carlos Magalhães retornar ao Senado, encontre, no carinho das manifestações, na ternura da nossa amizade, respeito e admiração, motivos mais do que suficientes para, como a ave fênix, reencetar o seu voo, voo de líder e de comandante, e ter a certeza de que, com sua ação dentro do Congresso Nacional, do Senado da República, vai continuar honrando cada vez mais a memória daquele jovem que hoje se transforma – conforme eu disse – em unanimidade nacional.

À família Magalhães as nossas condolências, o nosso sentimento, a nossa solidariedade. Com o Congresso, do qual Luís Eduardo Magalhães foi uma das estrelas mais rutilantes e onde ele teve oportunidade de afirmar seus predicados como parlamentar e Presidente da Câmara, apenas podemos assumir um compromisso de ação e trabalho.

Perdemos um grande líder, mas ficou, no fundo do coração e na consciência de cada um de nós, o dever e a certeza de que vamos trabalhar dedicadamente para que a imagem de Luís Eduardo Magalhães possa, cada vez mais, no seu gesto de liderança, estar presente nas decisões do Congresso brasileiro, que devem ser acertadas, justas, sociais e, eu diria, profundamente identificadas com o futuro do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, os últimos dias têm sido dias de muita tristeza para todos nós da classe política deste País.

Nós, da Paraíba, tivemos uma perda irreparável com o passamento do Senador Humberto Lucena. Mal nos recuperávamos, tivemos a perda do Ministro Sérgio Motta, que, com inúmeros serviços prestados a este País, deixou toda a classe política e, por que não dizer, todos os brasileiros perplexos.

Mas perplexidade mesmo, Sr. Presidente, sentimento de fato foi a perda desse jovem de 43 anos de idade, com todo um futuro pela frente, uma carreira irretocável. Seja da posição do Governo ou da Oposição, todos reconhecem os seus méritos e os grandes serviços que prestou a esta República.

Ontem, em Salvador, eram muito mais de 60 mil pessoas, porque se renovavam as multidões. Víamos o desespero no seio do povo baiano. Milhares de pessoas desesperadas choravam e se manifestavam, sentindo realmente a perda daquele líder, que não era baiano, era nacional.

Na minha opinião, o que mais caracterizava a carreira brilhante de Luís Eduardo Magalhães era o pulso que tinha, jovem, mas firme; a coerência, a seriedade com que assumia os compromissos; e, principalmente, a prudência e o coração, que era fabuloso.

Dou, inclusive, um depoimento do que estou dizendo: no dia em que tive um entreviro com o Presidente Antonio Carlos Magalhães, encontrei Luís Eduardo Magalhães. Eu esperava que ele estivesse magoado comigo, mas ele veio, abraçou-me e, antes que ele falasse algo, disse-lhe que eu não tinha tido culpa. Ele então me disse: "Eu sei, conheço a impetuosidade e a emoção do meu pai. Mas quero pedir-lhe desculpas e dizer que, mais cedo ou mais tarde, papai vai fazer o mesmo". Realmente isso aconteceu. O que hoje me liga a Antonio Carlos Magalhães é exatamente a admiração diante da humildade que ele tem: quando toma uma posição emocional, ele pondera. E isso era exponenciado no filho, este tinha essa humildade, o que me fez admirá-lo cada vez mais. Estou dando esse depoimento, porque naturalmente um filho toma partido do pai sem discutir, mas ele ponderava cada coisa, cada acontecimento, e era extremamente racional nas atitudes políticas. Isso faz com que o Brasil sinta essa perda de uma forma incrível.

Ontem, emocionado, não só aqui, no Salão Negro, mas lá, em Salvador, pensava comigo: "Que pena que o Brasil perdeu um homem dessa enver-

gadural! Seria, com certeza, um Presidente vitorioso num futuro muito próximo."

Quero me solidarizar com esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Com a palavra o Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a morte é sempre geradora de dor, ainda que em extensão ou intensidade diferente. A morte esperada, pela idade avançada ou pela doença prolongada, prepara espíritos e corações para admiti-la. A morte inesperada, porém, não permite que ninguém se prepare intimamente para recebê-la.

A morte de Luís Eduardo tem a brutalidade dessa circunstância. Aos 43 anos de idade é colhido em pleno vôo, fulminando-o, e, ao mesmo tempo, fulminando a esperança de seu pai, Senador Antonio Carlos Magalhães. Nele, este concentrava seu futuro político. Daí a tristeza com que o vimos no Salão Negro desta Casa a chorar a morte do filho. Daí também o sentimento com que presenciamos a sociedade de Brasília, mas, sobretudo, o meio político, representado por todas as forças políticas, debruçar-se sobre a uma funerária que recolhia o jovem líder falecido.

Jovem, já havia sido Deputado Estadual, Presidente da Assembléia no seu Estado; participou da Assembléia Nacional Constituinte de 1988; já havia sido Deputado Federal por várias legislaturas, e Presidente da Câmara dos Deputados. Ocupava, no momento, a função de Líder do Governo. Aprestavase para concorrer à eleição de Governador, que não será desrespeito ao eleitorado baiano se se disser tranqüilamente vitoriosa.

Era uma carreira política em ascensão. Tinha qualidades diversas para conquistar novos postos. Possuía para tanto até uma qualidade excepcional: era firme nas suas idéias, porém tolerante com os adversários, mais do que tolerante, era o político que exercitava o diálogo, o bom diálogo democrático. Ao mesmo tempo em que sustentava seus pontos de vista, negociava, transigia com a certeza do seu competidor de que a palavra que assumisse seria respeitada. Era, assim, o homem vocacionado para o exercício da vida política.

Com imensa tristeza, todos o acompanhamos a partir do instante em que foi recolhido a esta Casa para receber as homenagens de todas as correntes políticas.

Quem acompanhou – como tantos aqui acompanharam, e tive a oportunidade de fazê-lo – a chegada do corpo do Deputado Luís Eduardo Magalhães

es, à Bahia, há de ter sentido a profunda tristeza que abalou a sociedade baiana. Em primeiro lugar, não se há de esquecer o terrível encontro entre a parte da família que daqui seguiu e a que lá estava, vendo-se pais, filhos e netos abraçando-se com enorme sentimento de dor. Tanto mais comovente a cena quanto se sentia de todos, como do povo baiano que cercava o ambiente, que ninguém queria dizer adeus ao líder desaparecido.

Da Base Aérea de Salvador ao centro da cidade, a Assembléia Legislativa e ao cemitério, gente de todas as classes sociais, de um lado e de outro das ruas, se acumulou, em silêncio, para ver o féretro passar. Na Assembléia Legislativa, todos viram o sentimento de dor que o povo ali manifestou, passando diante da urna funerária, em fila que não se esgotava. Como aqui, ali estavam também os adversários políticos, todos a acentuarem a inestimável qualidade do combatente que, nas mais duras lutas, não perdia o sentimento de que a boa política se desenvolve no diálogo educado.

Da Assembléia Legislativa ao cemitério, não foi diversa a situação. Antes que o féretro chegasse ao seu recolhimento definitivo, multidão se encontrava diante dos portões do cemitério. Chegou já ao anoitecer. Eu vi, V. Ex^a viu, Sr. Presidente Geraldo Melo, outros aqui viram: era um generalizado sentimento de dor. Toda a sociedade baiana se manifestou. Ninguém, naquele momento, cuidava de divergência política. Cessou a controvérsia, para que dominasse apenas o espírito de fraternidade, o sentimento de solidariedade humana.

Poder-se-ia pensar na morte de qualquer líder político; normalmente, porém, não era de admitir-se que desaparecesse aos 43 anos de idade o Deputado Luís Eduardo Magalhães.

Não tive oportunidade de manter com ele convívio íntimo, até pela diferença de idade. Singularmente, a política, que tanto separa, é que dele me aproximou. Nela é que traçamos o convívio e a estima, que nos preservaram próximos até o instante em que a morte o recolhe a outras instâncias. Mas, nesse convívio, pude apurar exatamente as qualidades do homem e do político. Luís Eduardo não enganava; Luís Eduardo não simulava soluções. Era o jovem político que adquirira cedo a experiência suficiente para fazê-lo tratar todos os assuntos com seriedade, e todos os políticos, os que com ele dialogassem, com absoluto respeito e sinceridade. Era por vezes inflexível na manifestação da sua convicção, muitas vezes o fez na Câmara dos Deputados. Mas era por igual compreensivo, cordial e sincero no

entendimento. Negociava com franqueza e lealdade e, uma vez sua palavra assentada, o adversário sabia que não havia dúvida de seu cumprimento.

Muito desse seu espírito resultava, evidentemente, da experiência que conquistou, desde cedo, como Deputado Estadual. Muito desse sentimento de franqueza era uma projeção herdada de seu pai, o nobre Senador Antonio Carlos Magalhães. Este mesmo costumava dizer que Luís Eduardo tinha as virtudes que lhe faltavam. Seguramente, Luís Eduardo tinha muito mais facilidade de conviver com o adversário do que seu pai. Por tudo isso, seguramente, é que se pode dizer que, com a morte do filho, o pai perdeu o seu futuro político. Certamente que continuará a cumprir os seus deveres de liderança. Não há como duvidar-se, porém, de que, a partir desta hora, o Senador Antonio Carlos Magalhães perdeu aquele farol, aquela luz, aquela esperança que lhe iluminava os passos nos destinos da política.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é realmente triste, extensamente lamentável o que acaba de acontecer à vida pública brasileira. Pode imaginar-se, por isso mesmo, o sentimento que atinge a Bahia neste instante. Por ela, também, é que estou nesta tribuna. Se em nome dela posso manifestar algum sentimento de agradecimento a tudo quanto aqui se tem proferido, todos hão de imaginar igualmente a dor com que, neste momento, manifesto a minha intensa tristeza pela morte de Luís Eduardo Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, não há como deixar de reconhecer o impacto, a dor e a tristeza que tomou conta da vida política brasileira. Primeiro, com a morte do Ministro Sérgio Motta, e, agora, com a morte do jovem Luís Eduardo. Não há como deixar de reconhecer que a dor que percebemos no Presidente Fernando Henrique Cardoso é profunda, porque o sistema do seu Governo foi atingido no seu âmago.

O Brasil inteiro sabia, e a classe política também, que Serjão era o amigo de todas as horas, o homem da absoluta intimidade. Era o seu **alter ego**, que falava aquilo que, no fundo, sabia que o Presidente gostaria de dizer. Não há dúvida de que, dia após dia, conquistando um espaço, Luís Eduardo era, dentro do Governo, uma figura da mais absoluta confiança do Presidente.

Tive ocasião de falar com o Presidente Fernando Henrique ontem, na Base Aérea, quando Sua Excelência regressava a Brasília depois do sepulta-

mento. Sua Excelência dizia aos seus Ministros e a mim, que ocasionalmente estava ali, que tinha aprendido a amar e respeitar Luís Eduardo desde quando, Ministro da Fazenda, negociava com o Congresso o Plano Real, e Luís Eduardo era Líder do PFL. O PFL, que não integrava a base do Governo na sua cúpula; o PFL, que, inclusive, tinha restrições àquele momento. No entanto, tinha sido dos mais leais, dos mais solidários, no trabalho, ao então Ministro da Fazenda.

Falou Fernando Henrique que, com o passar do tempo, a amizade foi ficando cada vez mais profunda, cada vez mais intensa. Falava Fernando Henrique que, quando se cogitava a candidatura de Luís Eduardo a Vice-Presidente da República – ele era o candidato que tinha a simpatia de Fernando Henrique e, claro, do pai –, Luís Eduardo procurou o Presidente para lhe dizer que entendia as dificuldades, os problemas, e que ele não ia ser candidato, não devia ser candidato à Vice-Presidência da República.

Contou Fernando Henrique uma série de gestos e ações de Luís Eduardo, opostos aos de Serjão. Serjão ia para as manchetes, batia, dizia até desaforo e ajudava o Governo.

Chorei quando vi Fernando Henrique, no **Jornal Nacional**, ler o bilhete do Serjão, escrito antes de entrar na UTI, onde morreu. Era uma demonstração fantástica de carinho e amizade. O homem, que sabia que ia morrer, pegou na caneta para escrever uma última mensagem de homenagem e estímulo ao Presidente: "Continue! Você vai vencer. Nada deve te abater!"

O Luís Eduardo era diferente, não era de aparecer, não era de brilhar, não era de somar vitória, mas era de fazer um profundo trabalho de diálogo e de entendimento. Primeiro, como Presidente da Câmara dos Deputados; depois, como Líder do Governo.

Eu tinha uma admiração muito profunda pelo Luís Eduardo, tanto que, quando tive um debate com o Sr. Antonio Carlos Magalhães sobre a força do PFL no Governo e, lá pelas tantas, falei no Presidente da Câmara, sem citar o nome, o Presidente cobrou de mim que eu estava sendo indelicado. E eu, da tribuna do Senado, disse: "Se fui, foi sem querer." E, da tribuna do Senado, V. Ex^{as} devem se lembrar, falei da admiração, do respeito, do carinho que eu tinha por aquele jovem. E dizia o que todo mundo diz, que o querido Senador Josaphat disse agora, e que o próprio Presidente do Congresso dizia, referindo-se ao filho: "Ele tem qualidades que eu não tenho, mas não tem os defeitos que tenho".

Na verdade, Luís Eduardo era um homem que deve ser analisado em sua profundidade. Ainda não se fez o devido estudo do plano que ele, o Nelson Jobim, então Deputado, o Miro Teixeira, o Sigmaringa Seixas, o José Genoíno, velhos amigos, reunidos permanentemente, traçaram e colocaram no papel para recolocar a Câmara no seu lugar. Apresentaram propostas concretas, objetivas, de como funcionar, como combater a impunidade, como equacionar as questões de mais seriedade e de mais atividade no Congresso Nacional e, basicamente, na Câmara.

Luís Eduardo era homem para isso, para sentar com os líderes de todos os partidos e buscar esse debate e travar esse diálogo. Tinha a visão, na sua mocidade, que muitos de nós, velhos, não conseguimos ter.

Num Brasil como este que aí está, com tantas injustiças, tanta fome, tantos erros, o que nós, de mãos dadas, podemos fazer é infinitamente maior do que o que nos divide. E o que nos divide está tão longe na sede das prioridades, das exigências do povo brasileiro, que é ridículo passarmos o tempo todo brigando sobre questiúnculas que nos dividem e não nos somarmos na grandeza que nos une.

Luís Eduardo era um desses homens; era um jovem que tinha essa visão. Ontem, vi que, desde o velho Deputado Santana, um comunista tradicional – aliás, ontem foi a primeira vez que não o vi usando o seu terno de linho branco; estava de preto – até os maiores adversários da política baiana do Sr. Antonio Carlos tinham admiração e respeito pelo seu filho.

Lembro-me que em uma reunião, depois de toda aquela guerra que havia sido a eleição na Bahia, estava ali, nosso jovem e querido Deputado, e eis que aparece o Waldir Pires, o mais tradicional – diria – desafeto de seu pai. Temi pelo que poderia acontecer. Mas os dois se abraçaram e ficaram horas conversando, discutindo, analisando, relatando fatos. Duas pessoas civilizadas. Em nenhum momento se poderia colocar em dúvida o amor de Luís Eduardo pelo seu pai; em nenhum momento se poderia colocar em dúvida o ranco do Waldir por Antonio Carlos; mas estavam ali debatendo uma infinidade de questões da Bahia e do Congresso, esquecidos do restante. Luís Eduardo saiu primeiro; e eu, que sou grande amigo de Waldir, comentei: "Estranhou-me essa amizade, esse abraço fraterno que vocês deram". E Waldir me respondeu: "Não há como não dar, Pedro. Esse rapaz é extraordinário. É um homem equilibrado, sério, digno, correto. É um homem que tem grandeza nos seus atos. É um homem que não tem preocupação com coisas

pequenas". Depois, disse-me algo que nunca me esqueci: "Eu gosto dele. Eu gosto dele". Esse era o Luís Eduardo.

Sr. Presidente, lembro-me que, quando o pai defendia o Presidencialismo, Luís Eduardo andou conosco defendendo o Parlamentarismo pelo Brasil afora. Fomos à Bahia, ao gabinete do Governador Antonio Carlos, e Luís Eduardo foi um dos que bateu boca com o seu pai, defendendo o Parlamentarismo, dizendo que o pai estava errado. Fomos recebidos com a maior fidalguia, mas o Sr. Antonio Carlos permaneceu firme em suas posições. Pois o guri, firme no Parlamentarismo, foi um dos que mais debateu e mais respondeu às teses do seu pai, então Governador da Bahia.

Disse bem o Senador Josaphat Marinho: Luís Eduardo Magalhães era tolerante, era o homem do diálogo, e tinha uma qualidade unânime: a do reconhecimento. Todos nós, não por má-fé, às vezes, maliciosamente, outras vezes, por descuido, deixamos de cumprir alguns acordos. Mas Luís Eduardo Magalhães cumpria-os rigorosamente. Todos reconhecem: Líder do PFL, Presidente da Câmara, Líder do Governo, o entendimento com ele era sempre cumprido. Ele fazia questão de buscar o entendimento sem fazer questão de dizer que havia ganhado. Não. Ele sempre dizia que as Lideranças haviam chegado a um entendimento, isto é, sem derrotados ou vitoriosos. Ainda que, no fundo, fosse o que ele queria, Luís Eduardo sempre dava uma chance para que o outro aparecesse com respeito e dignidade.

Digo, com profunda sinceridade, que Antonio Carlos já pertencia a uma confraria que só é entendida por aqueles que dela fazem parte. A essa confraria pertencemos eu, Severo Gomes, Waldir Pires, o ex-Governador Alceu Collares. Pertencemos a uma dramática confraria: a daqueles a quem Deus deu a tremenda mágoa de terem enterrado um filho. Não há na vida, por mais dissabores que se possa ter, por mais obstáculos que se tenha que vencer, por mais quedas que se venha a sofrer, nada que se compare a isso. Aliás, é uma lei contrária à natureza, e não consigo entender os desígnios de Deus quando um pai tem que enterrar um filho. Eu enterrei um filho há doze anos – o Mateusinho tinha dez anos. Foi um acidente de automóvel. Naquela oportunidade, estava aqui em Brasília, porque havíamos montado uma fiscalização na Mesa do Senado para registrar a chapa Tancredo/Sarney. Como tinha o feriado de Finados, cada um de nós ficava dois dias. Eu fiquei no primeiro fim de semana. Acredito que, durante todo aquele mandato, aquele foi o único fim

de semana que permaneci em Brasília. Minha mulher, ao se dirigir para a praia com os meus filhos, sofreu um acidente, e morreu meu filho. Meu amigo Josaphat Marinho, praticamente ali morreu também minha mulher. É verdade que dois anos depois é que ela morreu, mas nunca – coitadinha – se perdeu por estar guiando aquele carro e seu filho ter falecido naquele acidente.

O que Antonio Carlos Magalhães disse eu também gritei muitas vezes: Por que não eu? Alceu Collares, naquele hora, abraçou-me, e, ambos chorando, me disse algo que nunca mais me esqueci: "Pedro, meu irmão, eu sei que essa dor tu nunca vais esquecer, como eu nunca esqueci a dor do meu filho que morreu afogado. O que vamos aprendendo é a conviver com ela. Aos poucos, ela se transformará numa dor com saudade, numa dor com afeto, e, mais adiante entenderemos que nos encontraremos em outra vida".

Por isso que, aqui, talvez ninguém mais do que eu entenda a dor de Antonio Carlos Magalhães. Ele – e disse bem o querido Josaphat –, um homem com setenta anos, cheio de pontes de safena, com pedaços de coração de boi no seu coração, um homem que o Senador Josaphat Marinho contava que, quando candidato a Governador – e Josaphat Marinho ao Senado –, contrariou todos os médicos, mandou-os às favas e saiu a fazer campanha – parece que a campanha era o medicamento que o renovava –, tinha naquele rapaz o seu orgulho. Via o rapaz receber os elogios que ele não recebia, da grandeza, da beleza, do espírito aberto e tudo mais. E quem quisesse ver o Antonio Carlos feliz bastava dizer essas coisas do seu filho, porque isso o comovia.

Sim, ele deve ter sentido. É claro que é inconcebível imaginar, agora, depois de ter, com uma garra fantástica, permanecido de pé, firme como um carvalho, primeiro aqui no Congresso, depois lá na Assembléia, e, finalmente, ali, na beira do túmulo, até com aqueles pronunciamentos exagerados do padre e do pastor, que não compreendi direito; ele deve estar sedado; mas, quando acordar, haverá de se perguntar: "E agora?".

Meu amigo Josaphat Marinho, V. Ex^a disse: "O pai perdeu o seu futuro político, perdeu o farol, perdeu a luz". Senador Josaphat Marinho, meu querido professor e mestre, não sei. O fato de eu ser descendente de árabe, o Maktub, o está escrito, os desígnios da natureza. Não sei. Mas, às vezes, temos que explicar o inexplicável.

Com relação a Luís Eduardo Magalhães, parece-me que cumpriu a sua missão. Ele tinha muito?

Tinha. Podia ser Governador? Era nomeado Governador. Era um candidato à Presidência da República, e eu sempre dizia isso. Sempre disse que, dessa geração de 40 anos, eu via no Luís Eduardo Magalhães, do PFL, no Antônio Britto, do meu Partido, no Tasso Genro, do PT, os três jovens que haveriam de ter um encontro marcado com o destino daqui a alguns anos. Mas isso é tão pequeno se olharmos a imensidão e a infinidade que representa o mundo que vem depois. Sofro, lamento e não entendo por que Deus nos tirou Luís Eduardo, mas temos que interpretar os desígnios de Deus.

E, dentro disso, meu bravo Josaphat Marinho, ontem, lá em Salvador, na ida e na volta, ao lado da dor, do protesto, do choro, do lamento, da unanimidade do lamento pela morte, pela morte em si, pelo inesperado, pelo inopino, a pergunta era uma só, era uma interrogação com relação a Antonio Carlos: o que ele fará? O que acontecerá com ele? Uma outra unanimidade era a dor violenta que ele estava sentindo. Será que ele vai resistir? Seu coração bombardeado será que vai resistir? Acho que já resistiu. Segundo, o que ele fará?

Meu amigo, Senador Josaphat Marinho, acredito que todos podíamos dizer o seguinte: que Deus ilumine a alma do Sr. Antonio Carlos, para que ele não coloque no seu cérebro o que disse o Senador Josaphat Marinho: "Perdeu o seu futuro político, perdeu o seu farol, perdeu a sua luz". Até aqui, o Sr. Antonio Carlos tinha e era a liderança, tinha uma perspectiva que se projetava, o que é natural, no seu filho, como sua continuação. Isso faz parte da vida, nós nos perpetuamos nos nossos filhos, que haverão de seguir e continuar. De certa forma, achamos que não morremos, porque os nossos filhos ficam para levar adiante, desde os nossos elementos físicos, até o nosso pensamento, a nossa história, a nossa filosofia, o nosso amor. Se isso aconteceu, se o Presidente Antonio Carlos Magalhães, neste momento, viu isso sucumbir, ele tem um caminho pela frente, e eu ousou dizer isso.

Quando morreu o meu filho, eu sucumbi. O Dr. Tancredo Neves me convidou para vários Ministérios: Previdência, Justiça, Agricultura. Eram quatro Ministérios. Não aceitei. Convidou-me para Líder do Governo. Aceitei. Quando cheguei na Rainha do Mar, na minha casa, o ambiente de tragédia, minha mulher exigindo todos os carinhos, eu disse que não queria ser Ministro, que não seria Ministro, e fiquei um mês por lá. Quando voltei, vi que o cargo de Líder do Governo já estava ocupado, o escolhido era Fernando Henrique Cardoso. Disse: "O que aconte-

ceu?" Fui falar com o Tancredo Neves, que foi duro comigo: "Olha, Pedro, não esperava que você fizesse o que fez comigo. Eu o convidei para você escolher o que quisesse. É verdade que ofereci a Liderança do Governo, pois achava também importante, porque fui Líder de Governo na democracia. E o pessoal está acostumado a Líder do Governo no regime militar, em que o Líder do Governo não faz nada. Mas, no nosso governo, onde vai haver liberdade absoluta, onde haverá a Constituinte, o cargo de Líder é importante. Agora, se você quisesse aceitar, que aceitasse, se quisesse ser Ministro, que fosse Ministro. Mas não faça o que você fez". "Mas o que foi que fiz?" A minha mulher, sem eu saber, tinha telefonado para o Dr. Tancredo Neves e para Dr. Ulysses Guimarães e tinha dito que eu tinha ficado muito chateado porque não tinha sido escolhido Ministro. Terminei sendo Ministro sem querer.

Estou contando esse incidente para dizer o seguinte: a forma através da qual superei a desgraça da morte do meu filho foi trabalhando naquele Ministério da Agricultura, sem brincadeira, vinte e quatro horas por dia durante os sete dias na semana; noites e noites sem dormir. Tinha que fazer qualquer coisa, menos pensar. Tinha que fazer alguma coisa para não parar, porque se eu parasse... Não aceitava até a revolta interna com relação ao que tinha acontecido.

Quero dizer a V. Ex^{as} que não há dúvida de que hoje há um vazio, pois desapareceram o Serjão e o Luís Eduardo. É muito difícil imaginar alguém que substitua o Serjão. Quem conviveu com ele durante 30 anos? Quem esteve com ele na época do desterro, da dor? Quem o seguiu ao longo do tempo? Quem tem o seu temperamento? Esse alguém não existe.

Haverá um Líder na Câmara, mas não um Líder que substitua Luís Eduardo. Não existirá alguém que o substitua até mesmo no seu papel, que, talvez, fosse o mais importante: o de fazer a ligação do Presidente Fernando Henrique Cardoso com Antonio Carlos Magalhães, de fazer aquilo que o Senador Antonio Carlos dizia. Isso era do seu temperamento. S. Ex^a é assim, e ninguém pode exigir que seja diferente.

Ontem, na base aérea de Salvador, o Presidente Fernando Henrique lembrava que Luís Eduardo era quem fazia a ligação entre o Presidente da República e o Presidente do Congresso Nacional. Não há quem o substitua nesse papel.

Do cerco do Presidente da República, das pessoas de sua confiança, além dos seus Ministros e de

sua equipe, o Serjão, o Luís Eduardo e o Senador Antonio Carlos Magalhães eram peças das mais importantes. Morreram o Serjão e o Luís Eduardo, e o ACM "está a meio pau". Como disse o Senador Josaphat Marinho, talvez, S. Ex^a esteja sem futuro, pois perdeu seu farol, sua luz.

Sr. Presidente, o Senador Antonio Carlos Magalhães se empenhou no projeto político do seu filho, o que é normal para todos os mortais. É claro que isso aconteceu com S. Ex^a, porque seu filho era muito brilhante. Todos nós – o operário que educa seu filho, o grande empresário e o Líder político – queremos nos projetar nos nossos filhos. Essa é a lei natural.

Num momento como este, deve-se superar esse sofrimento e a ele se sobrepor. Deverá aparecer um novo Antônio Carlos Magalhães, que não terá o projeto pessoal do filho, que não terá o farol pessoal do filho, mas que terá uma autoridade absoluta neste Governo e no futuro deste País, porque poderá ser o grande conselheiro e amigo do Presidente. S. Ex^a tinha um objetivo, que era o bem de seu filho, da Bahia e do seu País.

Sr. Presidente, tenho rezado por S. Ex^a. Que Deus o ilumine! Que Deus, de certa forma, transforme Antonio Carlos Magalhães! S. Ex^a disse que o filho tinha o que ele não tem. Que o pai se transfigure no filho, para que possa exercer esse papel!

O Presidente Fernando Henrique Cardoso aparece nas manchetes dos jornais de hoje meio tonto, dizendo que ele próprio irá assumir o Governo, já preocupado com lançamentos e queimações de nomes que lhe "querem empurrar goela abaixo". Se o Senador Antonio Carlos Magalhães reencontrar a sua paz de espírito – vamos rezar para que isso aconteça –, encontrará a melhor maneira de conviver com essa dor. Para o Brasil, isso seria muito importante.

Trago meu abraço muito fraterno ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Posso dele ter divergido, mas nele reconheço um Líder honrado, um homem sério. Entendo profundamente a sua dor e rezo a Deus, para que S. Ex^a consiga vencê-la e para que, de um modo especial, consiga vislumbrar uma luz. Luís Eduardo era importante, era um grande nome, era o filho do seu coração. Com isso, no lugar do seu filho, S. Ex^a deve colocar um pouco mais daquilo que já tem, que é o Brasil, o seu povo, a sua gente. Que esse seja o seu farol!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Apenas para orientar e esclarecer V. Ex^{as}, informo que ainda

há sete Srs. Senadores inscritos para encaminhar a votação da matéria.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Lúdio Coelho.

O SR. LÚDIO COELHO (PSDB-MS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, pude sentir a tristeza de todas as pessoas com as quais me comuniquei nesses últimos dias. A família brasileira está triste pelo fato de a natureza ter convocado pessoas que estavam servindo bem à Nação brasileira, cada uma no seu setor: o Senador Humberto Lucena, respeitável sobre todos os títulos; o meu amigo, Ministro Sérgio Motta, que desempenhava um papel importante; e o Deputado Luís Eduardo Magalhães.

Quero dizer aos Senadores e ao Presidente Antonio Carlos Magalhães que esses acontecimentos são irreversíveis. As pessoas queridas que desapareceram não voltam.

Quando assistia ao Senador Antônio Carlos Magalhães encontrar com seu filho, Luís Eduardo, eu sempre lembrava dos meus pais. Minha mãe tinha 12 filhos e, nas nossas brincadeiras, sempre dizia que queria a todos igualmente. Mas quando víamos o Senador Antonio Carlos Magalhães encontrar com Luís Eduardo, percebíamos que havia uma certa diferença. Parece-me que o Senador Antonio Carlos Magalhães tinha um carinho muito especial pelo seu filho e, naturalmente, dele tinha orgulho, como também o filho tinha orgulho do pai.

Quando coisas dessa natureza aconteceram comigo, procurei Chico Xavier em Minas para lhe pedir conselhos. Em São Paulo, procurei um padre muito competente, que disse para mim e para minha mulher que "a brasa só queima onde cai".

Se a morte é irreversível, de certo, Luís Eduardo pensaria que seu pai precisa superar esses acontecimentos e prosseguir na sua trajetória. O Presidente desta Casa, Senador Antonio Carlos Magalhães, é uma peça importante para a Nação brasileira. Precisamos passar por cima desses problemas de ordem familiar que tanto sofrimento causam às famílias que deles participam.

Antonio Carlos Magalhães precisa fazer o que o seu filho deve estar pensando que ele deveria fazer: continuar exercendo essa liderança firme. Antonio Carlos representa hoje para a Nação brasileira uma segurança na condução das reformas de que tanto necessitamos. A Nação necessita urgentemente concluir as reformas em curso, concluir a reforma política, a reforma partidária, capaz de fazer que os partidos políticos do nosso País contribuam para o fortalecimento do regime democrático.

Luís Eduardo representava uma esperança nessa geração de políticos novos que não foram comprometidos com tantos acontecimentos sinuosos da vida brasileira.

Deixo ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, à sua família, o meu abraço e a solidariedade da minha família, e a segurança de que somente o trabalho intenso, físico e mental, é capaz de fazer o cidadão superar dificuldades dessa ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Sr. Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL-AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Geraldo Melo, sabe V. Ex^a que ontem, quando combinávamos a apresentação deste requerimento, propúnhamos que, tão logo apresentado, fosse ele, sem maiores análises e sem discursos, aprovado, suspendendo-se a sessão.

Entendia eu que a melhor forma de homenagear a perda irreparável que Antonio Carlos Magalhães sofre seria o silêncio de todos nós, até porque participo da corrente dos que entendem que o silêncio é o clamor de tudo aquilo que não fala. Neste clamor, o silêncio imporia uma das maiores homenagens.

Depois de ouvir aqui as manifestações proferidas neste plenário, não sei se estava certo ontem. Inclusive lembrou Pedro Simon a confraria e, por um instante, por um lapso de esquecimento, não incluiu a figura de Lúdio Coelho, que perdeu um filho único.

Depois de ouvir tudo isso, Sr. Presidente, e de ter meditado sobre uma frase do Senador Josaphat Marinho, que disse que a morte de Luís Eduardo fulminou a esperança do pai, é importante registrar algo. Há uma frase batida que diz que a esperança é a última que morre. Chego a concluir hoje, diante de um desenlace tão terrível, que a esperança não passa de uma frágil aspiração em trânsito para o desencanto. É isto.

Três dias atrás seria impossível, inimaginável alguém prever que essa esperança se desencantaria tão cedo. Sr. Presidente, eu dizia ainda há pouco ao Senador Ronaldo Cunha Lima, que daqui saiu, que quando fomos cassados pelo Ato Institucional nº 5, quando perdi o meu mandato de Deputado Federal, dez anos de direitos políticos e o lugar de professor na Faculdade de Direito do Distrito Federal, sendo Vice-Líder da Oposição, um dos primeiros telegramas de solidariedade que recebi foi exatamente de um homem que estava do outro lado e que portanto poderia se comprometer, chamado Antonio Carlos Magalhães.

Praticamente trinta anos decorridos, somos nós, hoje, a levar-lhe uma manifestação de solidariedade que é absolutamente capaz de retratar a dor que cada pai sofre.

Quando Luís Eduardo chegava, nos primeiros dias da Assembléia Nacional Constituinte, na casa dos trinta, ou mal saído dela, trazia-me uma mensagem do pai, e, ao longo dos trabalhos da Constituinte, eu como Relator e ele como estreado, vi que aquele jovem tinha uma qualidade, a altivez. Muita gente confunde altivez com arrogância; a arrogância é exatamente um mal; a altivez é uma qualidade. E altivo ele foi. Anos depois, meu filho, Deputado Federal, dele se fez colega, e nos quatro anos o convívio era tamanho que, não sendo eu baiano, não tendo senão como amigo estreito aquele que era Senador em 1967 – refiro-me ao Senador Josaphat Marinho –, vi que aquele rapaz ultrapassaria as fronteiras do seu Estado para o comportamento na Nação.

E aí é que acho, Sr. Presidente, aí é que julgo, é que analiso que a esperança é realmente essa frágil aspiração em trânsito para o desencanto, pois num discurso brilhante, um dos melhores que ouvi em reunião política, proferido pelo Senador Hugo Napoleão, ele dizia que tínhamos um candidato para 2002. E tudo isso foi águas abaixo, é o desencanto que vivemos hoje.

Ouvi belos discursos, manifestações, anteontem e ontem. Não sei se dos letrados, se dos intelectuais, uma frase define tão bem a situação quanto a de uma mulher simples, pobre, uma baiana que estava ao lado do corredor que isolava os que estavam do lado de lá dos do lado de cá. E ela, do lado do povão, quando eu terminava uma declaração à televisão, olhou para mim, o Senador Romeu Tuma ao lado, e declarou exatamente isto: "A Bahia perdeu um filho, mas o céu ganhou um anjo". Mulher simples, que define numa frase como esta, Sr. Presidente, tudo aquilo que vai na alma daqueles que realmente sentiram a perda do seu filho.

Concluo, Sr. Presidente, até porque continuo entendendo que todos estamos muito emocionados. Daí dizer que o ideal seria que esta reunião – que se fará solene –, permita-me solicitar a V. Ex^a, eu comecei falando em silêncio, após a aprovação deste requerimento, fizesse um minuto de silêncio em homenagem ao que morreu, em reconhecimento ao pai que ficou.

Não sei qual será o mais eloquente, Sr. Presidente, se o mais belo dos discursos ou se esse minuto de silêncio que acabo de requerer a V. Ex^a.

Era o registro que eu queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. ROMERO JUCÁ (PFL-RR) – Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Antes de dar a palavra ao próximo orador, a Mesa esclarece aos Srs. Senadores e Senadoras que há sobre a mesa, além dos requerimentos que serão votados, outro requerimento para que se realize uma sessão especial e solene em homenagem à memória do Deputado Luís Eduardo.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PFL-RR) Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, hoje, na votação desses requerimentos, o Senado, por unanimidade, tem falado através da experiência, da competência e do coração dos Senadores, que aqui se manifestaram com discursos brilhantes. O Senador Josaphat Marinho, o Senador Pedro Simon, o Senador Bernardo Cabral, do alto de suas vidas públicas e das suas experiências não só de parlamentares, mas de seres humanos, falaram de emoções que não são unanimidade somente nesta Casa, onde privamos da amizade de Antonio Carlos Magalhães, de Luís Eduardo Magalhães e de Sérgio Motta, mas que são unanimidade no País, que superaram aspectos políticos e de partidos. Adversários unem-se aqui na dor e na sensação de perda.

Quero também unir a minha palavra a essa dor e a essa sensação de perda. Quero apresentar a palavra de alguém que tinha, e ainda tem, na ação política de Luís Eduardo, um exemplo da geração.

Luís Eduardo tinha 43 anos, a minha idade. Nós, dessa geração, temos, como todos, sonhos e esperanças para o Brasil. Talvez Luís Eduardo, dos políticos de sua geração, fosse para a sociedade brasileira quem mais encarnasse tudo isso por que lutamos. Todos nós, indistintamente, temos amor por este País e compromisso com a nossa Pátria, independente de posições políticas, como disse tão bem o Senador Pedro Simon.

Digladiamo-nos em torno de aspectos políticos e partidários, mas, no final de tudo isso, o que nos move, o objetivo do nosso coração, independentemente das questões políticas, é o bem do Brasil. O Deputado Luís Eduardo Magalhães, que se vai, deixará uma lacuna muito grande, Sr. Presidente, nessa luta de todos nós.

Todos os políticos desta Casa, tenho certeza, lutam para construir um Brasil melhor. Lutamos pelas reformas e lutamos também por algo importante, que é a construção de uma nova imagem do político brasileiro. Todos temos feito esforço para a votação,

a presença, a discussão, o combate às imoralidades que eventualmente surgem no Congresso Nacional. Todos nós temos lutado para que a imagem do político possa ser, perante a sociedade, um pouco melhor. Mas alguns políticos, alguns brasileiros e brasileiras têm, perante a opinião pública, o dom de encarnar isso de forma mais viva.

Foi assim na gestão do Presidente José Sarney nesta Casa, que reconstruiu um pouco a imagem política. É assim na ação e na gestão do Presidente Antonio Carlos Magalhães nesta Casa, e era assim, e ainda é assim, na atuação política e parlamentar do Deputado Luís Eduardo Magalhães.

Ele, como ninguém da minha geração, passava para a opinião pública, para o cidadão, para o eleitor, a idéia de que a política brasileira estava se modernizando, que a política brasileira estava crescendo e de que ele era um dos pontos de apoio desse crescimento.

Não quero me estender, Sr. Presidente, mas gostaria de dizer que discordo da frase que diz que ninguém é insubstituível. A vida é insubstituível, o carinho e a amizade são insubstituíveis, a competência é insubstituível e o amor é insubstituível. Podemos suprir, sim, a falta dos amigos, dos líderes e dos companheiros, mas eles, mesmo assim, continuarão a ser insubstituíveis.

Luís Eduardo é insubstituível para a história brasileira. O Brasil esperava muito de Luís Eduardo; o nosso Partido, o PFL, esperava muito de Luís Eduardo. Tínhamos e continuaremos a ter planos para um Brasil melhor, mas o nosso Partido perde um dos grandes entusiastas desses planos: Luís Eduardo Magalhães.

Quero encerrar minhas palavras dizendo que entendo a comoção por que passa o País. Todos estamos solidários com a dor do Presidente Antonio Carlos Magalhães. Mas tenho certeza de que, como ele é forte, com a oração de todos os brasileiros, irá superar este momento tão difícil para todos nós. O amor ao Brasil vai mover o Presidente Antonio Carlos Magalhães na direção correta e ele vai continuar a ser – tenho certeza – um esteio do nosso Partido, o PFL, e da política brasileira.

Todos nós vamos orar, todos nós vamos lutar, todos nós vamos continuar trabalhando – até para suprir um pouco a falta de Luís Eduardo Magalhães. Tenho certeza de que o Presidente Antonio Carlos Magalhães e todos nós saberemos honrar a luta e a tradição – de pouco tempo até – do Deputado Luís Eduardo Magalhães. Em pouco tempo ele construiu uma carreira política vitoriosa. Todos nós nos irma-

naremos para fortalecer o seu pensamento, que é também o pensamento nacional.

Nós perdemos Luís Eduardo Magalhães, mas continuamos a ter o nosso rumo, a ter o nosso caminho. Vamos seguir lutando, com essa dor, para reconstruir o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL-PI. Para encaminhar a votação) – Sr. Presidente, Senador Geraldo Melo, Sr^{as}. e Srs. Senadores, em **Colombey-Les-Deux-Églises**, na França, por ocasião do enterro do Presidente Charles De Gaulle, o féretro passava, havia, de um lado e do outro, uma sequência de soldados postados, eretos, e atrás deles, tanto à esquerda quando à direita, a multidão chorava e, vendo as lágrimas da dor e da saudade, todos reverenciavam o grande líder. Até que uma senhora, uma anciã, tenta romper a barreira dos soldados no rumo do esquife, para abraçar o líder. Os soldados procuram impedi-la de passar. Imediatamente uma voz se ergue, a voz de André Malraux, aquele que chamou Brasília de Capital da Esperança. Disse ele: "Deixem-na passar! É a França que quer prestar homenagem a seu grande filho!".

Pois bem, o eminente Senador Bernardo Cabral, há poucos instantes, citou a voz de uma senhora da Bahia, de uma senhora do povo, para dizer que a Bahia e o Brasil perdem um grande Líder, mas o céu ganha um anjo.

Então, Sr. Presidente, o sentimento da dor e da saudade de que somos possuídos neste instante é incomensurável tamanha a grandeza do Líder que se foi, tamanha a noção de brasilidade – é claro que de baianidade também – que tinha esse extraordinário homem público, Luís Eduardo Magalhães.

Em verdade, ele foi o tecelão de grandes causas: aquele que era vigoroso, firme e forte na tribuna, arrojado nas palavras, destemido, forte, firme, mas, em contraste, o homem habilidoso, o grande articulador, até manso, até pacífico, humano nos bastidores, no convívio com os companheiros e com os colegas, quer fossem correligionários, quer fossem adversários.

E quantos adversários eu vi, ontem, no Estado da Bahia! Adversários valorosos, aguerridos, competentes lá estavam a reverenciar esse tecelão das grandes causas. Tive o privilégio de com ele conviver durante longos anos neste Congresso Nacional ou nas reuniões da Comissão Executiva Nacional do meu Partido, o PFL, do qual tenho orgulho de fazer

parte. Ele adotava aquela posição abalizada, aquela posição firme, mas sempre tempestiva, sempre na hora certa, sempre movida pelo sentimento do Brasil que tinha presente em todos os momentos.

Ele era, sim, a esperança. Era a esperança de que falou o Senador Bernardo Cabral, a esperança de que bem sabe o meu amigo Deputado Heráclito Fortes, aqui presente, seu amigo inseparável de todas as horas. Ele era o vigor, a energia, a chama que talvez nos faltasse neste País. Era, indiscutivelmente, um homem em ser, embora tudo já tivesse sido.

Eu, que fui Deputado Federal por dois mandatos e nós, que somos políticos, sabemos bem quanto é difícil galgar e chegar à Presidência da Casa, e ele foi Presidente. Luís Eduardo Magalhães foi Presidente, e um senhor Presidente. Ou para usar as expressões de Érico Veríssimo no seu livro "O Senhor Embaixador": ele foi "O Senhor Presidente". O homem das reformas. Nada passaria no nosso Brasil, não teríamos virado as páginas da história se não fosse a sua presença. E chegou à Liderança do meu Partido, na Câmara dos Deputados, de uma forma eloquente. Foi o Presidente das reformas, o Presidente da Câmara dos Deputados ontem reverenciado pelo Presidente da República Federativa do Brasil Fernando Henrique Cardoso, que interrompeu a sua programação importante na Espanha e foi a Salvador, na Bahia, render a sua homenagem, a homenagem do Brasil a Luís Eduardo Magalhães.

O que dizer do pai? Nada mais belo pode ter sido dito aqui do que aquilo que disse o Senador Josaphat Marinho, que, certamente, como todos nós, está sofrendo nesta hora, ou aquilo que foi dito pelo Senador Pedro Simon, que abordou a confraria da qual, lamentavelmente, ele faz parte. Uma vez a mim disse o meu amigo, ex-colega de escritório, Célio Borja, nos tempos em que eu advogava no escritório do falecido ex-Ministro Victor Nunes Leal, ao lado de José Paulo Sepúlveda Pertence, de Sampaio Dória e de tantos outros, quando seu pai estava à morte: "A pior coisa que pode acontecer a um homem é sobreviver a um filho. Meu Deus, que coisa terrível!"

Isso aconteceu ao Presidente da nossa Casa, Senador Geraldo Melo. Nunca vi um homem chorar por vinte e quatro horas. Vi o Senador Antonio Carlos Magalhães chorar por vinte quatro horas seguidas, na dor, na saudade, no sofrimento, nas lamúrias. Eu, que acompanhei as últimas horas de vida de Luís Eduardo, no Hospital Santa Lúcia, aqui em Brasília, e vi a agonia e a dor de Antonio Carlos Ma-

galhões, não posso deixar de levar a S. Ex^a a minha palavra de afeto e, muito mais, a de respeito. Porque na dor e na saudade se revela o homem. Ao sentimento de alegria se contrapõe o sentimento da tristeza, que, tenho certeza, o Congresso Nacional está sentindo, está passando, neste momento, como todos nós.

Ao lembrar-me das palavras aqui proferidas pelo Senador Pedro Simon, quando disse que viu Luís Eduardo defendendo o parlamentarismo, recordo-me de Ulysses Guimarães. Houve uma comissão, que não chegou a se instalar nesta Casa, para o exame do presidencialismo e do parlamentarismo, das formas de Estado, de governo e da monarquia, cujo presidente era Ulysses Guimarães e o relator era eu. Ulysses me telefonou, no dia 6 de outubro de 1993, combinando um encontro de trabalho para às 16h, a fim de prepararmos o roteiro dessa comissão. Afirmar que estava muito satisfeito por estar em sua companhia para um trabalho tão importante, que antecederia o plebiscito. Agradei-lhe por sua simpatia, e, de uma maneira elegante e amável, ele respondeu-me: "Simpatia é a sua, Hugo. A simpatia é a sua grife".

Entretanto, o encontro não aconteceu, porque, às 16h, o Presidente Itamar Franco chamou-me ao Palácio do Planalto e convidou-me para ser Ministro das Comunicações de seu governo. Quando tentei fazer um novo encontro com Ulysses Guimarães, isso tornou-se impossível. Fui para o Ministério das Comunicações e Ulysses Guimarães foi para a História, lugar também reservado a Luís Eduardo Magalhães.

Eu era amigo do motorista do Presidente Juscelino Kubitschek, Geraldo Ribeiro, de quem fui advogado também. O Geraldo morreu com o Presidente JK no fatídico desastre, a respeito do qual Afonso Arinos de Melo Franco disse que Juscelino explodira como uma estrela. O Geraldo, um dia, me deu uma lição de vida. Ele disse-me que os entes queridos não morrem porque, vivos, permanecem em nossos corações.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Luís Eduardo Magalhães não morrerá porque, vivo, permanecerá em nossos corações.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB-RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr. Presidente em exercício da Câmara dos Deputados, que nos honra com sua presença, Srs. e Srs. Senadores, dentre aquilo que para nós parece crueldade, a morte tem porém um dom con-

traditório especial: revela, num segundo, o sentido de uma vida. Quanto de um ser humano não compreendido, incompreendido ou desconhecido ao longo de uma vida, no instante seguinte ao de sua morte, torna-se de imediato revelado, claro. É um mistério que acompanha a humanidade chorar de dor a perda e, ao mesmo tempo, acompanhar o mistério dos desígnios. A morte sempre revelou, em profundidade, o sentido de uma vida.

O que aconteceu neste País com algumas mortes? A morte de Tancredo subitamente envolveu o Brasil numa onda de compreensão profunda do que fora a vida de Tancredo, do que é a política e do que foi, é e será a atividade de um homem público de honra. A morte de Juscelino também traduziu, com a imagem tão bela, citada pelo Senador Hugo Napoleão, da estrela que surge, o sentido daquela vida.

Fui jovem ao tempo de Juscelino Presidente, mas sei o que se disse de Juscelino neste País e sei também o quanto a história não reservou espaço para os que dele disseram, reservando-lhe, ao contrário, um espaço de glória. Sua vida ficou clara em poucos segundos. Ainda recordo o enterro de Juscelino; aquela bandeira brasileira, ainda ao tempo da ditadura, sendo levada pelo povo de Brasília, na cidade em que ele idealizou, construiu e amou, e, graças aos meios de comunicação, o Brasil inteiro voltado para aquele instante.

A morte de Ulysses revelou com muita clareza o sentido de sua vida. A morte dos que padeceram torturas, dos que morreram na luta armada que uma parte do Brasil realizou de lado a lado. Enfim, nos consideramos muito pequenos para a compreensão funda desses desígnios.

Fico a pensar no sentido dessas duas mortes recentes: a de Sérgio Motta, sobre a qual falei aqui, na sessão de segunda-feira, e a de Luís Eduardo. Não estaria por dentro dos desígnios revelar ao País a consciência do que é a política e seus valores mais altos? Creio que sim. A política é uma atividade incompreensível, senão para quem a faz. É a impressão que tenho ao longo de todos esses anos. Somente quem a faz é capaz de compreendê-la. E nós não temos no Brasil, infelizmente, condições para que a política seja considerada no seu verdadeiro sentido, na sua verdadeira importância.

É curioso! Fala-se tanto dos políticos e, no entanto, dois políticos morrem e a Nação os reverencia, porque descobre a existência ali de valores altos, correspondentes ao que deve ser a política de um país. Estaria ali uma lição de compreensão da importância não de ser conivente com os erros da

política, mas de ser compreensivo com os seus caminhos?

Tenho uma convicção na qual eu sou muito solitário, também não tenho nenhuma pretensão de convencer ninguém (aliás, tenho certeza de que não convencerei ninguém com essa convicção): a de que os países que valorizaram a política são aqueles que conseguiram estabelecer democracias estáveis no século XX. É muito curioso! A Alemanha sai do nazi-fascismo e organiza um sistema inteiramente montado na política, a tal ponto que financia as campanhas eleitorais. A Itália sai do fascismo, arrebatada da guerra, leva quase três anos para fazer uma constituição, que é massacrada pela imprensa, pelo povo, por tudo mundo, porque fora uma constituição de conciliação, para que se terminasse o processo constitucional, e de lá até cá a Itália é uma das democracias mais estáveis do mundo. A pequena Suíça é um exemplo interessantíssimo de organização democrática, apesar de todo o caráter elitista e hierático do comportamento suíço – ainda outro dia o novo Embaixador nos dava uma aula sobre este país. A Suíça é inteiramente montada na predominância da atividade política, uma atividade política que se expressa através da democracia direta, tanto quanto da democracia representativa.

Luís Eduardo revela ao País, na sua história, no seu exemplo, na tragédia de sua morte, como é possível e como existem políticos qualificados neste País. Interessante que, ao mesmo tempo em que, semanas antes, vozes restritivas tanto falavam mal das articulações feitas para que houvesse condições de avanço nas matérias constitucionais, essas vozes ficam obrigadas a reconhecer que os artífices da articulação necessárias às reformas eram dois homens de bem, dois homens qualificados. Não estará aí também uma outra lição a emergir da dor da morte, a de que é possível conciliação, a de que é possível entendimento? Creio que sim.

Há um outro ponto ideológico que me parece muito importante. Há muito pouca compreensão no Brasil sobre o que é um liberal moderno, até porque o pensamento liberal foi, em certo momento, apropriado pelos setores mais reacionários do País. Um liberal moderno não é o reacionário do meu tempo, nem o capitalista selvagem que aprendi a conhecer e a combater nos anos passados do Brasil. O liberal moderno é um homem que vem através da compreensão das regras do mercado para uma atitude social compatível com as circunstâncias brasileiras. Um liberal moderno é um homem capaz de compreender a importância de

alianças, na profundidade do fenômeno político, como base indispensável ao avanço.

Luís Eduardo era um liberal moderno, como liberais modernos há vários em seu Partido, e que hoje são grandes artífices de uma mudança que muitos dos que se dizem progressistas – e o são, na vontade – não conseguem sê-lo na prática, porque se atrelam a posições antigas, cediças, ultrapassadas, de uma predominância absoluta do Estado benefactor, do Estado paternalista, do Estado todo-poderoso. Ilusões da minha juventude, é certo. Aceito. Mas os liberais modernos são capazes de dar-nos essa lição, e de entender em profundidade como é possível essa aliança se dar com outros setores da vida como socialdemocratas e até como socialistas democráticos para a pavimentação de um caminho de avanço. Essa lição também ficou.

Quando se alude àquele grupo que, desde à Constituinte, se unia, juntando pessoas do PT, do PDT, do PMDB, Luís Eduardo, ali estava um exemplo de que é possível.

Há mais, a política, dentre as suas qualidades, tem uma muito pouco observada. A política ensina a cordialidade. Claro que, de vez em quando, alguns políticos se engalfinham, mas, em geral, a atividade política ensina a cordialidade – outro aspecto muito pouco compreendido da política. Constantemente diz-se: "ah, vocês se ofendem ali, atacam-se da tribuna e saem abraçados." É verdade. E é uma qualidade, uma virtude. Não digo a ofensa, mas a luta tenaz pelas idéias, quando não envolve a questão pessoal, é um exemplo de pedagogia política.

Pouca gente sabe por que os Deputados e Senadores são obrigados a tratar-se por V. Ex^a. É porque a posição desse chamamento inicial impõe a necessidade de uma compostura no exercício do debate de idéias. Sábios foram aqueles que, no passado, encontraram essa forma de manter incólume a compostura, o respeito necessário à troca violenta de idéias. Até porque, se assim não fosse, justamente o organismo encarregado pela sociedade de executar o metabolismo das idéias em confronto não funcionaria devidamente e, fracassando ele, fracassariam o próprio sistema e o próprio País.

Reparem que, até nisso, a lição de Luís Eduardo é interessante. Aquele sorriso, aquela alegria, tudo isso vem à tona no momento de sua morte e se torna, nesse mistério da morte, como reveladora de um sentido de uma vida: virtude, qualidade exaltada, aliás, por todos os noticiários, por todos os discursos.

Ainda nos últimos momentos de Luís Eduardo tive oportunidade – hoje, para mim, inapagável c

memória – de vivenciar a cordialidade. Cruzei com ele poucas horas antes de ele ter o insulto cardíaco, quando caminhava na mesma superquadra, e ele passou por mim numa velocidade muito grande, andando. E, com muita simpatia – os nordestinos me chamam de Artu, sem "r", e gosto muito de ouvir esse som simpático – ele disse: "Oi Artu!" E passou rápido. E até comentei com a minha mulher, com quem caminhava: "Mas ele está caminhando muito rápido". E ela falou: "Mas ele é jovem, está habituado." E eu ainda me voltei, porque quis acompanhar com o olhar a caminhada dele, porque me pareceu assim que ele estava muito rápido. Ele estava no afã, me disse o pai, lá no hospital, de perder uns quilos. E guardei ainda esse último aceno, assim tão carinhoso, carinho aliás que ele mantinha em todos os momentos das nossas pequenas e rápidas convívências. Essa cordialidade – **cordis**, que é coração, no latim – que vem do traço do coração.

Um outro ponto interessante: como é ser filho de Antonio Carlos Magalhães? Como é ser filho de uma estrela fulgurante, de um vulcão, como quisessem chamar? Como Luís Eduardo soube unificar dois aspectos tão lindos da vida: ser filho de um homem de personalidade, que ocupa o espaço seu e de tudo que faz, amar esse pai em profundidade, ser por ele amado e ter luz própria. Caminho seu, temperamento seu, modo de agir seu, jamais repetição do estilo do pai, e de um pai a quem sempre amou em profundidade.

As emissoras de televisão estão a passar aí momentos dos dois. Vale a pena a atenção no olhar do Antonio Carlos quando o Luís Eduardo está perto. Fixei-me nisso várias vezes. O olhar de pai quando o filho está perto é um olhar tocado por magia, por encanto, é indefinível. Esse olhar é que pavimentou a certeza de que aquela união era muito sólida. Ora, o sentimento de amor filial é ou não algo que a nossa sociedade, na perda de valores, hoje quase que desdenha? Aí está outra lição dessa vida.

Enfim, perdemos precocemente uma grande possibilidade de prosseguimento da atividade política nos níveis em que todos os homens de bem deste País sonham e planejam.

A política tem algumas regras. Costumo dizer que a principal delas é a lealdade. Inteligência é importante? É, mas só a inteligência não faz um político. Esperteza – que, aliás, é uma forma menor de inteligência, mas é algo importante na vida política – é importante? É, mas só com esperteza não se faz política. Dignidade é importante? Claro! É fundamento,

não é nem finalidade da ação política. Faz-se política por ser digno e não para ser digno. Mas não é também a única finalidade da ação política. Estou convencido, nesses anos, que a regra básica da política é a lealdade, porque esta, quando está ausente, todas as demais características positivas desaparecem. O político desleal, ou seja, que não é capaz de cumprir a sua palavra, aquele que assume compromissos e não os revela, aquele que, em nome de seus interesses, passa por cima de valores, de promessas, o político desleal pode até ter pequenas vitórias, porém não dura. E quem é político sabe que o segredo dessa atividade nem é nela entrar, é nela permanecer, porque é uma atividade de extrema dificuldade. A cada quatro anos voltada a uma atitude de humildade, de retornar à sociedade para pedir o voto e, quando ele é negado, as carreiras políticas são interrompidas, às vezes com injustiça. Portanto a permanência tem um segredo e, às vezes, em nome da permanência, o conceito da lealdade vai se embora. Por isso, ele, a meu juízo, é o conceito básico da ação política. Ele foi um exemplo de lealdade, dito pelos seus adversários políticos, aliás Antonio Carlos é assim também. A lealdade é um traço que o marca nos seus acertos e nos seus erros, na sua formidável capacidade de compreensão e nos seus destemperos. Do pai ele herdou também essa característica. Lealdade, franqueza, coragem, trabalho e caráter são alguns aspectos que vão ficar como lição de vida desse menino que partiu tão cedo.

Quando Luís Eduardo morreu, estávamos no hospital, assistimos e vivemos com profundidade a dor do pai. Recordei-me de algo que foi muito comum à minha infância. Meu pai perdera uma filha, a minha irmã; tinha cinco anos quando eu nasci. E meu pai se aferrou a um poema de Fagundes Varela – grande poeta brasileiro do século passado, que perdera um filho – chamado **Cântico do Calvário**. É um dos mais belos poemas e talvez dos menos conhecidos, embora esteja em algumas antologias permanentemente. É um discurso na linha das exaltações verbais da poesia do século passado, de maravilhosa penetração, e só ele, até hoje na literatura portuguesa, vi contar o que é a dor de um pai.

Não terei tempo para ler o poema, porque ele é extenso, porém lerei a sua primeira parte com a qual concluo essa fala de homenagem, de saudade, pensando no Sérgio, pensando no Luís Eduardo, pensando nos que ficaram, na família de cada um deles, pensando em Antonio Carlos Magalhães e em todos

que aqui hoje, com tanta sinceridade, com tanta emoção, com tanta beleza de alma, traduziram dores passadas de suas vidas.

CÂNTICO DO CALVÁRIO

À Memória de meu Filho Morto a 11 de dezembro de 1863

Eras na vida a pomba predileta
Que sobre um mar de angústias con-
duzia
O ramo da esperança. Eras a estrela
Que entre as névoas do inverno cintilava
Apontando o caminho ao pegureiro.
Eras a messe de um dourado estio.
Eras o idílio de um amor sublime
Eras a glória, a inspiração, a pátria,
O porvir de teu pai! – Ah! No entanto,
Pomba, – varou-te a flecha do destino!
Astro, – enguliu-te o temporal do norte!
Teto, – caíste! – Crença, já não vives!
Correi, Correi, oh! Lágrimas saudosas,
Legado acerbo da ventura extinta,
Dúbios archotes que a tremer clareiam
A lousa fria de um sonhar que é morto!
Correi! Um dia vos verei mais belas
Que os diamantes de Ofir e de Golgonda
Fulgar na coroa de mártírios
Que me circunda a fronte cismadora!
São mortos para mim da noite os fachos,
Mas Deus vos faz brilhar, lágrimas san-
tas,
E à vossa luz caminharei nos ermos!
Estrelas do sofrer, gotas de mágoa,
Brando orvalho do céu! Sêde benditas!
Oh! Filho de minh'alma! Última rosa
Que neste solo ingrato vicejava!
Minha esperança amargamente doce!"

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Artur da Tá-
vola, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente,
deixa a cadeira da presidência, que é ocupa-
da pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.*

*Durante o discurso do Sr. Artur da Távo-
la, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa
a cadeira da presidência, que é ocupada pelo
Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente.*

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PPB-SC) – Sr. Pre-
sidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concede a palavra a V. Ex.ª.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PPB-SC. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.ªs. e Srs. Senadores, desejo, em meu nome e em nome do meu Partido, ao dizer "sim", ao apoiar os requerimentos que se encontram sobre a mesa, fazer aqui dois tipos de consideração que confirmam aquilo que de mais emotivo e sentimental tivemos oportunidade de ver e ouvir evocado nesta sessão.

Em primeiro lugar, desejamos registrar a nossa solidariedade pela dor que extravasou o âmbito da família, dor que ultrapassou o âmbito partidário e o cenário político e se inscreve como sendo um dos momentos de maior comoção que o nosso País viveu. Quero também registrar a admiração, registrar o aplauso ao exemplo e o respeito à memória do Deputado Luís Eduardo Magalhães e reafirmar aqui, em meu nome e em nome da minha família, uma profunda e sincera solidariedade pela perda que o seu Partido, os seus familiares, seu Estado e o País sentem do dia 21 de abril para cá.

A segunda colocação que pretendo fazer é en-
dereçar a cada um dos seus familiares uma palavra de conforto, porque sem dúvida alguma todas essas manifestações que colocam em relevo a personalidade do Deputado Luís Eduardo Magalhães constituem o maior consolo, o maior conforto que aqueles que ficam podem auferir.

Todas essas manifestações, repito, que enaltecem a personalidade de Luís Eduardo Magalhães devem-se constituir numa forma carinhosa de conforto para os seus familiares.

Concluo, destacando dentre esses familiares aquele que convive conosco: o Presidente desta Casa, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Já foi dito, com absoluta precisão pelos oradores que me antecederam que a dor do pai, ao ver ser enterrado o seu filho, é particularmente perversa, cruel.

Giovanni Papini, quando fez as pazes com a Igreja e com a sua consciência, escreveu a história de Cristo, sucedendo o livro *O Diabo*, que lhe tinha valido a excomunhão. Ele descreveu, de maneira perfeita, por que essa dor do pai ao perder o filho é particular e singularmente cruel. É porque o amor do pai para com o filho é, segundo Giovanni Papini, na escala de sentimentos que o ser humano pode nutrir pelos seus semelhantes, o único momento em que o amor consegue ser concebido e ser expressado com perfeição, sem jaça, sem mancha e sem defeito, porque, no dizer de Giovanni Papini, o pai consegue ver projetado no seu filho o conjunto das suas virtudes,

dos seus sonhos e, cada vez que o filho consegue excedê-lo, ele não tem espécie alguma de pontada de ciúme, ele se realiza quando o filho o excede, quando o filho é reconhecido por virtudes às quais ele próprio, pai, não é associado.

Por esta razão, o amor do pai para com o filho é, na escala de valores dos sentimentos humanos, o sentimento mais perfeito, no dizer de Giovanni Papini. Em decorrência disso é que a dor que resulta de uma perda dessa natureza é uma dor singularmente difícil.

Ao registrar aqui a minha palavra de solidariedade ao Senador Antonio Carlos Magalhães, encerro as minhas palavras com o que leio hoje na coluna de Carlos Heitor Cony, referindo-se a Antonio Carlos Magalhães:

"Nada devo a ele, nem ele a mim, mas encontrei nele um coração imenso, que transcende à luta política, na qual é considerado o profissional mais competente. A esse coração, agora despedaçado, gostaria de dirigir uma palavra de carinho e solidariedade, e acredito que a maioria do povo brasileiro gostaria de fazer o mesmo".

Sou um daqueles que, aqui convivendo com Antonio Carlos Magalhães, subscrevo estas palavras que traduzem aquilo que, tenho certeza, a imensa maioria do povo brasileiro gostaria de lhe fazer chegar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra o Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, encontrávamos-nos, o Senador José Agripino e eu, integrando a comitiva do Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso, que fazia uma visita de Estado ao Reino da Espanha, quando fomos ali surpreendidos pela notícia dolorosa do falecimento do Deputado Luís Eduardo Magalhães.

Já havíamos saído daqui ainda sob o impacto da morte do Ministro Sérgio Motta, que causou realmente uma profunda comoção entre todos os que o conheciam, o admiravam e viam nele um homem público completamente dedicado ao cumprimento das suas responsabilidades, fosse no plano administrativo, fosse no plano político-partidário.

Pois bem, mal havíamos chegado a Madri, fomos, inicialmente, surpreendidos pela notícia do infarto do Deputado Luís Eduardo Magalhães. Mais tarde, já de madrugada, na capital espanhola, recebíamos a notícia do seu prematuro falecimento.

Conheci-o na Assembléia Nacional Constituinte, assim como vários dos que aqui se encontram. Naquela ocasião, ao privar do seu convívio, pude aquilatar o seu potencial e ver nele um futuro líder político de expressão nacional. Os que conhecem o Congresso Nacional, particularmente, a Câmara dos Deputados, sabem como a imprensa e a opinião pública, de uma maneira geral, recebem com ceticismo aqueles que aqui chegam pela primeira vez, ainda que tendo cumprido, como S. Ex^a, um mandato estadual, para exercer o seu primeiro mandato. Há os falastrões, há os exóticos, há os que de toda sorte procuram obter visibilidade, um momento de glória que seja; mas os que realmente têm conteúdo, os que realmente vêm a se destacar no curso da realização dos trabalhos legislativos são os que acendem naturalmente. Certamente que esse ceticismo ainda é maior quando alguém chega aqui portando um sobrenome ilustre, de um político notório, de alguém que tem uma presença importante no cenário político nacional, é como se fosse um prolongamento acessório do verdadeiro detentor do poder, da responsabilidade e da competência política.

Pois a ascensão de Luís Eduardo foi feita naturalmente. S. Ex^a granjeou o respeito dos seus Colegas, afirmou-se como um Deputado competente, capaz de articular, capaz de manter a palavra empenhada, de assumir funções de liderança, como disse o Senador Hugo Napoleão, que não são fáceis de serem atingidas naquela Casa, seja liderança de partidos, de blocos ou a Presidência da Câmara dos Deputados. E a tudo isso S. Ex^a chegou com naturalidade, como uma decorrência do seu trabalho, da sua vocação, da sua maneira de se conduzir.

Ontem mesmo, depois de entendimentos que a diplomacia exigia com as autoridades espanholas, fosse o Chefe de Estado, Rei D. Juan Carlos, fosse o Primeiro-Ministro José Maria Aznar, o Presidente Fernando Henrique Cardoso cancelou a sua visita e imediatamente retornamos ao Brasil, nos dirigindo diretamente para a Cidade de Salvador, onde tivemos oportunidade de dar o último adeus àquele que se destacou na vida pública. S. Ex^a foi abatido em pleno vôo – falava o Senador Artur da Távola, citando o poema de Fagundes Varela "A Pomba" –, assim foi ele, foi abatido num momento de grande ascensão política.

Tenho para mim, Sr. Presidente, que a glória dos políticos e dos guerreiros parece que está na dependência do modo como ele nos deixam, como desaparecem,

parece que isso tem algo a ver com a morte trágica, inesperada. Foi, assim, com Getúlio Vargas, com Tancredo Neves, e foi assim, agora, com Luís Eduardo, que realizava uma vocação política. E em política não há o legado material que os pais transmitem aos filhos, porque política, sobretudo, é vocação. Debalde será aquele que quiser – e muitos já tentaram sem nenhum êxito – ungir herdeiros que não têm o talento nem as condições para o exercício da atividade política, porque é uma atividade cheia de peculiaridades, de exigências. E, entre elas, talvez, fosse o caso de se meditar agora, inclusive na exigência ou na repercussão que ela tem até sobre a nossa vida, seja no plano familiar, seja no plano até da nossa integridade física, da nossa saúde. Nós, às vezes, negligenciamos-nos, não emprestamos o cuidado necessário à nossa saúde, envoltos nesse dia-a-dia absolutamente absorvente, exigente, que é o da atividade política, quando ela se exerce por vocação, com senso de responsabilidade. E, muitas vezes, somos colhidos por estas surpresas, somos prisioneiros desses acontecimentos que terminam nos subtraindo pessoas do nosso convívio, como Luís Eduardo.

Certamente, quem conhece a vida do Senador Antonio Carlos Magalhães sabe que a sua carreira política vitoriosa, a sua história, a sua vida, inclusive no plano pessoal, também tem sido pontilhada de muitos desafios, de muitas dificuldades, de muitos momentos de dor e de sofrimento. Não pensem que S. Ex^a veio para a vida pública a passeio. S. Ex^a tem enfrentado muitos dissabores e sofrido bastante. Agora, mais uma vez, S. Ex^a recebe um golpe duro, talvez o mais duro de toda sua vida. Oxalá esta seja a última vez que o Senador Antonio Carlos Magalhães se defronta com situações desse tipo!

Acreditamos que, com sua energia, com seu poder de liderança e com sua capacidade de luta tantas vezes demonstrada, S. Ex^a vencerá também essa dificuldade. Nós, seus amigos e Colegas, estamos aqui para lhe prestar essa solidariedade, que não é mais política, mas pessoal. Oferecemo-lhe a nossa amizade, o nosso conforto, muito mais no sentido de fazer com que S. Ex^a sinta este nosso sentimento, porque só o tempo poderá permitir que S. Ex^a conviva, de maneira mais tranquila, com essa grande dor.

Portanto, Sr. Presidente, associo-me aos dois requerimentos que foram apresentados e que estão sobre a mesa. Deixo este registro de quem conheceu Luís Eduardo Magalhães, de quem com ele conviveu e de quem nele depositava grandes esperanças.

Não é fácil formar quadros políticos! Não é fácil descobrir vocações como essas, que têm muito a oferecer ao País! Perdem o Senador Antonio Carlos Magalhães, a Bahia, o Congresso Nacional e o Brasil! Quem o diz não sou eu, mas vozes insuspeitas de adversários políticos que reconhecem o talento e a vocação política daquele que muito fez e muito mais faria pelo nosso País!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao penúltimo orador inscrito, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o Senador Lúcio Alcântara acabou de se referir à viagem que juntos fizemos à Espanha, acompanhando Sua Excelência o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

A viagem iniciou sob o peso do impacto da perda do Ministro Sérgio Motta, há 30 anos amigos do Presidente. Esse fato foi marcante, mas não justificou o cancelamento da viagem programada há meses. A viagem foi feita em clima de reflexão, de silêncio e de poucas conversas. A viagem foi feita, porque era dever de Estado.

Chegamos à Espanha, e os primeiros atos foram praticados. A recepção oficial foi oferecida pelo Rei Juan Carlos, pelo Presidente de Governo José Maria Aznar e por seus Ministros. Houve um jantar na Embaixada do Brasil, onde recebemos a primeira notícia sobre o estado de saúde do amigo e Deputado Luís Eduardo Magalhães. A notícia ainda não era a final, a qual só recebemos às 2 horas e 30 minutos.

Imaginávamos que a viagem fosse prosseguir e, juntos, o Senador Lúcio Alcântara e eu, estivemos presentes na Praça da Lealdade para o primeiro ato oficial da visita. Lá não chegou o Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas a notícia de que a viagem estava sendo cancelada. Foi cancelada toda a programação de uma viagem de Estado importante para o Brasil e para a Espanha, fato único no ano de 1998 para o Rei Juan Carlos, que só recebe um Chefe de Estado por ano.

A viagem foi cancelada, e, logo a seguir, deram-nos a informação de que, às 13 horas, horário de Madri, todos nós retornaríamos ao Brasil para participar das exéquias do Deputado Luís Eduardo Magalhães. Com profunda tristeza, dirigimo-nos ao aeroporto e embarcamos no avião. A viagem foi marcada por dois falecimentos terríveis para o País.

A viagem durou oito horas. Decorridas seis horas, o Senador Lúcio Alcântara e eu recebemos o con-

vite do Presidente da República para conversar-mos privadamente na cabine presidencial. Para lá fomos e ouvimos o sentimento do Presidente, que nos disse claramente: "As perdas políticas são superáveis – dá-se um jeito em tudo –, mas não as perdas humanas".

Sua Excelência nos fez confidências sobre suas relações pessoais com Luís Eduardo Magalhães, o cavalheiro, o homem paciente, tolerante, articulador, agregador, lúcido e determinado. Fez-nos confidências que não me cabe revelar, mas que a mim deram a informação precisa de que o cancelamento daquela viagem de Estado era um gesto do Presidente que traduzia o desejo da classe política brasileira e da sociedade brasileira. Sua Excelência foi um grande intérprete do sentimento do povo brasileiro.

Fez-nos confidências sobre as relações que, durante um tempo de sua vida, teve com Luís Eduardo, o que me fez lembrar do amigo Luís Eduardo. Em 1983, quando eu era Governador e ia a Salvador para participar de uma reunião política, ele, como Presidente da Assembléia Legislativa, recebia-me na porta do avião sempre modesto, humilde, amigo e solícito.

As confidências do Presidente Fernando Henrique me fizeram lembrar do Luís Eduardo que, tantas vezes, veio a este plenário para falar com seu pai ou com outra pessoa. Ele não saía deste plenário sem cumprimentar, individualmente, todos do seu Partido e de outros Partidos, mostrando quem realmente era: um cavalheiro tolerante, que não estabelecia barreira entre pessoas e que discutia idéias com sinceridade; o homem que foi incompreendido na época da Constituinte e era tido como um "emblema do Centrão", quando, na verdade, já àquela época, ele se antecipava aos tempos de hoje e defendia suas idéias com relação ao conceito de capital estrangeiro na participação de empresas brasileiras e à participação de capital estrangeiro na mineração. Demonstrava já o seu espírito liberal. Demonstrava aquilo que foi, de forma determinada, quando da votação das reformas constitucionais, quando ele significou o grande elo de ligação entre o PFL, o nosso Partido e o PSDB, que se uniram para fazer as reformas muito mais em nome do interesse nacional do que de afinidades pessoais.

Luís Eduardo Magalhães significou tudo isso para todos nós e para o Presidente da República. O seu desaparecimento provocou uma comoção nacional. Ao ligar as televisões, é fácil sentir o sentimento dos baianos

e da classe política. Não ouvi um único depoimento de político algum que não fosse positivo em relação à sua postura de cidadão e de homem público.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, não quero me alongar, mas desejo repetir frases que dizem respeito a Luís Eduardo, que não são minhas, mas sim de políticos que, por acaso, são baianos. Um desses políticos disse: "Luís Eduardo é a síntese dos sonhos que Antonio Carlos Magalhães não conseguiu realizar". Um outro disse: "Luís Eduardo é o coração de Antonio Carlos Magalhães".

O nosso Presidente, homem de luta e de determinação, não pode fraquejar. Não somente nós, do PFL, precisamos dele, mas o País inteiro precisa da sua garra, da sua luta na defesa do conceito do Congresso Nacional, da respeitabilidade da Câmara e do Senado.

Quero pedir para que Antonio Carlos faça dos sonhos de Luís Eduardo os seus próprios sonhos, faça do coração de Luís Eduardo o seu próprio coração e que a memória de Luís Eduardo seja o estímulo permanente para que Antonio Carlos continue o mesmo homem aguerrido que conhecemos neste plenário.

Luís Eduardo se foi; Antonio Carlos fica. E o Brasil precisa de Antonio Carlos. A ele, a D. Arlete, a Michelle, aos irmãos de Luís Eduardo, aos seus filhos, a minha homenagem, a minha saudade e a minha solidariedade.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra à Sr^a Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES (Bloco/PDT-RS. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, em nome do meu Partido, o Partido Democrático Trabalhista, que também subscreve o requerimento de votos de profundo pesar pelo falecimento do Deputado Luís Eduardo Magalhães, queremos manifestar os nossos sentimentos e, sem dúvida, a nossa surpresa diante do lamentável ocorrido.

Não vamos nos aprofundar em considerações que os amigos, os companheiros de Partido, os que conviveram mais de perto com o Deputado, quer na sua vida política, quer na vida pessoal, já fizeram neste plenário, com muito brilhantismo e com muita sinceridade. Queremos apenas acrescentar que há determinados momentos na vida das pessoas em que as divergências, os pensamentos opostos, as posições ideológicas devem e são colocadas em um segundo plano. A morte, o afastamento de uma pessoa estimada, admirada, sem dúvida, é um desses momentos.

A comoção que tomou conta do Brasil, extrapolando as bases partidárias, familiares e de amizade

que Luís Eduardo plantou, chegou também aos políticos de Oposição, em respeito ao que ele significava como pessoa, como político jovem, graças ao seu esforço, à sua determinação, as suas qualidades pessoais e a sua forma cordial de tratar, de encaminhar as questões e de dialogar.

Portanto, a nossa homenagem, a nossa solidariedade, os nossos sentimentos àqueles que compartilharam de todos os outros passos da vida de Luís Eduardo; mas, também, a nossa solidariedade ao povo brasileiro que lamenta profundamente o desaparecimento de um jovem político do cenário nacional. Aos seus familiares, ao Senador Antonio Carlos Magalhães, ao irmão, à esposa, à mãe, aos filhos, os nossos sentimentos.

Neste momento, desejamos que a força divina, que sempre redobra os sentimentos e a garra de cada pessoa nos momentos de desafio que cada um vive, chegue ao coração daquela família, às mulheres da vida de Luís Eduardo: sua mãe, sua esposa, suas filhas – sabemos que sempre ao lado de um grande homem existe uma grande mulher, as mulheres que sabem vencer o desafio da vida, as dores da vida – que saibam também encontrar o fortalecimento do desafio da morte.

Nossos sentimentos. O PDT associa-se às homenagens que aqui são prestadas.

Muito obrigada.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB-PA) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB-PA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, pretendo ser bastante breve, considerando o adiantado da hora. Associo-me às várias manifestações aqui proferidas, especialmente às palavras do Senador Artur da Távola, do Senador Espiridião Amin, entre outros – o meu profundo pesar pela morte de Luís Eduardo Magalhães.

Imagino e sinto profundamente a dor que sente, neste momento, o Senador Antonio Carlos Magalhães. Espero que S. Ex^a tenha forças suficientes para superar essa tragédia que aconteceu na sua vida e continuar o seu trabalho de político. E ressalto aquilo a que chamou a atenção o Senador Artur da Távola: embora os políticos sejam tão criticados, sejam tão falados, na hora em que pessoas que têm realmente valor, que são respeitadas pela população falecem, o povo sente, o povo abraça, o povo chora.

Manifesto a minha solidariedade, o meu sentimento, principalmente à dor do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Como último orador, concedo a palavra ao Senador Bello Parga.

O SR. BELLO PARGA (PFL-MA. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a Bancada do PFL do Maranhão nesta Casa, profundamente consternada com a perda de toda a Nação brasileira, em especial do Estado da Bahia, e muito particularmente do nosso Partido, vem trazer a sua solidariedade à dor que dilacera o coração de pai do Presidente desta Casa, à mágoa que confrange o espírito do próprio Presidente da República, pela perda de um amigo. E vem também abraçar os seus correligionários, ainda não inteiramente recompostos moralmente desse abalo, que foi coletivo.

Nesse sentido, fazemos questão de participar da votação do requerimento **sub judice** e encaminhar o voto favorável a essas proposições.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Sr. Senador Mauro Miranda enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB-GO) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o Brasil está chorando a perda de Luís Eduardo Magalhães como se estivesse perdendo um estadista fortemente identificado com a história do País. É como se a morte sepultasse com ele uma parte importante do nosso futuro. Essa reação, mostrada ontem no clima de comoção que a mídia procurou refletir, tem a meu ver uma explicação política lógica: o País vive hoje uma fase de pauperismo quanto a uma desejável renovação de lideranças, e o jovem deputado da Bahia já era a âncora mais promissora e mais testada para servir de ponte entre o nosso presente e o nosso futuro.

Apesar de jovem, o pranteado líder do Governo já havia percorrido todos os caminhos políticos que levam à maturidade. Ele estava pronto para assumir posições de relevo ainda maior na história do País, e a possibilidade de ser o primeiro Presidente da República a ser eleito no próximo século não era uma fantasia, mas um projeto de viabilidade concreta. Virtude especial no comportamento de Luís Eduardo, era a postura sempre cuidadosa

para não agredir os desígnios do tempo e nem a coerência dos fatos. Ele não forçava os acontecimentos, mas caminhava com eles, dando-lhes consistência com seu estilo ao mesmo tempo determinado e discreto. Assim, eu creio que a Presidência da República não era para Luís Eduardo uma ambição compulsiva a ser perseguida no curso dos próximos cinco anos. A participação crescente de sua liderança na produção de novos fatos políticos é que levaria a isso. Na safra de novos governadores que irão assumir o mandato no próximo ano, Luís Eduardo já despontava como uma das lideranças de brilho previamente assegurado no conjunto do universo político brasileiro.

Luís Eduardo Magalhães deixa em todos nós um certo sentimento de orfandade política. Ninguém poderá contestar que ele paternalizou muitos dos fatos mais importantes da história recente do País. Foi a sua pertinácia, a sua firmeza e a sua liderança, tanto na presidência da Câmara dos Deputados, como no exercício da coordenação política, que assegurou a aprovação de reformas importantes para o futuro do Brasil. Graças ao seu estilo decidido de comandar as votações, ele ajudou também a reconstruir a imagem de um Congresso que trabalha, que produz e que decide. Homem de compromisso, não temia expor-se para garantir o cumprimento da palavra empenhada, e foi assim que ele conquistou a imagem de interlocutor confiável.

O poder chegou a Luís Eduardo, mas não creio que as tentações do poder o tenham seduzido. Todo o País tomou conhecimento das pressões para que ele ocupasse posição de destaque no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Recusou-se sequer a considerar a hipótese, como também rejeitou, depois, em aceitar a liderança do governo na Câmara. Deixou sempre claro que, mais importante que os atrativos do cargo, era a independência para exercê-lo de acordo com os interesses do País. Os princípios estavam em primeiro lugar para Luís Eduardo Magalhães, que soube construir também a imagem de político realista pouco sensível às ilusões da política. Assim, não trabalhava com hipóteses, mas com fatos.

Ainda ontem, uma emissora de televisão exibia entrevista em que Luís Eduardo, tempos atrás, falava a dificuldade para a aprovação das reformas. Ponderava que o nosso Congresso não é por natureza reformador, mas conservador, argumentando que os vínculos de campanha entre candidatos e eleitores são vínculos de interesse imediato, não mudancistas. E é dentro

dessa realidade que Luís Eduardo trabalhou, como um gigante, para viabilizar a aprovação de reformas importantes para o futuro do País.

Senhoras e Senhores Senadores, quero aqui, apenas algumas horas depois do sepultamento deste ilustre brasileiro que foi Luís Eduardo Magalhães, deixar o registro de minha homenagem pessoal a uma das figuras mais vigorosas e mais afirmativas do nosso mundo político. Ele vem de berço político ilustre, e, se herdou do pai, o nosso querido Presidente Antonio Carlos, a firmeza das convicções, a ousadia da coragem e as virtuosas qualidades de caráter, não fez do prestígio paterno o instrumento para as escaladas da carreira política. Não me lembro de alguém que lhe tenha negado essa justiça. Pelo contrário, a autonomia de vôo de Luís Eduardo é unanimidade na impressão dos que o conheceram, como eu, que fui seu companheiro de caminhadas matinais durante os anos em que juntos convivemos na Câmara dos Deputados.

Não tenho dúvida de que vamos sentir muita falta de Luís Eduardo Magalhães. Os pais, a mulher, os filhos, a Bahia, o Congresso, os amigos e o País. Pelo que ele foi na vida prematuramente encerrada anteontem, e pelo que estou certo que ele seria no amanhã de um País tão necessitado da força de novas gerações. Neste momento, não há palavras que possam servir de consolo. Neste plenário, vamos conviver por muito tempo com a dor e o sofrimento de um pai inconformado. As lágrimas copiosas que o Presidente desta Casa verteu, sob o sentimento solidário de toda a Nação, ficam para todos nós como a imagem definitiva de uma cumplicidade construída sobre sólidos laços de família e sobre sentimentos de mútua admiração que uniam mais ainda pai e filho. Deixo aqui meus votos e minhas esperanças de que Deus e o tempo ajudem a equilibrar, no coração da família de Luís Eduardo, a dor da saudade com o orgulho da lembrança de uma das mais autênticas promessas de estadista que este País já teve em sua história.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Encerrado o encaminhamento de votação.

Antes de submeter aos votos dos presentes, desejo dar conhecimento ao Plenário que está sobre a mesa requerimento versando sobre o mesmo assunto, que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

REQUERIMIENTO Nº 258, DE 1998

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicitamos a realização de uma Sessão Especial do Senado Federal destinada a reverenciar a memória do Deputado Luís Eduardo Magalhães, que exerceu, dentre outros, na Câmara dos Deputados, os cargos de Presidente e Líder do Governo, cujo falecimento prematuro, no dia 21 de abril, todos lamentamos.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 1998.

- 1.

- 24.

- 3.**

- 4 -**

- 5 -**

- 6 -**

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Tendo em vista o teor do requerimento que acaba de ser lido e a comunidade de temas com os requerimentos cujo encaminhamento de votação se fez, submeto conjuntamente ao Plenário os requerimentos que estão sobre a mesa.

Os Srs. Senadores e Senadoras que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovados.

Para cumprir uma das determinações dos requerimentos que acabam de ser aprovados, peço a todos que, de pé, observemos um minuto de silêncio em homenagem à memória do Deputado Luís Eduardo Magalhães. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência lembra aos Srs. Senadores a realização de sessão não deliberativa amanhã, às 9 horas.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Cumprindo o que acaba de ser decidido por este Plenário, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 10 minutos.)

(OS.: 12533/98)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

4ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (ordinária) da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura, realizada em sete de abril, de 1998, às 10:00 horas.

Às dez horas do dia sete de abril de mil novecentos e noventa e oito, na Sala de Reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senador Fernando Bezerra e com a presença dos Senadores Jefferson Peres, José Bianco, José Eduardo Dutra, Pedro Simon, Elcio Alvares, João Rocha Esperidião Amin, Osmar Dias, Gerson Camata, Francelino Pereira, Edison Lobão, Gilberto Miranda, Odacir Soares, Lúcio Alcântara, Romero Jucá, Gilvan Borges, José Fogaça, José Agripino, Leomar Quintanilha, Carlos Patrocínio, Carlos Bezerra e Beni Veras. Deixam de comparecer os Senadores Freitas Neto, Bello Parga, Jonas Pinheiro, Waldeck Ornelas, Ney Suassuna, José Saad, Ramez Tebet, José Roberto Arruda, Coutinho Jorge, Lauro Campos, Ademir Andrade e Levy Dias. O senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Em seguida procede-se a apreciação das seguintes matérias: **Projeto de Lei do Senado nº 134, de 1995**, que "Regulamenta o Parágrafo 3º do Artigo 8º do

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a reparação de natureza econômica devida aos aeronautas e aeroviários, civis e militares, impedidos de exercer a profissão". Autoria: Senador Roberto Freire Relator: Senador Ney Suassuna. Parecer: Favorável nos termos da Emenda nº 02 (substitutivo). Resultado: Adiado. obs: matéria em reexame na cae, em atendimento ao RQS nº 625/96. **Mensagem nº 47, de 1998**, "Solicitação de elevação do limite de endividamento da Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRÁS, a fim de contratar operação de crédito externo, no valor de US\$ 271,017,228.95, junto ao EXIMBANK, destinada ao financiamento da importação de bens e serviços, no âmbito do Projeto Gasoduto Brasil-Bolívia". Relator: Senador Romero Jucá. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: É concedida vista ao Senador Gerson Camata. **Mensagem nº 101, de 1998**, que "Submete à deliberação do Senado Federal o Contrato de Reescalonamento de dívida firmado entre a República Federativa do Brasil e a República de Gana, em 11 de novembro de 1997". Relator: Senador Esperidião Amin. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. **Mensagem nº 96, de 1998**, "Solicitação do Governo Federal para contratar operação de crédito externo no valor de F 442.100.000,00, junto ao PARIBAS, destinada ao financiamento dos débitos da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, referentes à construção da Usina Termelétrica de Candiota III - Unidade I, a serem assumidos pela União, em decorrência da Lei nº 9.143, de 8 de dezembro de 1995". Relator: Senador Esperidião Amin. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. **Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1998**, que "Dispõe sobre a multa incidente sobre os débitos das Prefeituras Municipais para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e dá outras providências". Relator: Senador Esperidião Amin. Parecer: Favorável. Resultado: Adiado. **Projeto de Lei do Senado nº 135, de 1995**, que "Dispõe sobre a exploração a corte raso da floresta e demais formas de vegetação arbórea da bacia amazônica em áreas selecionadas pelo zoneamento ecológico-econômico para uso alternativo do solo". Autoria: Senador Ernandes Amorim. Relator: Senador Jefferson Peres. Parecer: Contrário. Resultado: Adiado. **Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1991**, (N.º 4827-B, de 1990, na CD), que "Dispõe sobre a regulamentação da atividade de motorista e cobrador de transportes coletivos urbanos e dá outras providências". Autoria:

Deputado Paulo Paim. Relator: Senador Gilvan Borges. Parecer: Contrário. Resultado: Adiado. **Projeto de Lei do Senado n.º 298, de 1995**, que "Dispõe sobre o custo de cada parcela rural em Projetos de Colonização Oficial". Autoria: Senador José Bianco. Relator: Senador Jonas Pinheiro. Parecer: Favorável, nos termos do Substitutivo que apresenta. Aprovado o parecer do relator, o Substitutivo será submetido a turno suplementar de discussão. Resultado: Adiado. **Projeto de Lei do Senado n.º 116, de 1996**, que "Altera a Lei n.º 9250, de 26 de dezembro de 1995, que "altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências". Autoria: Senador Bello Parga. Relator: Senador Jonas Pinheiro. Parecer: Contrário. Resultado: Adiado. **Projeto de Lei da Câmara n.º 122, de 1993**. (N.º 1.700-C, na CD). que "Determina a devolução aos legítimos proprietários dos valores relativos ao Fundo 157 e dá outras providências. Autoria: Autoria: Deputado Dejandir Dalpasquale. Relator: Senador José Roberto Arruda. Parecer: Favorável. Resultado: Adiado. **Projeto de Lei do Senado n.º 104, de 1996**, que "Dispõe sobre a inclusão de códigos de identificação tátil entre as características gerais das cédulas colocadas em circulação pelo Banco Central do Brasil". Autoria: Senador Lúcio Alcântara. Tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado n.º 202, de 1996**, que "Estabelece padrões de confecção de cédulas e moedas metálicas que possibilitem identificação pôr deficientes visuais. Autoria: Senador JÚLIO CAMPOS. Relator: Senador BENI VERAS. Parecer: Favorável, nos termos do substitutivo que apresenta, e pela rejeição do PLS 202/96". Resultado: Adiado. Obs.: Aprovado o parecer o mesmo será submetido a turno suplementar de discussão. **Projeto de Lei do Senado n.º 13, de 1996**, que "Autoriza o uso do gás natural ou do gás liquefeito de petróleo (GLP) como combustível para os veículos que especifica". Autoria: Senador Carlos Patrocínio. Relator: Waldeck Omelas. Parecer: Pela Rejeição. Resultado: Adiado. **Projeto de Lei do Senado n.º 33, de 1997**, que "Revoga o "caput" do art. 83 da lei n.º 9.430, de 27 de dezembro de 1996". Autoria: Senador Carlos Patrocínio. Relator: Senador Waldeck Omelas. Parecer: Favorável. Resultado: Adiado. **Projeto de Lei do Senado n.º 118, de 1995**, que "Altera o Parágrafo 2º e acrescenta o Parágrafo 3º ao artigo 16, da Lei n.º 8.880, de 28 de maio de 1994 e retificada em 01 de junho de 1994 que "dispõe sobre o Programa de Estabilidade Econômica e o sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor - URV e dá outras providências". Autoria: Senadores

Osmar Dias e Esperidião Amin. Relator: Senador Vilson Kleinübing. Parecer: Contrário. Resultado: Adiado. **Projeto de Lei do Senado n.º 263, de 1996**, que "Autoriza as pessoas jurídicas de direito privado que menciona a concederem empréstimos, em dinheiro, mediante penhor de bens móveis". Autoria: Senador Jonas Pinheiro. Relator: Senador Antonio Carlos Valadares. Parecer: Pôr Audiência à CCJ. Resultado: Adiado. **Projeto de Lei do Senado n.º 146, de 1996**, que "Dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências". Autoria: Senador Joel De Hollanda. Relator: Senador Gilberto Miranda. Parecer: Favorável com as Emendas de 01 a 05. Resultado: É concedida vista aos Senadores Vilson Kleinübing e José Eduardo Dutra. **Ofício "S" n.º 17, de 1998**, "Solicitação do Governo do Estado de Sergipe, para contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste - PRODETUR, no valor de R\$ 17.314.776,79, cujos recursos se destinam a execução de projetos de infra-estrutura e desenvolvimento institucional no Estado". Relator: Senador Lúcio Alcântara. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer do relator. **Projeto de Lei do Senado n.º 20, de 1996 - Complementar**, que "Dispõe sobre a participação da população e de suas entidades no processo orçamentário". Autoria: Senador Pedro Simon. Relator: Senador Eduardo Suplicy. Parecer: Favorável com as Emendas n.º 01 a 07- CAE. Resultado: Aprovado o parecer do relator. **Projeto de Lei da Câmara n.º 91, de 1996**, que "Dispõe sobre a legalização da prática de jogos de azar e dá outras providências". Autoria: Deputado José Fortunati. Relator: Senador Lúcio Alcântara. Parecer: Contrário. Resultado: É concedida vista coletiva aos membros da Comissão. **Ofício "S" n.º 25, de 1998**, "Solicitação do Governo do Estado do Paraná para emitir Letras Financeiras do Estado do Paraná, destinadas ao giro de sua dívida mobiliária vencível no 1º semestre de 1998". Relator: Senador Vilson Kleinübing. Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer do Relator. **Ofício "S" n.º 28, de 1998**, "Solicitação do Governo do Estado de Goiás para emitir contrato de operação de crédito junto ao Banco do Brasil S/A, mediante repasse de recursos do EXIMBANK JAPAN, no valor de US\$ 26.673.177,08, destinados á aquisição de máquinas e equipamentos para manutenção da malha rodoviária do Estado". Relator: Senador João Rocha. Pare-

cer: Favorável nos termos do PRS que apresenta. Resultado: É concedida vista ao Senador José Eduardo Dutra. Segue a integral dos acompanhamentos taquigráficos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – Senador **Fernando Bezerra**, Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Srs. Senadores, estabelecemos a seguinte ordem: em primeiro lugar, deve falar o Senador Esperidião Amin, que solicitou pessoalmente, antes de abrir a reunião. O segundo item é o Projeto de Lei que dispõe sobre a participação da população e de suas entidades no processo orçamentário. O terceiro item dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportações e dá outras providências. O outro item trata de operação de crédito de interesse do Estado de Sergipe.

O terceiro item é referente à Petrobrás, que tem como Relator Romero Jucá. O nº 4 refere-se ao contrato de reescalonamento da dívida firmada entre a República Federativa do Brasil e a República de Gana. O de nº 5 é concernente à operação de crédito para contratar crédito externo destinado a financiamento, Relator Esperidião Amin. Nº 6, processo de interesse do Paraná. Nº 7, processo de repasse de recursos do Eximbank, que tem como Relator João Rocha e; por fim, o nº 8 dispõe sobre a legalização da prática de jogo de azar.

Essa é a pauta.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, pediria a inversão de pauta. O Senador Pedro Simon solicitou o item 1 para Candiota; o Senador Vilson Kleinübing tem o item 2.

Então, Sr. Presidente, solicito o item 3 para o Projeto do jogo.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Senador Gilberto Miranda, a pauta já foi anunciada exatamente para evitar a sua inversão. Se desejarem inverter, submeteremos a votos. Anunciei a pauta, já relacionei os itens, e todos serão votados hoje ainda, porque há tempo suficiente.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, se todos os Srs. Senadores se comprometerem a ficar até terminar a apreciação da pauta, estou de acordo.

O SR. PEDRO SIMON – V. Exª pode contar com a minha presença.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – A pauta está boa, diz o Senador Vilson Kleinübing, e vamos cumpri-la com rapidez.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, agradecer-lhe a compreensão, mas quero pedir a atenção de todos.

Sr. Presidente, apresentei um requerimento que foi aprovado por esta Comissão a respeito das AROs. As Antecipações de Receita Orçamentárias vão se constituir no próximo escândalo nacional. Há quase dois anos, desde 1996, estamos tentando criar uma condição para aferir a taxa praticada, mas ainda não conseguimos. O Senador Vilson Kleinübing, que é o Relator do Projeto de Resolução nº 49, de 1996, vai fazer o destaque; S. Exª o apresentou ontem no plenário, para tratar só desse assunto.

Esse requerimento foi respondido pela Caixa Econômica Federal de uma maneira, a meu ver, incompleta. Vou citar um exemplo: o Estado de Mato Grosso do Sul – está na página 4 – tinha uma operação de crédito com o BBA, Kreditanstalt valor 1, que era o valor pactuado: R\$6.522 milhões. O valor 2 é aquele assumido pela Caixa, R\$4.956, com o redutor de 31%. Um redutor de 31%! Há um outro, do BCN, logo depois, que é R\$4.437 de redutor. Pelo que estou informado, essa pactuação do redutor foi feita por padrões da Febraban, numa tentativa de unificar a taxa, ou seja, a mesma instituição que é contra o tabelamento de juros, mas concorda em fazer uma conciliação de juros. Então, quero resumir, acolhendo o seu pedido, afirmando que não dá para aceitar as informações como bastantes e, por isso, sugiro, se o Plenário concordar, que convidemos a comparecer a esta Comissão a autoridade que o Ministério da Fazenda designar, para complementar os esclarecimentos sobre o porquê do redutor – não se trata da Caixa.

O SR. GILBERTO MIRANDA – V. Exª me concede um aparte, Senador?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Pois não.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Senador Esperidião Amin, somente a primeira parte daquela reunião foi cumprida: a resposta ao requerimento de V. Exª. Tenho o Requerimento nº 98, do mesmo dia, 10.03.98, convidando o Sr. Pedro Parente e o Eduardo Augusto Guimarães, Secretário do Tesouro, para explicarem exatamente essa operação, os valores e o porquê, que é o complemento do requerimento de V. Exª.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Na verdade, Sr. Presidente, fiz as duas solicitações, como diz o Senador Gilberto Miranda, mas não sei qual seria a autoridade designada pelo Ministério, se o Secretário Pedro Parente ou se o Secretário do Tesouro.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Mas V. Exª está de acordo com a explicação dada pelo Senador Gilberto Miranda?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Estou de acordo com o requerimento do Senador Gilberto Miranda. Subscrevo-o, Sr. Presidente, e considero o seguinte: enquanto isso não for concluído, da satisfação desse requerimento, ficam sustados todos os processos que dizem respeito à assunção de dívidas de AROs, assumidas pelos Estados, pelo Governo Federal.

O SR. GILBERTO MIRANDA – V. Exª tem toda razão, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – O Secretário Pedro Parente e o Dr. Eduardo Guimarães já foram convidados. Estamos aguardando a comunicação deles. Podemos fazer um contato com os dois no sentido de abreviar a sua vinda à esta Comissão, cumprindo a solicitação do Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, para concluir.

Infelizmente, não há reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania hoje, mas quero tomar dois minutos dos nossos companheiros Senadores para um assunto muito grave, que diz respeito ao Senado como um todo e a esta Comissão em particular.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – V. Exª pediu a palavra para tratar de um assunto. Agora tem outro assunto?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Perfeitamente.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – É outro assunto? Porque estou inscrito após V. Exª e gostaria de falar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Então, concedo o aparte ao Senador Lúcio Alcântara e peço a V. Exª que me inscreva para uma nova intervenção.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, cheguei atrasado, mas creio que recuperei mais ou menos o que aconteceu aqui antes de eu chegar. V. Exª falou que a Presidência da Comissão havia convidado o Secretário Pedro Parente. No meu entendimento, os Srs. Senadores, ou pelo menos os autores dos requerimentos, são pela sustação da tramitação de todos aqueles processos até a vinda dessas autoridades a esta Comissão. Ora, é evidente que isso tem uma repercussão junto aos Estados

que estão postulando esses empréstimos. O convite é muito flexível, ou seja, ele pode ser aceito ou não e, se aceito, pode ocorrer logo ou só mais tarde, sem data definida. Seria preciso que a Comissão definisse, uma vez que o Plenário está fazendo com que os processos não tramitem antes que eles venham. Nós não podemos, portanto, ficar ao sabor do arbítrio deles para aceitarem ou não essa vinda aqui.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Senador Lúcio Alcântara, a Comissão formulou convite ao Secretário Pedro Parente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Como susta, Sr. Presidente, seria o caso de marcar logo a data, comunicando.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – A Presidência está com a palavra.

E ao Sr. Eduardo Augusto Guimarães. Se o Plenário desejar, poderemos fazer a convocação. Mas penso que, antes da convocação, a Mesa faria contato com o Dr. Eduardo e com o Dr. Pedro Parente no sentido de agilizar a sua presença aqui na Comissão.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Já houve algum contato?

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Não posso informar.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Desde o dia 10 já houve contato.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – O convite foi feito, não sei se houve um contato telefônico ou pessoal.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, com todo o respeito a V. Exª, entendo que V. Exª fica com essa incumbência. V. Exª faz a convocação e marca o dia.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Se o Plenário estiver de acordo com a sugestão do Senador...

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – V. Exª faz o convite...

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Se o Plenário estiver de acordo com a sugestão do nobre Senador Pedro Simon, a Mesa fará contato com o Dr. Eduardo Augusto e com o Dr. Pedro Parente e, se perceber qualquer dificuldade, fará a convocação.

Passamos ao próximo item.

Projeto de Lei do Senado que dispõe sobre o regime tributário cambial e administrativo das zonas de processamento de exportação e dá outras providências, de autoria do nobre Senador Joel de Holanda.

O Relator é o nobre Senador Gilberto Miranda que deu parecer favorável com as Emendas de nºs 1 a 5.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o processo é do nobre Senador Joel de Hollanda. Trata-se do PLS nº 146, de 1996. Os projetos de zonas de processamento são de conhecimento de todos os Srs. Senadores. Já temos zonas implantadas que não geram privilégio tributário algum, porque são voltadas...

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Um momento, nobre Senador Gilberto Miranda.

Solicitaria a atenção dos nobres colegas da Comissão para a exposição do nobre Senador Gilberto Miranda, porque se trata de um assunto importante e fundamental para o País e para algumas regiões do Brasil e, conseqüentemente, deveríamos ouvi-lo atentamente até pelo respeito que S. Ex^a merece.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Obrigado, Sr. Presidente.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Senadores, como dizia, trata-se de matéria conhecida de todos. O parecer é longo e creio que todos os Srs. Senadores conhecem profundamente o projeto do nobre Senador Joel de Hollanda, como também conhecem as zonas de processamento.

O meu parecer é favorável e facultável aos debates, caso algum dos Srs. Senadores tenha interesse em debatê-lo.

O SR. GERSON CAMATA – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GILBERTO MIRANDA – Pois não. Ouço, com todo prazer, o aparte de V. Ex^a, nobre Senador.

O SR. GERSON CAMATA – Trata-se apenas de uma solicitação de informação. Nobre Senador Gilberto Miranda, o fundamental é que ela permite que as ZPEs – originariamente, pelo projeto do então Governo Itamar Franco, objetivava-se produzir para exportar – possam comercializar no mercado interno, pagando todos os tributos que deixaram de pagar na isenção para exportar. Não é isso?

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sim.

O SR. GERSON CAMATA – Introduz qualquer outra alteração além dessa?

O SR. GILBERTO MIRANDA – Não, absolutamente.

O SR. GERSON CAMATA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Continua em debate.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Concedo a palavra ao nobre representante de Sergipe.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, embora o nobre Senador Gilberto Miranda tenha dito que acredita que esse projeto é do conhecimento de todos os Srs. Senadores, quero dizer que, particularmente, de minha parte, não existe esse conhecimento, até porque o projeto entrou em pauta extra. Então, neste sentido, gostaria de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – O nobre Senador José Eduardo Dutra pede vista do projeto.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, também peço vista do Projeto da ZPE.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Igualmente, o nobre Senador Vilson Kleinübing pede vista do Projeto.

A vista está concedida.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lúcio Alcântara, pela ordem.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, na reunião passada, relatei aqui um pedido de empréstimo de interesse do Estado de Sergipe. O nobre Senador José Eduardo Dutra solicitou vista e já devolveu o processo. Então, pediria a V. Ex^a que o colocasse em votação.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Nobre Senador Lúcio Alcântara, o Projeto está em pauta e na ordem de inscrição e votação anunciada pela Mesa.

Passamos ao próximo item, o Projeto de Lei que dispõe sobre a participação da população e de suas entidades no processo orçamentário, de autoria do nobre Senador Pedro Simon. O Relator é o nobre Senador Eduardo Suplicy, tendo parecer favorável com as Emendas de nºs 1 a 7. Foi concedida vista ao nobre Senador Ney Suassuna, que devolveu o processo sem voto em separado.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PEDRO SIMON – Na oportunidade, Sr. Presidente, foi Relator o ilustre Senador.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, esse relatório já foi lido na sessão passada e o nobre Senador Ney Suassuna pediu vista.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Muito obrigado a V. Ex^a pela retificação.

Vamos colocar em votação o Projeto de Lei do Senado nº 20, de 1996, que dispõe sobre a participação da população e de suas entidades no processo orçamentário.

Os Srs. Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Passamos ao próximo item.

Solicitação do Governo do Estado de Sergipe para contratar operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste, Prodetur, no valor de R\$17 milhões, cujos recursos se destinam à execução de Projetos de Infra-estrutura e Desenvolvimento Institucional do Estado. O Relator é o nobre Senador Lúcio Alcântara e o parecer é favorável, nos termos do PRS que apresenta.

Resultado. Observação: em 31/03/98, foi concedida vista ao nobre Senador José Eduardo Dutra, que não apresentou voto em separado.

Em discussão o projeto.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trata-se de um pedido de empréstimo feito pelo Estado de Sergipe, no valor de R\$17 milhões, dentro do Programa de Desenvolvimento de Turismo do Nordeste – Prodetur. Eu pedi vista dessa matéria e, como tenho feito questão de registrar, tenho procurado estabelecer uma linha de coerência nos votos que tenho proferido nos empréstimos e renegociações de dívidas dos Estados brasileiros.

Recentemente, estava na Comissão de Assuntos Econômicos, também sob relatoria do nobre Senador Lúcio Alcântara, processo de acordo da dívida do Estado de Sergipe – aquele processo de federalização que está sendo realizado por todos os Estados – e, na ocasião, todos os Srs. Senadores, inclusive o nobre Senador Lúcio Alcântara, são testemunhas de que eu, particularmente, fiz gestões para se dar agilidade àquela matéria, até porque havia prazo para a rolagem das letras mobiliárias.

Pedi vista porque entendo, até com base no argumento de vários Srs. Senadores, que o que passou, passou. Foi feito acordo sobre as dívidas dos Estados – federalização, juros de 6% ao ano, por 30 anos –, mas entendo que, a partir da assinatura dos acordos, o Senado tem que ser mais rigoroso com os novos empréstimos.

Já foi dito aqui que o critério para os empréstimos, quando se trata do Estado dos outros, é dife-

rente do critério usado quando o empréstimo é para o nosso próprio Estado. Quero então começar a adotar um novo procedimento, que vou usar nos novos empréstimos, exatamente pelo meu Estado. Assim não poderei ser acusado de estar fazendo isso por mera oposição ao Governador. Como já disse, na rolagem anterior eu até fiz gestões junto ao nobre Senador Vilson Kleinübing, que estava pedindo vista, para votarmos a matéria.

Sr. Presidente, este é um empréstimo que está entre os chamados empréstimos pedagógicos – é o termo que o Senador Esperidião Amin usa para eles. São condições relativamente razoáveis de juros junto ao BIRD e que aqui têm sido aprovadas.

Mas veja bem, Sr. Presidente, devolvi o projeto até antes do prazo, não pretendo estabelecer qualquer processo de obstrução e vou registrar o meu voto contrário.

E vou apenas apresentar um requerimento de informações – que solicito seja aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos –, sendo que as informações, na medida do possível, devem chegar à Comissão antes que a matéria seja votada em Plenário. Não estou estabelecendo condições, não estou estabelecendo que tenham que chegar antes, mas sugiro que as informações sejam encaminhadas antes.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – A Mesa aguarda o encaminhamento do requerimento de informações de V. Ex^a.

Continua em discussão a matéria.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Vou encaminhar ainda. Não terminei, Sr. Presidente. Quero registrar, inclusive, que, como é comum em Estados onde há o chamado "coronelismo eletrônico", a monopolização dos meios de comunicação – e é o caso de Sergipe –, o jornal de propriedade do irmão do Governador, dois dias depois de eu ter pedido vista, abriu amplos espaços para o Prefeito de Aracaju dizer que o meu pedido estava prejudicando o Estado. Uma situação muito semelhante àquela que viveu o Senador Osmar Dias no Paraná, quando da discussão de empréstimo daquele Estado.

Como só tenho esta tribuna, vou abordar a questão aqui. Trata-se do mesmo jornal que registrou, em outra ocasião, a minha colaboração, logicamente com um destaque bem menor do que no artigo referido acima.

O Prefeito de Aracaju que me acusou de estar prejudicando o Estado é, coincidentemente, o mesmo que, quando da discussão das emendas do Orçamento, no ano passado, disse que a Bancada de

Oposição, particularmente eu e o Senador Antonio Carlos Valadares, estaríamos fazendo o jogo do Senador Albano Franco, porque não fizemos emendas diretamente para o Município de Aracaju. Na ocasião da discussão do Orçamento, tanto a Bancada de Oposição, os três Deputados e os dois Senadores, quanto a Bancada da situação do Estado de Sergipe viabilizaram um acordo para assinarem, em conjunto, as emendas coletivas ao Orçamento da União; pelo acordo, as emendas seriam repassadas via Governo do Estado, que faria convênios com diversos Municípios, de forma que os recursos pudessem atingir várias localidades. Como a política é como as nuvens – as coisas mudaram e, de repente, o Prefeito de Aracaju passou a ser aliado do Governador –, o Prefeito está agora me criticando e dizendo que eu estaria prejudicando o Estado de Sergipe.

Vou adotar a partir de agora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, um critério para votar novos empréstimos e quero iniciar exatamente com a votação do empréstimo ao Estado de Sergipe. Não votei favoravelmente ao projeto do Senador Wilson Kleinübing, que obrigava que 50% das receitas oriundas de privatização fossem aplicadas no abatimento da dívida.

Registre a minha posição, porque tinha dúvidas relativas à constitucionalidade, que inclusive foi objeto de liminar, e não comungo com aqueles que têm a visão de que os recursos de privatização têm que ser automaticamente usados para pagar dívidas. Penso que se deva dar margem para investimentos.

Agora, o fato é que o Estado de Sergipe vendeu a sua empresa de energia elétrica e está com R\$380 milhões em caixa, que serviram, inclusive, para convencer a maior liderança de Oposição em Sergipe a...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – A maior liderança é V. Ex^a.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Infelizmente, ainda não. Espero chegar a ser um dia. Como eu estava dizendo, serviram para convencer a principal liderança de Oposição em Sergipe a ir para os braços do Governador. Inclusive todos os jornais do Estado estampam em páginas inteiras a nova parceria entre Governo do Estado e Prefeitura de Aracaju, e listam 50 obras a serem construídas na Capital. O Governador Albano Franco tem dito que todas essas obras merecerão uma placa: "Esta obra foi construída com recursos da venda da Energipe".

Este empréstimo é para revitalizar o centro histórico de Aracaju. Pergunto-me por que essa obra

não pode, também, ser objeto de uma placa, dizendo que "a restauração do centro histórico de Aracaju foi viabilizada com recursos da venda da Energipe". Porque se é verdade que o empréstimo é pedagógico, se é verdade que o empréstimo é feito em condições bastante razoáveis, o fato é que Energipe só há uma. Daqui a alguns anos vai-se vender o quê? O Palácio Olímpio Campos? As areias da praia de Atalaia? Vão ser vendidas as belezas naturais do Estado?

Tenho certeza de que o meu voto vai ser objeto, mais uma vez, de retaliação por parte dos meios de comunicação do Estado de Sergipe, mas quero aqui registrá-lo. Não vou fazer obstrução, como já disse.

A justificativa do meu pedido de vista originou-se de notícia de jornal que dizia que havia sobrado dinheiro do empréstimo da Caixa Econômica para a implantação do PDV. Segundo o jornal, o Governo do Estado iria utilizar esses recursos para outras coisas, para obras inclusive, o que entra em choque com a própria natureza do empréstimo – o empréstimo para o PDV criava uma conta vinculada sobre a qual o Estado não poderia ter controle.

Por isso, estou apresentado o seguinte requerimento de informações e gostaria que a resposta chegasse antes de a matéria ir para o Plenário, embora, faço questão de registrar, não esteja colocando isso como condição:

Requeiro, nos termos regimentais, sejam prestadas pelo Ministro da Fazenda as seguintes informações:

a) Qual o saldo financeiro da conta vinculada, criada pela Caixa Econômica Federal, para financiar os custos do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário no serviço público – PDV – de Sergipe, nos termos da Resolução nº 93/97 do Senado Federal?

b) Qual o número de funcionários beneficiados e qual o valor médio das indenizações pagas? Foram pagas indenizações maiores que as previstas durante o processo de negociação de operações de crédito? Em caso afirmativo, quais os valores efetivamente pagos, a previsão inicial, e quais as razões para a elevação dos valores?

c) Existe estimativa de quanto ainda será gasto com o citado programa e qual o prazo para o seu encerramento? Havendo saldo nessa conta após o término do Programa, o mesmo poderá ser destinado para amortização e/ou quitação de outras dívidas do Governo do Estado junto à Caixa, ou a qualquer outra destinação acordada entre o Governo do Estado e a CEF?

Justificativa

Matérias veiculadas nos jornais sergipanos sugerem que o saldo do empréstimo realizado pela CEF para financiar o PDV do Estado poderá ser alocado em outros programas ou utilizado para abater dívidas do Estado.

Quero registrar que a notícia a que fiz referência aqui dizia que o dinheiro iria ser utilizado em obras. Posteriormente o Secretário da Fazenda do Estado de Sergipe diz que não poderia ser utilizado em obras mas que poderia ser utilizado para quitar dívidas junto à própria Caixa Econômica ou junto à Previdência.

Essa prática, se vier a se concretizar, contraria frontalmente a autorização do Senado expressa na Resolução nº 93/97. Neste momento, o Senado analisa nova solicitação de crédito para Sergipe e é fundamental esclarecer se o Governo do Estado tem cumprido regularmente os termos das resoluções aprovadas anteriormente. Nesse sentido, o recebimento da resposta a este requerimento precisa preceder a votação desse projeto de resolução pelo Plenário do Senado Federal.

Encaminho à Mesa o requerimento e quero registrar que voto contra esse empréstimo e vou votar contra todos os novos empréstimos que sejam solicitados por Estados que já tenham assinado o acordo de refinanciamento da dívida anterior e que tenham vendido empresas estatais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – O requerimento de V. Exª será encaminhado ao Ministério correspondente, com a observação feita por V. Exª, Senador José Eduardo Dutra, de que desejaria que a informação fosse prestada antes da discussão e votação em plenário, mas que não subordina a decisão à resposta do Ministério. Fica bem claro esse ponto

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Não posso subordinar porque já emiti a minha posição sobre o mérito: vou votar contra. Se dissesse que a votação estaria subordinada a isso, seria uma medida meramente procrastinatória.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – A votação não está subordinada à resposta do Ministério, embora V. Exª deseje que essa resposta seja dada logo.

O Senador Osmar Dias havia solicitado a palavra. Em seguida, o Senador Esperidião Amin e, em terceiro lugar, o Senador Kleinübing.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero, ao acompanhar o voto do Senador

José Eduardo Dutra, cumprimentá-lo pela posição assumida, porque, em se tratando do seu Estado, sei que isso poderá ser explorado politicamente de forma depreciativa. Sei quanto custa assumir uma posição de seriedade em relação a um assunto que pode ser explorado, como o foi, no caso do Paraná, em relação a mim. Por isso, cumprimento a posição séria do Senador José Eduardo Dutra – como, aliás, tem sido sempre, não apenas nos casos de empréstimos aos Estados, mas em todos os projetos que tramitam nesta Casa –, que está obedecendo rigorosamente ao que estabelecem as normas que regulam os procedimentos desta Comissão.

Aproveito este momento, Sr. Presidente, para comunicar à Comissão de Assuntos Econômicos que, apesar de todas as recomendações que fiz como Relator e que fizeram outros Senadores que acompanharam a minha posição, inclusive o Senador José Eduardo Dutra – deixo isso como um exemplo –, o Estado do Paraná recebeu ajuda política para ter a aprovação dos empréstimos nesta Comissão, porque, tecnicamente, estes não poderiam ser aprovados. Esta Comissão, que tem como principal objetivo agir tecnicamente, agiu politicamente, não levou em conta os elementos, os dados técnicos da Secretaria do Tesouro Nacional e do Banco Central. Aprovou empréstimos ao Paraná, desobedecendo a todas as normas do Regimento, da Constituição e das resoluções em vigor no Senado; desobedeceu os pareceres técnicos dos órgãos do Ministério da Fazenda – e até o próprio Ministro da Fazenda desobedeceu também ao atender politicamente o Estado do Paraná.

Recentemente, a Folha de S.Paulo ou O Estado de S.Paulo – não me lembro bem – publicou um artigo em que o Ministro Pedro Parente dizia que infelizmente a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado decide politicamente, e não tecnicamente. Pois bem, para apoiar as palavras do Ministro, quero relatar brevemente o que está acontecendo com os empréstimos que os Senadores se empenharam para liberar, no sentido de atender ao apelo político do Governador do Paraná. Os empréstimos – como todos os outros do passado, que estavam à disposição do Governo do Paraná – continuam com os recursos disponíveis no Banco Central. E não estão sendo utilizados pela mesma razão que não estavam os empréstimos anteriormente liberados quando relatei esses pedidos de empréstimo nesta Comissão. O Paraná não tem capacidade de oferecer a contrapartida exigida pelos organismos financeiros internacionais; não a tinha para oferecer aos empréstimos já contratados e pagava taxa de permanência. Fiz um relato de que apenas em 1997 o Paraná pagou mais de US\$3 milhões de taxa de permanência de empréstimos já liberados e que não r

dia utilizá-los exatamente por não ter contrapartida. Pois bem, autorizamos, ou melhor, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e o Plenário – porque votei contra – autorizaram a contratação de mais R\$495 milhões pelo Paraná, que estão igualmente parados no Banco Central por falta de contrapartida. Mesmo vendendo as ações da Companhia de Energia Elétrica, o Governo não consegue colocar a contrapartida, porque o dinheiro está sendo consumido pela folha de pessoal, que, como eu dizia naquela época, já ultrapassava 90%. Infelizmente, os Senadores que lutaram para aprovar esses empréstimos não vivem no Paraná e não arcarão com as consequências desse gesto, que considero uma desobediência completa a todos os argumentos técnicos aqui relacionados por mim e pelos órgãos técnicos do Governo. Infelizmente, esses Senadores só passam pelo Paraná para visitar ou passear. Se lá vivessem, arcariam com as consequências de um Estado que está hoje inadimplente, quase insolvente, caminhando rapidamente para uma quebraadeira geral das suas empresas públicas e do próprio Tesouro. Infelizmente, quando não se obedecem às regras técnicas, cometem-se irresponsabilidades. Para não cometer irresponsabilidade, sigo o voto responsável do Senador José Eduardo Dutra no caso de Sergipe.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, divirjo em parte dos Senadores José Eduardo Dutra e Osmar Dias. Divirjo em parte porque estamos discutindo um assunto que incidentalmente está passando pela Comissão, enquanto que o processo já aconteceu. O que é o processo? É a privatização. Melhor dizendo, não estamos fazendo privatização no Brasil. Faço justiça ao Ministério das Comunicações, que é o único que primeiramente criou uma agência reguladora. Não estamos fazendo privatizações. Estamos vendendo patrimônio, torrando patrimônio. Ninguém sabe quem vai regular o serviço.

O que está acontecendo com a Light no Rio de Janeiro, vendida em 1996? Deixaram o cabrito cuidando da horta e agora estão reclamando que a horta está mal cuidada. Não há regulador, não há fiscal da horta. É uma mistura de pilhagem com rapina; então, fica rapinagem mesmo!

Em alguns casos, existem vendas bem feitas, mas são apenas vendas de patrimônio. Privatização significa transferir o patrimônio para a área privada e o Poder Público assumir a função reguladora. Foi isso o que Margaret Thatcher fez na Inglaterra. Levou 14 anos para vender a British Telecom. Enquanto isso, criou um órgão regulador – e ainda assim há

problema. Para quebrar o monopólio privado, incentivou a criação de outras empresas, principalmente da Mercury.

O que os Estados brasileiros fizeram, com a complacência do Senado, o Senador Vilson Kleinübing tentou estancar. Mas o Senado faz de conta que não sabe o que está acontecendo. Os Estados estão alienando o seu patrimônio apenas, e isso não é privatização. Repito: estão vendendo patrimônio, e não tomamos nenhuma providência para contingenciar que o dinheiro da alienação sirva pelo menos para reduzir a dívida dos Estados. À Resolução nº 117/97 foi concedida uma liminar. Ficou por isso mesmo e não fizemos mais nada. Enquanto a liminar está concedida, todos os Estados podem vender o que quiserem.

Entre outras coisas, não se deve permitir a tramitação de processo nenhum de Estado beneficiado. O Senado autoriza empréstimos se quiser. A Constituição não nos obriga a autorizar. Quero dizer o seguinte: ninguém propôs o que poderíamos fazer.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – (Fora do microfone)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – V. Exª sabe o carinho que tenho por V. Exª. V. Exª era contrário à resolução e pensa que não há forma de fazer e nunca ofereceu uma sugestão para controlar isso.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – V. Exª me permite um aparte?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Como citei V. Exª, vou dar precedência para não ficar sem uma resposta, que é devida.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – V. Exª disse muito bem. Fui contra, sustentei posicionamento contrário e fui voto vencido. O Supremo concedeu uma liminar. O Senado tem o arbítrio de conceder ou não, independentemente de liminar. Esse é um problema interno. Pergunto a V. Exª: o Senado já se manifestou, já apresentou as suas razões perante o Supremo?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Não apresentou e nem tem pressa. Já instei...

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Isso é um faz-de-conta!

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – O que o Senado deveria ter feito era contestar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O Senado aprovou, por meio de uma votação dividida a Resolução nº 117/97. A maior parte dos Senadores decidiu não fazer nada depois que o Supremo concedeu a limi-

nar sustando os efeitos da Resolução nº 117. Nem mesmo se discutiu nesta Casa a respeito.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – O Senado já foi citado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Requeri duas vezes no plenário para saber qual a posição que vamos assumir.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – V. Exª tem razão. O Senado foi citado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Creio que também não fiz tudo; deveria ter feito mais. Estou falando pela terceira vez.

Para concluir, quero dizer o seguinte: estamos assistindo aos Estados da Federação desenvolverem o seguinte processo: ficar menos ricos, porque estão vendendo o seu patrimônio, e mais endividados.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Todos sem exceção; a União também.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Todos. A União até tem usado recursos para abater a dívida.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Mas ela continua aumentando.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Só abate dívida quem quiser. Governadores, como, por exemplo, o da Bahia – parece-me que o Governador do Ceará vai usar recursos para criar um fundo – fazem isso. Sabe o que os outros vão dizer dele? Que são tolos; fazem isso porque são trouxas.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Porque os "competentes" estão fazendo o seguinte: dá-lhe obra. Enquanto isso, o Estado fica sem patrimônio. E com o dinheiro vendido, Sr. Presidente da CNI – agora me dirijo ao meu amigo Fernando Bezerra, que também é Presidente da CNI –, consegue-se a contrapartida para qualquer empréstimo. Consegue-se, com um bilhão de vendas, mais um bilhão de empréstimos pedagógicos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Ainda bem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Isso é o que se chama "boa gestão". Pior gestão ainda é simplesmente gastar o dinheiro; e, se possível, não em obras – essa é a pior de todas. Mas gastar em obras também contraria os princípios da administração financeira. Quer dizer, os Estados estão vendendo o seu patrimônio e aumentando a sua dívida, e entendemos que não podemos fazer nada para impedir? Claro que podemos!

Para concluir, Sr. Presidente, não é contradição. Divergi – foi o que eu disse no início – porque creio que deveríamos ter tomado providência quando foi vendida a empresa. Sustar agora um emprés-

timo do Prodetur? Sinceramente, não voto favoravelmente a isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Esperidião Amin?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sou favorável ao empréstimo. Há incoerência no que estou falando? Não. O Prodetur tem que ser alcançado por todos os Estados que o solicitem. A venda do patrimônio é que tem que ser controlada pelo Senado, porque essa dívida vai parar no bolso do contribuinte brasileiro.

Ouçõ o nobre Senador Osmar Dias; depois, o Senador José Eduardo Dutra, e considero o meu pronunciamento concluído.

O SR. OSMAR DIAS – Senador Esperidião Amin, o meu aparte é de 30 segundos. Só quero lembrar um outro fato.

Por ocasião da votação dos empréstimos do Paraná, eu, como Relator, exigi que o Estado comprovasse o atendimento ao projeto de resolução do Senador Vilson Kleinübing que havíamos aprovado há 15 dias. Quase fui agredido nesta Comissão, porque disseram que eu estava pedindo demais.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Já era resolução.

O SR. OSMAR DIAS – Já era resolução, aprovada pelo Senado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Resolução nº 117/97.

O SR. OSMAR DIAS – Exigi que o Estado comprovasse. Todos os Senadores que apoiaram o voto em separado dispensaram essa exigência do Relator e, portanto, desprezaram o projeto de resolução do Senador Vilson Kleinübing, que já havia sido aprovado. Já era resolução – só para lembrar.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Senador Esperidião Amin, quero lembrar um outro aspecto. A Resolução nº 117, que aprovamos nesta Casa, se não me falha a memória, tinha dois pontos: estabelecia que os Estados deveriam aplicar 50% no abatimento da dívida – esse ponto é o que foi suspenso, via liminar – e que o Senado deveria receber as informações sobre a utilização dos recursos da privatização.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – V. Exª tem toda a razão.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Salvo engano, esse ponto não foi sustado. Então, o Senado não está recebendo informação. Creio que esse é um ponto que tem que ser cobrado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Isso não está sustado, e não estamos cumprindo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Só para completar. Na discussão dessa matéria realizada em

plenário, abordei um ponto daquela resolução que, no meu entendimento, dava tratamento discricionário aos Estados, qual seja a possibilidade de os Estados não privatizarem, não venderem o controle acionário, mas venderem parte das ações, como ocorreu no caso da Cemig.

Quando eu estava argumentando, V. Ex^a abordou uma questão do projeto de resolução que incluía esse ponto. Mas, até mesmo em função da retirada do substitutivo do Senador Vilson Kleinübing, acabou-se mantendo esse aspecto discricionário, que dizia respeito à possibilidade de o Estado vender parte das ações, que poderia ser aplicada como se quisesse.

Penso que, para encontrarmos uma solução para essa resolução, teremos que corrigir esse aspecto.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as questões que envolvem...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra. Fazendo soar a campainha.) – Peço a atenção dos Srs. Parlamentares, porque há um orador na tribuna.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, as questões que envolvem principalmente má gestão da Administração Pública acabam repercutindo alguns anos mais tarde. Existem exemplos da crise do sudeste asiático e da própria gestão do Japão, que, ultimamente, tem sido um país rico muito mal administrado.

Com a nossa omissão, não tenho dúvidas de que vamos acabar provocando estragos gigantescos no Brasil não amanhã, mas daqui a dois, três ou quatro anos, quando alguns dos Senadores presentes nesta reunião provavelmente não estarão mais aqui.

Para que V. Ex^{as} tenham uma idéia, no ano passado, o Banco Central e o Governo Federal contabilizaram R\$44 bilhões de juros pagos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Neste ano, esse montante será ainda maior.

O SR. VILSON KLEINÜBING – O orçamento da Previdência do Brasil como um todo é de R\$52 bilhões. O valor da folha de pagamentos da União é menor do que esse. E o que é pior: toda a receita de ICMS dos Estados brasileiros gira em torno de R\$45 bilhões. Contabilizamos o ICMS do País em juros. Então, não é bom se endividar com essa taxa de juros que aí está.

A boa gestão é aquela em que se fazem obras com recursos próprios da sua receita. Até o meu motorista sabe vender uma empresa de energia elétrica e fazer obra com esse dinheiro. Para isso, não é preciso que a pessoa seja formada em universidade alguma ou tenha curso no exterior. Vejam os exemplos de Itamar Franco e de Feitosa.

Não consigo entender o que está acontecendo com as Lideranças políticas e administrativas do País, meu Deus do céu!

Sr. Presidente, como esta Comissão pode funcionar sem o seu estatuto básico? A Resolução nº 69 está completamente desatualizada, e não nos reunimos para aprovar uma nova resolução! Não nos reunimos para votar o nosso estatuto! É o mesmo que um Partido funcionasse sem estatuto ou uma empresa funcionasse sem um contrato social! A Comissão de Economia do Senado tem um estatuto desatualizado. Há um projeto em andamento. Nesta Comissão, há um relator, que, por diversas vezes, veio à reunião, mas não nos reunimos para isso. Fico pensando com que responsabilidade estamos cumprindo com o nosso dever constitucional, que é o de estabelecer limites de endividamentos!

Está acontecendo aquilo que o economista Roberto Campos falou recentemente: estamos tentando criar devagarinho aquilo que ele chamou de "porre creditício". Segue-se de acordo com a valsa, ou seja, vai-se aprovando. Isso não pode ocorrer. Precisamos examinar essa resolução urgentemente.

O Banco Central contingenciou crédito por meio do pacote de outubro e de novembro do ano passado e, ao fazê-lo, limitou a operação dos bancos nas Antecipações de Receitas Orçamentárias – AROs. Com isso, os bancos que tinham limites ficaram em uma situação excepcional. A demanda é enorme, muito maior que a oferta, que está nas mãos de dois ou três bancos. Dessa forma, o banco pode cobrar a taxa de juros que quiser. Quando temos o remédio – está na nossa resolução –, isso vai para o leilão eletrônico e o banco que oferece a melhor proposta fica com o limite. Hoje, não acontece isso, e não votamos a resolução.

Sr. Presidente, evidentemente, não será nesse empréstimo que vou dar o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Peço a atenção de V. Ex^{as} para o que diz o Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING – O meu voto não será contrário, porque considero que esse é um projeto do Governo Federal, juntamente com os Go-

vernos Estaduais, que estão fazendo um programa para a geração de empregos.

Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão de Assuntos Econômicos, aqui estamos dando a nossa contribuição diariamente para se configurar a frase que é dita nas ruas: "Estamos engordando especulador e demitindo operário". Com as nossas decisões, estamos engordando quem tem dinheiro para emprestar para o Governo e estamos demitindo os operários das fábricas. Isso deve mudar a partir do momento em que estabelecermos um limite de endividamento para a União, para os Estados e para os Municípios. Do contrário, isso não tem sentido.

Pelo amor de Deus, R\$44 bilhões de reais é todo o produto de ICMS que os Governadores têm em mãos, para simplesmente poderem dizer que foram grandes Governador, que fizeram grandes obras! Como disse o Senador Esperidião Amin, fizeram obras, empobrecendo o Estado e aumentando a dívida! Essa é a essência desta Comissão!

Sr. Presidente, vamos discutir a Resolução nº 49. Vamos discutir se o limite é pequeno ou grande. Vamos estabelecer uma regra para os Governadores que estão com esse dinheiro nas mãos! Esse dinheiro deve ser corretamente aplicado! Do contrário, não restará patrimônio e o outro terá que pagar juros.

Portanto, vamos engordar o especulador e demitir o operário, porque isso é o que está acontecendo todos os dias, com a complacência da nossa Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Quero informar ao Senador Vilson Kleinübing que, para este ano, a projeção de pagamento de juros será de US\$50 bilhões. Comprometo-me a, na próxima reunião da Comissão, colocar a resolução na pauta da discussão.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, gostaria ainda de me referir ao projeto de Sergipe. Até para restabelecer a verdade, quero dizer que o requerimento do Senador José Eduardo Dutra não pede sustação do processo de empréstimo. O que se faz é um requerimento de informações sobre um projeto anterior, referente ao Plano de Demissão Voluntária – PDV.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Não tem efeito suspensivo.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Exatamente.

Volto a dizer: pelas informações que obtive junto ao Governo do Estado de Sergipe e que estão no processo, Sergipe está com a relação ideal de um para um, ou seja, a receita líquida de um ano é suficiente para pagar a dívida, que é o que o Ministério

da Fazenda está querendo fazer em todos os Estados. Sergipe já atingiu essa relação, e, por isso, o meu parecer foi favorável.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Continua em discussão a matéria. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com a matéria queiram permanecer como se encontram. Os que discordam devem se manifestar. (Pausa)

Votam contrariamente à matéria os Senadores Osmar Dias, José Eduardo Dutra e Eduardo Suplicy.

Aprovado.

Passa-se ao Item nº 3 da pauta. Trata-se de solicitação de elevação do limite de endividamento da Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás, a fim de contratar operação de crédito externo no valor de US\$271.017.228,95 junto ao Eximbank, destinado ao refinanciamento da importação de bens e serviços no âmbito do Projeto Gasoduto Brasil/Bolívia.

Solicito ao Senador Edison Lobão que faça a leitura do parecer, em substituição ao Sr. Relator, Senador Romero Jucá, que não se encontra presente.

O SR. EDISON LOBÃO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o parecer é da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 47 do Presidente da República, encaminhando ao Senado Federal proposta para que seja autorizada a elevação temporária do limite de endividamento da Petróleo Brasileiro S/A, a fim de que possa contratar operação de crédito externo no valor total em ienes japoneses equivalentes a US\$271 milhões, junto ao Export and Import Bank of Japan – Eximbank.

Os recursos advindos da operação de crédito destinam-se ao financiamento da importação de bens e serviços, notadamente de tubos, compressores e utilitários, para as partes brasileira e boliviana, no âmbito do Projeto Gasoduto Brasil/Bolívia. É de se enfatizar que esse projeto está incluído no Programa Brasil em Ação, que identifica os investimentos prioritários do Governo Federal.

De acordo com informações da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo total do projeto foi estimado em US\$2,208 bilhões, com o cronograma de dispêndios de recursos estimativos para três anos. A parte brasileira está orçada em US\$1,720 milhões, e a boliviana, em US\$487 milhões, sendo previstas as captações desses recursos junto a órgãos e organismos de financiamento oficiais e privados.

Considerando, Sr. Presidente, as informações do Governo Federal e os objetivos relevantes desta

solicitação, somos pela autorização pleiteada pela Mensagem nº 47, de 1998, nos termos do seguinte projeto de resolução:

"Art. 1º. Fica a Petróleo Brasileiro S/A autorizada a elevar, temporariamente, em caráter excepcional, o limite de endividamento de que trata o inciso I do art. 7º da Resolução de 1989 e a contratar operações de crédito externo no valor total em ienes japoneses até o equivalente a US\$271 milhões."

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, o Senador Edison Lobão, na verdade, leu o relatório. No entanto, é interessante observar que, do total de US\$271 milhões – o empréstimo é feito em ienes, mas a conversão é feita em dólares –, na verdade, US\$82 milhões destinam-se a gastos com o gasoduto em território brasileiro. A segunda operação é de US\$37 milhões, destinados à instalação de tubos na Bolívia, ou seja, o Brasil está pagando também o projeto do gasoduto em território boliviano. Há uma outra operação de US\$130 milhões, também destinados à instalação de tubos na Bolívia. Uma outra operação de US\$20 milhões é pertinente à instalação de compressores na Bolívia.

Na verdade, o Brasil assume o ônus do empréstimo e instala tubos e compressores em território boliviano. Não há aqui a informação de como a Bolívia irá ressarcir o Brasil – porque do total dos investimentos no viaduto, ou seja, 2 bilhões, ela tem 400 milhões próprios –, se está tomando empréstimo para colocar tubos e compressores em território boliviano. Essa informação não está contida aqui.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, peço vista. Acredito que, na próxima reunião, o Senador Romero Jucá, Relator do projeto, poderá nos explicar mais detalhadamente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedido vista.

O SR. EDISON LOBÃO – Sr. Presidente, apenas para uma informação complementar. O projeto todo custará 2,208 bilhões, dos quais apenas 487 milhões serão gastos pela Bolívia. Isso porque o projeto é de interesse dos dois países, mais do Brasil, e houve um acordo bilateral nesse sentido. O pedido de vista do Senador Gilberto Miranda suspende a tramitação do projeto, para que ele possa ser melhor explicado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Item 4 da pauta.

Submete à deliberação do Senado o contrato de reescalonamento da dívida firmado entre a República Federativa do Brasil e a República de Gana, em 11 de novembro de 1997.

O Relator da matéria é o nobre Senador Esperidião Amin.

O parecer é favorável.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, a minha insistência é devida ao fato de que o processo chegou ao Senado no dia 6 de fevereiro de 1998 e prevê um novo escalonamento, cuja primeira parcela venceu no dia 1º de dezembro de 1997. Portanto, já chegou com uma parcela vencida.

O processo de reescalonamento de dívida entre duas nações segue a praxe dos acordos firmados no Clube de Paris. O Brasil já firmou contratos de muito maior monta com a Polônia e outros países europeus ligados ao mesmo tipo de transação.

Sr. Presidente, dentro da regra de relação internacional, o processo está de acordo, e o meu parecer é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Item 5: Solicitação do Governo Federal para contratar operação de crédito externo no valor de 442 milhões e 100 mil francos, junto ao Paribas, destinado ao financiamento dos débitos da Companhia Estadual de Energia Elétrica, referente à construção da Usina Termelétrica de Candiota III, Unidade 1, a serem assumidas pela União, em decorrência da Lei 9.143, de 8 de dezembro de 1995. O Relator é o Senador Esperidião Amin.

Com a palavra o Relator.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, a decisão a respeito deste assunto foi tomada pela Lei Federal nº 9.143. A única observação é que, além de considerar que a matéria é vencida, ou seja, acima de uma resolução, temos uma lei que dá esse caminho. Quero assinalar que, infelizmente, o Governo Federal vai assumir uma dívida autorizada por essa lei, sobre equipamentos ecologicamente incorretos, posto que produzidos no início da década de 80, portanto, ainda desatentos às questões ambien-

tais, às quais o Brasil e o mundo dedicam tanta preocupação.

Sr. Presidente, não poderíamos prejudicar o Estado do Rio Grande do Sul impondo-lhe esse equipamento – aliás, essa foi a preocupação dos Senadores Pedro Simon e José Fogaça.

Por se tratar da transferência para a União, na forma prevista na Lei nº 9.143, de um débito contraído à época pela CEEE, visando à construção da Usina Termelétrica Candiota III, Unidade 1 – repito, débito este que deve ser assumido pelo Governo Federal sob a forma de uma lei, o meu parecer é favorável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Em discussão a matéria.

Concedo a palavra, para discutir, ao Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, essa lei foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos, sob a minha Presidência.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – V. Ex^a não tem culpa disso.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Foi Relator o Senador Valmir Campelo, hoje Ministro do Tribunal de Contas da União. Inicialmente, o Senador Valmir Campelo procurou todos os subsídios junto à Bancada e ao Governo do Rio Grande do Sul, que os forneceram.

Sr. Presidente, esse projeto ficou engavetado por mais de uma década e, segundo informações que obtive, está sendo revisto, justamente para que não haja problemas ecológicos. O grupo francês comprometeu-se a rever todo o equipamento e corrigir o que não for adaptável ou o que não estiver à altura, tendo em vista que esse material ficou durante mais de dez anos armazenados na França.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Governo Federal assumirá a dívida, mas fará uma licitação desses equipamentos, para depois transferir para o setor privado a usina. Então, isso não ficará com o Governo do Rio Grande do Sul, nem com o Governo Federal; a usina será privatizada, e já existem três grupos interessados, inclusive o grupo que vendeu o equipamento.

Eram essas as informações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador José Fogaça. Em seguida, a concederei ao Senador Pedro Simon.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, não só quero registrar o agradecimento a essa intervenção do Senador Gilberto Miranda, mas também fazer

um registro sobre a coerência da postura do Relator, Senador Esperidião Amin.

Gostaria de chamar a atenção para um ponto. De fato, os equipamentos ficarão com a União, que vai assumir a dívida, mas a diferença entre o valor desses equipamentos e o custo total dessa operação deverá ser preenchida pelo Governo do Rio Grande do Sul, com a concessão de bens e de recursos que perfaçam esse total. Isso consta da lei que aqui aprovamos, quando foi Relator o Senador Valmir Campelo, sob a Presidência do Senador Gilberto Miranda.

Há uma comissão que faz a avaliação dos valores e dos preços; depois essa mesma comissão avaliará os bens que serão cedidos ou entregues pelo Governo do Estado para o ressarcimento completo do total da dívida.

Há uma coerência desta Comissão com relação àquilo que fizemos há cerca de dois anos, em 1995.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Não há necessidade de maiores explicações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Submeto à discussão o Ofício S-28, de 1998, do Governador do Estado de Goiás, solicitando autorização do Senado Federal para contratar operação de financiamento e importação junto ao Banco do Brasil, mediante repasse de recursos do Eximbank-Japão, no valor de US\$26.673.177,08, equivalente a R\$29.767.265,62, em 31 de dezembro de 1997, destinado à aquisição de máquinas e equipamentos para a manutenção da malha rodoviária do Estado.

O Relator da matéria é o nobre Senador João Rocha, a quem concedo a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Qual o item da pauta, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Essa matéria é extrapauta. Foi-me informado pelo Senador Francelino Pereira que essa era a ordem aprovada pelos membros da Comissão, eu apenas estou cumprindo o que foi preestabelecido.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, temos uma pauta com 15 itens.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Fiz essa mesma pergunta ao Senador Francelino Pereira.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Há também uma pauta extra com dois itens. Essa é a pauta extra da extra?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador José Eduardo Dutra, ao assumir a Presidência desta Comissão, a reunião já havia se iniciado, e era presidida pelo Senador Francelino Pereira. Perguntei a S. Ex^a em que item da pauta estávamos. S. Ex^a disse-me que havia sido acordado pelo Plenário da Comissão o procedimento em relação a esses três itens da pauta, os quais seriam transferidos para uma pauta extra, composta de quatro itens, que são esses que acabo de ler.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – O Senador Francelino Pereira listou a ordem da pauta e propôs que a ordem aquela, e informou uma série de itens. Eu tive a impressão de que era uma ordem acordada dentro das pautas que estavam na mesa, ou seja, dentro dessa pauta original, mais uma pauta que está aqui na mesa; houve um requerimento de inversão, e foi lido aquilo. Só que esse projeto não está em nenhuma pauta, aí fica complicado. Tem que haver um requerimento de inclusão de matéria extrapauta e, a partir daí, solicitar preferência.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – V. Ex^a tem razão, porque não constava nem da pauta, nem da extrapauta. Foram retirados projetos da Comissão, trazidos aqui e submetidos à discussão.

O SR. JOÃO ROCHA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra, pela ordem, o Senador João Rocha.

O SR. JOÃO ROCHA – O Senador Francelino Pereira, quando assumiu a Presidência desta Comissão, relacionou todos os projetos que seriam discutidos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Esses projetos não estavam na pauta, nem na extrapauta.

O SR. JOÃO ROCHA – O Senador Francelino Pereira sugeriu uma pauta incluindo outros projetos da pauta ordinária mais os projetos da pauta extraor-

dinária, detalhou cada um deles e seguiu esse roteiro, especificando cada um dos projetos.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, eu estava presente no momento em que ocorreu a aprovação por toda a Comissão. O Presidente Francelino Pereira leu os itens que seriam discutidos hoje, os que estavam na primeira e na segunda pautas. Do lado direito da mesa, S. Ex^a foi puxando processos – processo de Goiás, leu na íntegra o que seria. O processo referente ao Paraná, que o Relator Wilson Kleinübing leu na íntegra é a respeito do jogo, que seria o oitavo item da pauta e a Comissão aprovou a Ordem do Dia da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Estou cumprindo rigorosamente o que foi decidido.

O SR. GERSON CAMATA – Toda a Comissão aceitou isso. Num determinado momento, o Senador Gilberto Miranda, que estava ao meu lado, solicitou inversão de pauta para que o projeto do jogo fosse discutido primeiramente. O Presidente Francelino Pereira negou e S. Ex^a disse que, diante do compromisso de que todos permanecessem até o final, abria mão do requerimento de inversão. Foi o que aconteceu e a Comissão aprovou. Tem de se obedecer aquilo que a Comissão aprovou no início.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Se eu estivesse presidindo a reunião, teria cumprido a pauta.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, ouvi atentamente o Senador Gerson Camata e está incluído na pauta o projeto do jogo. Terei de me retirar impreterivelmente às 12 horas e 20 minutos. Como sou o Relator, indago a V. Ex^a, até para que consulte o Plenário, se o projeto será votado ou se ainda há possibilidade de alguém pedir vista, porque não gostaria que a matéria fosse votada sem a minha presença.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Já foi pedido vista da matéria e apresentei o substitutivo. Agora, será a votação.

O SR. JOÃO ROCHA – Sr. Presidente, o Estado de Goiás solicita autorização ao Senado Federal para contratar operação de financiamento à importação junto ao Banco do Brasil, mediante repasse de recursos do Eximbank do Japão, no valor de US\$26.673.177,08, com base em 31 de dezembro de 1995. O recurso dessas operações de crédito destina-se à aquisição de máquinas e equipamentos para manutenção da malha rodoviária do Estado no âmbito do Programa de Patrulha Mecanizada. Esse

Programa visa dar suporte ao desenvolvimento sustentado do Estado, com iniciativa voltada à produção agropecuária, à agroindustrialização, dentro de outras áreas de ações governamentais.

Este financiamento teve como credor o Banco do Brasil, agente de repasse do Eximbank do Japão. Este financiamento terá como garantia alienações fiduciária de bens a adquirir e cessão de direitos relativa à quota do Fundo de Participação e do ICMS. Os juros serão de 6,64% ao ano, atualizado pela avaliação cambial. A comissão de repasse de compromisso será de 0,5% ao ano sobre o saldo a desembolsar. O vencimento do financiamento será no dia 1º de abril de 2.003. O Governo do Estado cumpre todas as exigências feitas pelo Banco do Brasil, cumpre as exigências da Resolução nº 69/95, está adimplente com INPS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e com todas as obrigações fiscais.

Nosso relatório é pela aprovação do pedido de financiamento do Governo do Estado de Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Em discussão o parecer. Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, inicialmente, quero registrar que o relato feito pelo Senador Gérson Camata corresponde à verdade. O problema é que em início de reunião, quando o Presidente começa a listar os projetos – a ordem da pauta, melhor dizendo – normalmente, os Srs. Senadores ainda não estão prestando a devida atenção ao que o Presidente está falando. Eu estava pensando que aquela ordem que o Senador Francelino Pereira anunciou dizia respeito à inversão de pauta, ou seja, era uma nova ordem dentro das pautas que estavam na mesa, uma pauta composta por 15 itens e uma pauta extra composta por dois itens. Esse critério, que está virando praxe na Comissão de Assuntos Econômicos é contraproducente, porque nos obriga a pedir vista de matéria não porque queremos atrasar seu trâmite ou porque queremos votar contra, mas pela total falta de conhecimento da matéria incluída na pauta.

Nesse sentido, quero pedir vista dessa matéria e pedirei vista de todos os itens incluídos como extrapauta. Não podemos chegar à Comissão com o conhecimento de uma pauta anunciada com antecedência e sermos sempre surpreendidos com matérias inseridas no momento da reunião, que acabam tendo preferência sobre matérias da pauta anterior. É lógico que o Plenário da Comissão é soberano para decidir, mas é um procedimento contraproducente, pois nos obriga a pedir vista por falta de co-

nhecimento da matéria. Nesse sentido, peço vista da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Está concedida a vista.

Srs. Senadores, terei de me retirar devido a outras obrigações e o Senador Francelino Pereira continuará presidindo a reunião.

Encontrei aqui, mesmo assumindo em caráter interino, 150 projetos. Distribuí, em um dia, 90 projetos para serem relatados. Estabeleci uma pauta, mas há sempre pedidos de inclusão de novos projetos. Não sei se isso é correto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, V. Exª tem de designar um liquidante.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – Acho que podemos votar em quatro ou cinco reuniões os 150 projetos.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Em função de problemas organizacionais, solicito a V. Exª que considere a leitura de requerimento que apresentei à Mesa. É um requerimento breve, mas se não for considerado rapidamente, não haverá tempo para nós organizar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – A ordem aprovada pelo Plenário será cumprida e, em seguida, será lido o requerimento de V. Exª.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem. Está na pauta para ser votado o projeto do jogo. Alguns Senadores estão com o entendimento de que não há margem para pedido de vista, pergunto...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Desculpe-me interrompê-lo, Senador Lúcio Alcântara, mas, ao sair daqui, na quinta-feira, esse projeto não constava da pauta, foi distribuído sem nenhuma designação....

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, o projeto está com parecer contrário, tem um voto em separado do Senador Gilberto Miranda, tenho um compromisso e não gostaria que o projeto fosse discutido e votado sem minha presença. A questão de ordem que formulo a V. Exª – até para orientar os trabalhos, pode ser que algum Senador queira pedir vista – é se é possível ainda pedir vista da matéria. Ganharíamos tempo e resolveríamos a questão relativa a esse projeto. O projeto está na pauta elaborada pelo Senador Francelino Pereira, é possível ou não a concessão de vista?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – É possível a concessão de vista.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – A Presidência informa que ainda é possível algum Senador pedir

vista. Então, indago a V. Exª se seria possível – esse é um projeto realmente polêmico – V. Exª indagar se algum Senador pedirá vista. Dessa maneira eliminaríamos esse item da pauta.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, já não foi solicitado vista desse projeto? Não houve pedido de vista? Se já houve pedido de vista... A vista é uma vez só.

O SR. GILBERTO MIRANDA – O do jogo já foi pedido vista por mim. Apresentei o substitutivo. Foi feito um acordo, Sr. Presidente, com todos os presentes, com o Presidente da Comissão de então. Está nas notas taquigráficas o seguinte acordo: deixamos para as duas próximas reuniões, dando um prazo de 15 dias para quem quiser apresentar substitutivo. Ninguém pede vista e colocamos em votação na próxima reunião. É só V. Exª consultar as notas taquigráficas, pois foi feito esse acordo. Na época, o Senador José Serra, então Presidente, participou a todos os membros desta comissão que concordaram. Foi ou não, Senador Lúcio Alcântara?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador Gilberto Miranda, V. Exª tem razão. Mas não foi feito pedido de vista. Se alguém pedir, será concedida a vista. Sabemos que há um acordo, mas se alguém pedir vista será concedido.

Vou dar continuação à pauta que foi aprovada em plenário, apesar de não concordar com a maneira como foi feito.

O SR. PEDRO SIMON – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Espero que ninguém peça, porque foi um acordo de cavalheiros entre todos. Eu quis formular vista, pediram me que não, e se manteria o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Vai entrar em pauta o projeto.

Foi pedido vista pelo Senador José Eduardo Dutra.

O SR. PEDRO SIMON – Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Solicitação do Governo do Estado do Paraná para emitir Letras Financeiras do Estado do Paraná, destinada ao giro de sua dívida mobiliária vencível no primeiro semestre de 1998.

Com a palavra o Senador Vilson Kleinübing, Relator da matéria.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, Srs. Senadores, trata-se de uma rolagem normal dos

títulos do Governo do Paraná que vencem a cada semestre. Tem sido praxe desta Comissão aprovar a rolagem com o pagamento de 2% do valor total vencido. Inclusive, esses títulos já estão vencidos. O Governo do Paraná está pagando, diariamente, os custos dessa operação. Todos os cuidados que já tomamos nas outras resoluções estamos tomando nesta resolução.

Portanto, meu parecer é favorável, com os 2% e com aqueles critérios de prestação de contas que foram estabelecidos em todas as resoluções. O parecer é favorável ao Governo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Em discussão a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias para discutir.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero registrar meu voto favorável ao relatório do Senador Kleinübing, mesmo porque nós queremos receber o Estado, a partir de janeiro, com as dívidas roladas e a situação um pouco melhor, se for possível, do que se encontra hoje financeiramente, porque o Governador Jaime Lerner quebrou o Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Voto com o Senador Osmar Dias, que, por sua vez, vota com o Senador Kleinübing.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Em votação a matéria.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Projeto de Lei da Câmara nº 91/96, não-terminativo. "Dispõe sobre a legalização da prática de jogos de azar e dá outras providências". Relator o Senador Lúcio Alcântara, a quem concedo a palavra.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, o meu parecer é conhecido. Já foi lido aqui e já foi debatido. Tive oportunidade, inclusive, de participar de várias discussões, inclusive pela televisão, com o Senador Edison Lobão. Participamos de um programa na TV Globo.

Então, minhas razões são, fundamentalmente, as seguintes: não estou convencido – e o Senador Lobão vai dizer exatamente o contrário, que está convencido – de que as alegadas razões de natureza econômica, como sejam o aumento do fluxo de turistas, a criação de novos empregos, de novas oportunidades de trabalho, justificam a legalização

do jogo no Brasil, principalmente à legalização de cassinos.

Nesses debates, tive oportunidade de me referir a estudos feitos nos Estados Unidos por acadêmicos, professores universitários, a respeito do assunto. São estudos que revelam uma série de informações: por exemplo, que houve aumento da criminalidade em locais onde o jogo foi legalizado; que, à exceção de Las Vegas, o jogo pouco contribuiu para aumentar a receita desses Estados – há Estados, nos Estados Unidos, em que essa contribuição é de 4% do total da arrecadação de impostos; que a implantação dessa atividade significa, muitas vezes, o esvaziamento de outras atividades similares, como, por exemplo, restaurantes, bares, estabelecimentos de lazer, e, portanto, o fechamento de outros postos de trabalho; que há uma série de dados que revelam um percentual considerável entre 5% e 6%, dependendo dos estudos, dos chamados jogadores compulsivos. Enfim, os estudos mostram a expansão rápida, o poderio dessa indústria hoje nos Estados Unidos e os graves problemas que vem acarretando lá, uma vez que há uma comissão do governo americano já estudando a revisão de toda essa legislação.

O Senador Lobão diz que tem dados exatamente contrários aos que apresento e que foram resumidos num artigo em que o nosso, hoje Ministro da Saúde, Senador José Serra publicou no jornal Folha de S.Paulo, que nos levam a ver cada vez com mais desconfiança, com mais cautela, a legalização desses jogos aqui.

Por outro lado, o projeto tem um defeito que considero grave. Ele diz que uma lei complementar irá, no futuro, definir uma contribuição social a ser extraída dessa atividade. Todos nós estamos fartos de saber que há uma espécie de exaustão do contribuinte para pagar mais impostos. Certamente, essa lei complementar, que exige um quorum alto, qualificado, dificilmente viria a ter sucesso aqui no Congresso, em função mesmo dessa reclamação generalizada de que o brasileiro já paga muitos impostos, muitos tributos.

Portanto, não adviria daí nenhum ganho tributário para o Estado, a não ser aquele que pudesse decorrer do imposto sobre a renda dessas empresas. Ainda mais: iríamos assistir, permanentemente, no Congresso, a um processo de negociação para arrancar, cada vez mais, permissão para um maior número de cassinos nos Estados – grupos de Parlamentares, bancadas estaduais, partidos políticos.

Lembro-me muito das chamadas ZPEs – inclusive hoje passou um projeto aqui sobre esse assunto. Terminaram tantas ZPEs que tenho impressão de que não implantaram nenhuma até hoje, porque o mecanismo terminou se tornando inviável. Houve muita pressão de bancadas dos Estados para instalar as ZPEs. Amanhã, no Estado de São Paulo, se tem um cassino em Campos do Jordão, Águas de Lindóia vai querer, todos os municípios turísticos vão querer, as pressões vão se exercer. Na verdade, o freqüentador do cassino seria o habitante local. E vejam que não há uma injeção de recursos novos. Quem jogar será com suas economias ou com seu salário, se endividando. Então, na verdade, não há um aporte novo de recursos para essa atividade. O que haverá é o empobrecimento dessas pessoas, porque quem lucra realmente é o dono do cassino.

O Senador Gilberto Miranda circulou um expediente dirigido à Presidência desta Comissão, que até eu subscrevi, no qual S. Ex^a pedia que só fosse votado o projeto aqui depois de se ouvirem todas as autoridades interessadas no assunto, como nós fizemos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Nem os Ministros e nem os Secretários Executivos da Fazenda, da Indústria e Comércio, do Trabalho e da Justiça, por ocasião do debate que houve lá, se mostraram convencidos de que essa legalização pudesse trazer algum benefício para o País, fosse do ponto de vista do trabalho, fosse do ponto de vista da economia, fosse do ponto de vista da segurança ou do ponto de vista da tributação. V. Ex^a deseja falar, Senador José Eduardo Dutra?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Senador Lúcio Alcântara, pedi um aparte, porque foi dito aqui pelo Senador Gilberto Miranda que houve um acordo no sentido de não haver pedido de vista. Eu estava nessa reunião e quero lembrar que esse acordo tinha outros termos. O Senador Elcio Alvares, Líder do Governo, que também estava presente, disse que esse era um assunto polêmico, que exigia audiências públicas, e ficou acertado que teria uma primeira reunião de discussão, que foi a única que aconteceu até o momento, e foi nesse sentido que foi acordado que não haveria pedido de vista; não só naquela reunião, mas também nas audiências públicas citadas pelo Senador Elcio Alvares.

Assinei também esse requerimento que foi apresentado pelo Senador Gilberto Miranda, e fiz a ressalva de que não concordava com os termos, porque diziam o seguinte: requeremos que não seja votada a matéria sem que antes sejam ouvidas auto-

ridades, Secretários da Fazenda, especialmente o Sr. Ciro Batelli. Eu disse que não concordava com um requerimento que desse tratamento destacado a quem quer que fosse. Mas assinei o requerimento. Escrevi: ressalvados os termos – porque entendia que essa matéria deveria ser votada depois que se fizessem essas audiências públicas.

Portanto, eu, particularmente, sinto-me desobrigado a cumprir esse acordo de não pedir vista, porque o mesmo pressupunha essas audiências. Espanta-me que a matéria seja incluída na pauta da forma como foi, extrapauta, e em função de que esse acordo foi, volto a dizer, com base nessas audiências públicas e no sentido de votar a matéria a partir do momento em que haja esse debate.

A Comissão de Assuntos Econômicos é a encarregada de debater o mérito da matéria, já que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em tese, deveria debater apenas a sua juridicidade e constitucionalidade. Volto a dizer que na Comissão de Justiça houve, pelo menos, uma ou duas audiências públicas, se não me engano.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Lúcio Alcântara?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Então, nesse sentido, entendo que, embora seja verdade que tenha havido um acordo no sentido de não pedir vista, esse acordo não estava embasado meramente em não pedir vista, mas em relação a um procedimento que havia sido acordado antes da votação dessa matéria. Na medida em que esse procedimento não está sendo cumprido, sinto-me desobrigado de cumprir o acordo para não pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – E vez de conceder vista do projeto, seria melhor cumprirmos o acordo, se é nos termos colocados pelo Senador José Eduardo Dutra, fazermos as audiências públicas e, em seguida, trazermos à discussão final o projeto. Encontrei o projeto em pauta e vou dar prosseguimento, mas não da forma que fez.

Continua a palavra com o Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Vou conceder o aparte ao Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, não é verdade como estão sendo colocados os fatos. Desafio o Senador José Eduardo Dutra a ler as notas taquigráficas. Só as notas taquigráficas poderão falar.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Não é questão de desafio, Senador. Então desafio que V. Ex^a apresente o requerimento.

O SR. GILBERTO MIRANDA – A secretaria da Mesa que traga as notas taquigráficas.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Desafio que V. Ex^a apresente o requerimento que V. Ex^a pediu para eu assinar, se é questão de desafio.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Senador José Eduardo Dutra, estou com a palavra. Eu esperei V. Ex^a falar.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, concedi o aparte e peço que o Senador Gilberto Miranda...

O SR. GILBERTO MIRANDA – Estou com o aparte, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador Pedro Simon, peço a V. Ex^a ...

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, as notas taquigráficas são bem claras. Depois de ampla negociação com o nobre Senador Elcio Alvares, com todos os Srs. Senadores presentes, a votação ficou marcada – e a Presidência era do Senador José Serra – aproximadamente para o dia 16 de março. Demos um prazo de 15 dias, com acordo, para que todos aqueles que quisessem apresentar um substitutivo, o voto em separado que o fizessem.

Realmente, fiz um requerimento e pedi para convidar algumas pessoas para virem a esta Comissão. Alguns Srs. Senadores ponderaram que eu não deveria fazer isso, depois das assinaturas de todos os Srs. Senadores, inclusive com a ressalva do Senador José Eduardo Dutra pelo seguinte: os Senadores Lúcio Alcântara, Jefferson Péres, José Eduardo Dutra, Edison Lobão, Romero Jucá, Bezerra e todos os Srs. Senadores, Eperidião Amin, Pedro Simon, freqüentam, participam, como membros, como suplentes, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, participaram de toda discussão, como também de todo o debate com os Ministros que ali estiveram.

Então, o Senador Edison Lobão ponderou-me que todos os integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos, a maioria participou, debateu, apresentou emendas; o projeto foi votado, foi a plenário e voltou para esta Comissão.

Agora, se o Sr. Senador José Eduardo Dutra quiser pedir vista é um problema particular dele, apesar de ter sido feito o acordo, e as notas taquigráficas são claras. Não posso fazer nada, já que é um direito que S. Ex^a tem, porque eu confiei na pala-

vra, no acordo que foi feito na Comissão. Se alguém quiser quebrar é um problema pessoal.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – O Senador Esperidião Amin pediu a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Continua com a palavra e, em seguida, será V. Ex^a.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O Senador José Eduardo Dutra não foi citado desairosamente mas apenas foi formulado um comentário. Agora, se assim o desejarem, se acharem que deve ter precedência...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Para não ter que pedir a palavra por ter sido citado, embora...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Mas aí não poderia falar de V. Ex^a. Se V. Ex^a falar antes eu não posso depois falar.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Mas eu sei que V. Ex^a não vai falar de mim. Sr. Presidente, quero apenas reforçar aqui que quando se faz um acordo deve-se levar em consideração as intervenções que nortearam esse acordo. Peço que solicitem as notas taquigráficas da intervenção do Senador Elcio Alvares, que foi uma das intervenções que nortearam o acordo.

Ora, se o acordo era para votar em 15 dias, por que o Senador Gilberto Miranda estava solicitando um requerimento dos quais vários Srs. Senadores assinaram, para que houvesse audiência pública?

Se houve quebra de acordo, ela foi anterior. Assinei inclusive o requerimento e não sabia que o Senador Gilberto Miranda, como autor do mesmo, tinha mudado de idéia. Por esse motivo não me preocupei em apresentar voto em separado ou coisa do gênero, porque estava entendendo que haveriam as audiências públicas. Se agora a Comissão muda o entendimento e entende que deva votar a matéria, deve dar oportunidade aos Srs. Senadores para que peçam vista regimentalmente e que possam externar por escrito suas opiniões.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Se for pedido vista por qualquer dos Srs. Senadores ela será concedida.

Continua com a palavra o nobre Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Ouço o aparte do Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, a minha intenção não era participar desse entrevero. Penso até que o Senador Gilberto Miranda tem um humor tradicionalmente bom, sempre cordial, principalmente com o Senador José

Eduardo Dutra. S. Ex^a deve ter sido contrariado nas últimas 20 horas.

Em segundo lugar, quero fazer um comentário: achei muito sugestivo o tamanho do bico do tucano que está no folder da Comissão do Comitê Nacional Pró-Legalização dos Cassinos no Brasil, fundado em 1980, por Ciro Batelli. Como é de 1980, estou desconfiado de que o PSDB ainda terá que pagar direitos autorais por usar o símbolo dessa ave que andou pelo Oriente Médio e ficou com um nariz maior ainda, nariz de turco. Acredito que deve ter havido alguma inspiração própria para o símbolo do PSDB.

Tenho uma pergunta objetiva a fazer e vou, pela primeira vez, homenagear, sem entrar no mérito da questão, um deputado catarinense, o Deputado Dércio Knop. S. Ex^a me mostrou recentemente um estudo comparativo entre o projeto dele e o que está aí e, entre as discrepâncias que existem, há uma que não entendi. Em nenhum projeto apresentado, falava-se em cassino e, sim, em hotéis-cassino.

Gostaria de tirar uma única dúvida com V. Ex^a e com os Relatores, inclusive com o Senador Edison Lobão. Não estou questionando os cassinos, mas por que os cassinos passaram a integrar o projeto junto com os hotéis-cassino, que faziam parte da proposta do Deputado Dércio Knop, voltada à questão do turismo. Como relacionava hotel-cassino com turismo? Sem considerarmos o mérito, até faz sentido: hotel de cinco estrelas, seis estrelas. Agora, por que consta cassino, que é diferente de hotel-cassino? Hoje, pelo projeto de lei, há cassino e hotel-cassino, e essa é a dúvida que gostaria de tirar objetivamente.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Essa dúvida V. Ex^a só poderá tirar com o autor do projeto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Mas V. Ex^a foi Relator e estudou isso profundamente. Eu não conheço o assunto. Qual foi a argumentação para entrar, além de hotel-cassino, o cassino?

O SR. PEDRO SIMON – A argumentação é fácil, se me permitirem. Em primeiro lugar, vamos à origem, que é um projeto do Deputado José Fortunatti sobre a legalização do jogo do bicho. Agora, com relação ao projeto ora discutido, o cassino foi liberado praticamente nos lugares onde não haja outra fonte de renda. Então, não é preciso mais hotel, podendo haver somente o cassino; pode ser uma cidade ou uma praia, e não há mais a necessidade de ser um hotel-cassino.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Fiquei impressionado com a defesa do Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Quero argumentar que sou contrário à legalização dos cassinos, e liberaram totalmente. Da maneira como está o projeto, vai haver a corrida do jogo de cassino como há a corrida da indústria automobilística, mencionada por V. Ex^{as}. É o que vai acontecer, e haverá incentivos fiscais para quem construir cassinos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Quero ouvir o Senador Vilson Kleinübing para concluir a minha intervenção.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Queria fazer um comentário...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador José Eduardo Dutra, V. Ex^a pediu vista do projeto?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Quero ler as notas taquigráficas.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – V. Ex^a pediu vista do projeto ou das notas taquigráficas?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Ainda não pedi vista.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Então, se S. Ex^a não pediu vista, o Senador Lúcio Alcântara tem a palavra para concluir.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Concedi um aparte ao Senador Vilson Kleinübing e quero concluir.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Depois, V. Ex^a pode conceder um aparte ao Senador José Eduardo Dutra, que poderá ler as notas taquigráficas.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, queria aproveitar o aparte que o Senador Lúcio Alcântara me concedeu para fazer um comentário. O jogo vai ser um serviço concedido. As nossas agências de fiscalização e de controle ainda são incipientes. Vejam o que está acontecendo na área de energia elétrica, de gasolina, com os bingos, hoje com a evasão de divisa, etc...

Há um bingo numa cidade em Santa Catarina que está cheio de máquinas eletrônicas – não se trata de pôquer, mas de jogo de bingo, jogo da velha, essas coisas –, mas não vejo fiscalização.

No momento, que instrumentos tem o poder público brasileiro para controlar esse tipo de concessão? Mais uma vez, estamos nos preocupando em oferecer uma concessão sem saber se o Estado está aparelhado ou não para concedê-la, fiscalizá-la e controlá-la, a exemplo do que estamos fazendo com as telecomunicações. O nosso setor público

precisa um pouco mais de experiência para preparar-se em relação aos bingos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, os meus argumentos já foram suficientemente explicitados, razão por que sustento esse parecer contrário. E as ponderações aqui trazidas pelos Senadores Vilson Kleinübing e Pedro Simon só reforçam o nosso ponto de vista.

Não posso entender por que – o Senador Pedro Simon tem uma explicação – desmembrar cassino e hotel-cassino. Certamente, o cassino num hotel seria um complexo turístico e se constituiria em um investimento muito maior, além disso ele teria uma série de características a mais do que um cassino.

Vai haver disputa. O projeto diz que, até instituir-se a agência, só haverá um cassino por Estado. Depois, o que vai acontecer é uma disputa: caso não seja concedido incentivo, não haverá cassino em tal lugar, e assim por diante.

Por isso, o meu parecer é contrário. Aguardo a decisão sobre haver ou não votação para poder retirar-me.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. ODACIR SOARES – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Odacir Soares para uma questão de ordem.

O SR. ODACIR SOARES – Sr. Presidente, estou entendendo que essa matéria está sendo submetida à votação, estando, portanto, incluída na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – A matéria está em discussão, fazendo parte de pauta extraordinária.

O SR. ODACIR SOARES – Ela está incluída na Ordem do Dia da reunião. Está em processo de votação.

Considerando isso, e com os parcos conhecimentos que tenho de Regimento, parece-me que só cabe uma coisa nesta reunião: é exatamente o Senador José Eduardo Dutra pedir vista do processo, e o pedido ser deferido, ou votarmos a matéria. Não vejo outra solução regimental.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – É isso que vou fazer. Não pretendo outra solução que não essa.

Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Quero formular um requerimento verbal e, depois, posso fazê-

lo por escrito. Faço-o nos mesmos termos do requerimento que havia sido apresentado pelo Senador Gilberto Miranda, que resolveu não apresentá-lo.

Antes de pedir vista, quero solicitar audiência, para instrução da matéria, com o Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo, com o Ministro da Fazenda, com o Ministro da Justiça e com outros que, porventura, venham a ser sugeridos. Quero apresentar esse requerimento.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Não cabe.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Estamos na Comissão de Assuntos Econômicos, que pode rejeitá-lo se quiser. Não vamos levantar o argumento de que o projeto já esteve na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Estou apresentando o requerimento na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Vou submeter à votação o requerimento do Senador José Eduardo Dutra.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra ao Senador Gilberto Miranda, pela ordem.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Quero lembrar que os Ministros, hoje, não são os mesmos do período em que o projeto esteve na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Gostaria de repetir a fala do Senador José Eduardo Dutra na referida reunião do acordo:

"O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, pedi vista, finda a discussão.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, quero deixar claro que não tenho intenção de pedir vista porque concordo com o parecer. Normalmente, quem o faz é porque não concorda com o parecer e quer ter o voto em separado. Não é o meu caso."

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Gostaria de ler outros trechos do acordo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Vou colocar em votação o requerimento de V. Ex^a. Depois, V. Ex^a poderá ler.

Os Srs. Senadores que estão de acordo com os termos do requerimento do Senador José Eduardo Dutra queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Vamos contar os votos.

Votação nominal. Vamos conferir. (Pausa.)

Os que votam pelo requerimento votam "sim".

(Procede-se à votação nominal.)

O SR. JÉFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, quero fazer uma declaração de voto. Vou votar contrariamente ao requerimento do Senador José Eduardo Dutra porque participei, na CCJ, da audiência pública com os Ministros, quase todos contrários. Bastaria mandarmos buscar a Ata da reunião ou as notas taquigráficas para sabermos a opinião dos Srs. Ministros, porque penso que, mesmo com a troca de titulares, a posição de S. Ex^{as} não muda.

(Continua a votação nominal.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, antes de enunciar o meu voto, que é "sim", quero fazer uma ponderação. O Senado não pode ser repetitivo. O Senador Jefferson Péres nos alertou para uma questão muito séria. Fui eu quem requeri a presença dos Ministros da Fazenda e da Justiça, e eles estiveram lá. Houve até um incidente entre o Ministro Pedro Malan e o Senador Bernardo Cabral. Não podemos chamá-los de novo para vir aqui, apenas para exercitar o nosso poder.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Assim mesmo V. Ex^a vota "sim"?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Quero fazer uma ponderação. Vou votar "sim", porque participei da reunião, mas nem todos aqui participaram. O Senado não pode, entretanto, ser repetitivo.

Portanto, requeiro sejam distribuídas a todos os membros da Comissão, caso aprovado o requerimento, as notas taquigráficas da estada dos Ministros na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Um detalhe: o único Ministro que surpreendeu foi o da Indústria, do Comércio e do Turismo, que se manifestou contrariamente à matéria, e não foi o Ministro Francisco Dornelles, mas o Secretário-Executivo da época.

Quero chamar a atenção para o depoimento do Ministro Pedro Malan. S. Ex^a dizia que a grande carência que havia para fiscalizar hotéis-cassino e cassinos seria a lei do colarinho branco, que já foi aprovada. Não podemos fazer a mesma pergunta para S. Ex^a de novo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – V. Ex^a vota "sim"?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Voto "sim", com ressalva para que sejam distribuídas as notas taquigráficas referentes à estada dos quatro Ministros na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Correto.

(Continua a votação.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Votaram SIM 6 Srs. Senadores; votaram NÃO 10 Srs. Senadores.

Foi rejeitado o requerimento.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, muito pior do que as mentiras são as meias verdades.

Quero ler aqui trecho do que foi discutido a respeito do acordo na reunião anterior, no qual se insere a minha intervenção, que foi lida pelo Senador Gilberto Miranda:

"**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Se vamos iniciar o processo de discussão hoje e se ele terá continuidade na próxima oportunidade, serão permitidos os pedidos de vista na reunião?

Gostaria de saber se é esse o acordo.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – É verdade. Qualquer Senador poderia pedir vista.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Quero saber exatamente como esse acordo contempla o momento do pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Haveria a faculdade, naturalmente, de se pedir vista.

O SR. ELCIO ALVARES – Parece-me que, para haver esse entendimento, é preciso que todos estejam de acordo em não pedir vista. Pronunciado o parecer do Senador Lúcio Alcântara, se alguém pedir vista, encerra-se a discussão.

Quero dizer que esse acordo, como está dito aqui na Ordem do Dia, refere-se ao procedimento daquela reunião, porque a intenção era iniciar a discussão, mas se alguém pedisse vista a discussão seria encerrada naquele momento."

Prosseguirei com a leitura do trecho da discussão ocorrida na reunião anterior:

"**O SR. PRESIDENTE** (José Serra) – Pergunto aos Srs. Senadores se estariam de acordo.

O SR. ELCIO ALVARES – Trata-se de um acordo de cavalheiros, porque de acordo com o preceito regimental, se alguém pedir vista após a leitura

do relatório, estará encerrada qualquer tipo de discussão.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – O Senador José Eduardo Dutra deseja ver esclarecido se, tendo hoje iniciado a discussão e não tendo ninguém pedido vista, na próxima reunião, continuará a discussão da matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Não. Será marcada a votação; se alguém pediu vista, ela será concedida.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – O mais correto é que se encerre a discussão, porque haverá pedido de vista hoje ou não.

O SR. ELCIO ALVARES – Essa matéria é muito momentosa e ocupa muitos espaços na mídia. Seria correto, dentro do contexto e respeitando a posição do Sr. Presidente, que depois da leitura fosse pedida vista para que pudéssemos examinar o parecer do Relator, porque não é seguro discutirmos um parecer do qual estamos tomando conhecimento no momento da reunião. Estou ponderando dentro da visão do debate.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Senador Elcio Alvares, esta Presidência interpretou dessa maneira, já que, apresentado o relatório e havendo pedido de vista, não há discussão. Não se pode trocar e conhecer o ponto de vista.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, pedi vista ao fim da discussão.

Agora vem a minha intervenção que foi lida:

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, quero deixar claro que não tenho intenção de pedir vista, porque concordo com o parecer. Normalmente quem o faz é porque não concorda com o parecer e quer ter um voto em separado."

Não é o meu caso.

Só que, a partir daquela reunião, temos agora um voto em separado do Senador Gilberto Miranda. Assim, não está apenas em discussão o parecer do Senador Lúcio Alcântara. Naquele momento, como só havia o parecer do Senador Lúcio Alcântara – e eu concordo com ele –, proferi essa expressão.

Mas continuemos para ver qual foi o acordo:

"**O SR. ELCIO ALVARES** – Existem, todavia, votos que não concordam e poderiam pedir vista. Estou preocupado apenas porque a posição do Presidente é mais difícil e essa matéria tem de ser debatida. Mas se houver um acordo de que a vista somente será pedida ao término do final da discussão,

não há problema. Estamos cumprindo o Regimento e nada nos impede.

O SR. PRESIDENTE (José Serra) – Pergunto aos Srs. Membros da Comissão se há esse acordo.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Também entendo que se alguém pedir vista e devolver com voto em separado, a discussão não estará encerrada, podendo ter seqüência, inclusive iniciar-se a partir daí.

O SR. ELCIO ALVARES – Quero somente ponderar que, se admitido o ponto de vista contrário ao Relator, cuja tendência já verifiquei ser contrária ao projeto, teríamos o voto do Relator, que, se fosse vencedor, seria do vencido. Iríamos crescer a discussão, evidentemente. O que vamos combinar, se todos estiverem de acordo, é – se o Presidente conceder o beneplácito final e discutirmos – se, ao final, haverá o direito de se pedir vista para retomar sem encerrar a discussão."

Esse foi o acordo feito naquela reunião, que, portanto, garantia a discussão naquele momento, garantia continuar a discussão hoje se fosse o caso, e garantia o pedido de vista, na medida em que não há, até o momento, nenhum pedido de vista.

Quero registrar, portanto, que se pedir vista não estarei desrespeitando nenhum acordo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – V. Ex^a está pedindo vista do projeto?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, se algum Senador quiser intervir no mérito da matéria, coerente com aquilo que foi acertado, vou pedir vista ao final desta discussão. Se não houver nenhum inscrito, eu peço vista antecipadamente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Não há ninguém inscrito, nobre Senador.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Então eu peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedida a vista.

O SR. PEDRO SIMON – Um momento, Sr. Presidente, não devemos encerrar a discussão.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. EDUARDO SUPICY – Sr. Presidente, V. Ex^a disse que leria o requerimento antes do encerramento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Há o compromisso de submeter à votação o requerimento do Senador Eduardo Supicy.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, antes disso gostaria de apresentar uma questão de ordem.

O Item 2 da pauta trata do financiamento para a Petrobrás, para o Gasoduto Brasil-Bolívia.

O Senador Gilberto Miranda tinha requerido vista para solicitar uma informação. Eu já a prestei ao Senador e se S. Ex^a se manifestar poderá confirmar minhas palavras. O Senador Gilberto Miranda concorda em devolver o processo para que ele seja votado hoje, já que se trata de um financiamento importante para o País e a obra está em andamento. Se o Senador Gilberto Miranda não tiver nenhum óbice, eu gostaria de apelar para os colegas no sentido de que pudéssemos votar ainda hoje a matéria.

O SR. ODACIR SOARES – Sr. Presidente, as matérias subseqüentes serão incluídas automaticamente na Ordem do Dia da próxima reunião? As matérias extrapauta desta reunião serão incluídas na próxima reunião?

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Serão.

O SR. ODACIR SOARES – Obrigado.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, eu gostaria de confirmar as palavras do Senador Romero Jucá. S. Ex^a realmente prestou todas as informações. Retiro o pedido de vista. Se não há quorum para votação hoje, a apreciação da matéria ficará para a próxima reunião, se V. Ex^a assim o entender.

Gostaria também de saber de V. Ex^a, Sr. Presidente, se na reunião da próxima terça-feira; ou seja, daqui a uma semana, voltaremos a examinar o projeto do qual o Senador José Eduardo Dutra pediu vista.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – São cinco dias...

O SR. VILSON KLEINÜBING – Nós só não teremos quorum se for votação nominal e houver pedido de vista. Caso contrário será possível votar.

O SR. ROMERO JUCÁ – Eu apelaria para os Srs. Senadores para que votássemos a matéria. Esse é um projeto extremamente importante para o País. É uma obra inquestionável e que está em andamento. Acho que não haveria nenhum tipo de problema quanto a isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Já que a discussão estava encerrada e está esclarecida a matéria, vou submetê-la à votação.

O SR. ODACIR SOARES – Sr. Presidente, pediria a V. Ex^a então que incluísse também a outra matéria, que também foi aprovada na extrapauta.

O SR. ROMERO JUCÁ – É o Item 2 da pauta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Estamos revendo a matéria da Petrobrás, o Item 2 da pauta. Trata-se de um financiamento US\$271 milhões.

Uma vez que já foi esclarecida a matéria e não nenhum ponto divergente em relação à matéria...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu solicitaria ao Senador Romero Jucá que desse esses esclarecimentos para todos os Srs. Senadores, porque o Senador Gilberto Miranda pediu vista a partir de uma ponderação do Senador Gerson Camata.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Correto. O Senador Romero Jucá prestará os esclarecimentos e em seguida colocaremos a matéria em votação.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, o projeto diz respeito a um financiamento de US\$271 milhões do Eximbank, Export and Import Bank of Japan para a Petrobrás...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – O esclarecimento é sobre a parte dos investimentos que se faz em território boliviano.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, o Brasil vai fazer um investimento na Bolívia e como é que a Bolívia vai ressarcir o Brasil? Como é que eu apanho um dinheiro emprestado para fazer uma obra num outro país? Como fica isso?

O SR. ROMERO JUCÁ – Esse financiamento diz respeito ao território brasileiro.

O SR. GERSON CAMATA – Não, mais da metade deles são investimentos...

O SR. ROMERO JUCÁ – O investimento global não é de US\$271 milhões. É mais...

O SR. GERSON CAMATA – Está escrito ali...

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, posso esclarecer? É um empréstimo para a Petrobrás. Ela tem investimentos no Iraque, no Oriente Médio. Ela é a proprietária em qualquer país porque tem subsidiárias lá.

O SR. ROMERO JUCÁ – Gostaria de informar...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Não fui eu que pedi esclarecimentos, foi o Senador Gerson Camata.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Ela tem empresas subsidiárias da Petrobrás nesses países onde ela opera. O equipamento é brasileiro.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – O empréstimo é para a Petrobrás. É importante dizer que houve um parecer positivo da Secretaria do Tesouro Nacional quanto à questão do extralimite da dívida e este assunto está vindo ao Senado exatamente por conta de ampliação do limite do endividamento que foi aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional e pela CHESF.

O SR. GERSON CAMATA – É bom lembrar o caso de Itaipu: O Brasil arranhou um canal do Panamá com Itaipu, que investiu lá. Agora, está arranjando outra Itaipu, a Bolívia vai...

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Não. Essa operação é completamente rentável. Isso é um projeto econômico...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador Gerson Camata, se V. Exª não está satisfeito com o esclarecimento, mantenha o pedido de vista.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler:

"Requeiro nos termos regimentais que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, em cooperação com a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, o Grupo Parlamentar Interamericano e a Rede Européia de Renda Básica, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócios Econômicos – DIEESE –, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – e o Fundo de População e Desenvolvimento das Nações Unidas promovam organização de simpósio sobre "Renda mínima, a evolução do debate à luz da experiência", a ser realizado nos dias 8 e 9 de junho de 1998, nas dependências do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados."

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, trata-se de uma iniciativa para reunir parlamentares, especialistas e pessoas dos três Continentes, inclusive com a colaboração de europeus.

O Presidente Antonio Carlos Magalhães e o Presidente Michel Temer, do Senado e da Câmara, estão dispostos a patrocinar, assim como o Presidente da Comissão de Finanças da Câmara, Deputado Germano Rigotto.

O SR. GERSON CAMATA – As despesas, em geral, serão por conta da Câmara ou do Senado?

O SR. EDUARDO SUPPLY – Serão da Câmara, do Senado e também do Fundo de População e Desenvolvimento das Nações Unidas.

O SR. GERSON CAMATA – Gostaria de saber quanto será o gasto efetuado na promoção desse simpósio?

O SR. EDUARDO SUPPLY – O Senado, repartindo com a Câmara, será responsabilizado, segundo entendimento com o Senador Antonio Carlos Magalhães, pelas despesas com hospedagem dos convidados conferencistas, sendo que será pedido ao Fundo a questão relativa às despesas de viagens, bem como, a cada Parlamento, as respectivas despesas de viagem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – O que o Senador Gerson Camata indaga é quais serão esses custos.

O SR. GERSON CAMATA – Para que se aprove, é necessário que se saiba quanto serão esses custos para o Senado.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Exato. Com respeito a viagens de parlamentares de outros países, a nossa idéia é que cada Parlamento possa cobrir as respectivas despesas.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Senador Supply, comprometo-me com V. Ex^a a votar o requerimento no início da próxima reunião, terça-feira, com os esclarecimentos que V. Ex^a deve trazer com relação aos custos desse encontro para o Senado e para a Câmara.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Perfeitamente razoável.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – V. Ex^a já havia alertado, no final da sessão passada, e alertou agora, que cerca de 150 processos estão parados nesta Comissão. A tradição desta Comissão é que, em cada reunião, não apenas se tenha a pauta, mas também que cada um de nós peça a inversão para colocar um projeto em prioridade.

Digo de público à V. Ex^a o que disse particularmente: considero importante V. Ex^a estabelecer uma pauta, a começar pelos projetos que provavelmente não têm maiores problemas, e marcarmos, em um

esforço concentrado, além dessa reunião normal de todas as terças-feiras, duas ou três reuniões em que possamos ficar o tempo necessário para limpar essa pauta.

O SR. PRESIDENTE – Pretendo fazer exatamente o que V. Ex^a sugere. Na semana passada despachei 90 projetos para serem relatados pelos Srs. Senadores, mandei distribuir todos. Hoje, elaborei uma pauta, em discussão com o pessoal técnico da Casa, na qual foram colocados os projetos que foram retirados...

O SR. PEDRO SIMON – É sempre assim, Sr. Presidente. Se V. Ex^a não for firme no sentido de ter uma pauta determinada...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Asseguro a V. Ex^a que serei. Eu apenas não estava aqui no momento, considere importante a reunião, estava chegando de viagem e pedi que alguém a conduzisse. Só que não foi feito como eu faria.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem apenas para solicitar da Mesa um esclarecimento. Gostaria de saber se é verdadeiro que há nesta Comissão um acordo...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Gostaria de saber se é verdadeiro que há, nesta Comissão, um acordo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – É verdadeiro. O projeto em relação ao banco não está distribuído para o Senador Odacir Soares.

O SR. GERSON CAMATA – Mas o parecer de S. Ex^a foi distribuído pela Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – A informação que tenho é a de que o parecer é do Senador Edison Lobão.

O SR. GERSON CAMATA – Está distribuído como sendo relatado pelo Senador Odacir Soares. Gostaria apenas de saber se realmente há o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Há o acordo, e o parecer não será dado pelo Senador Odacir Soares.

O SR. GERSON CAMATA – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra) – Está encerrada a presente reunião.

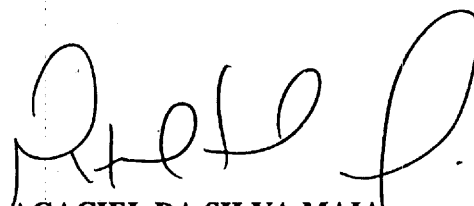
(Levanta-se a reunião às 12h50min.)

ATOS DO DIRETOR-GERAL**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 721, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003986/98-5,

RESOLVE dispensar o servidor **VALTER SIMÕES DOS SANTOS**, matrícula 3468, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, da Função Comissionada de Assistente de Comissão, Símbolo FC-04, da Subsecretaria de Comissões, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-05, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 19 de março de 1998.

Senado Federal, 22 de abril de 1998.



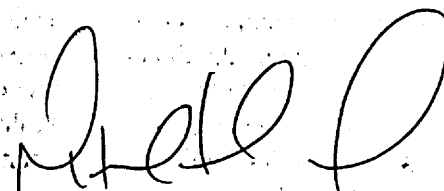
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 722, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 004862/98-8,

RESOLVE dispensar a servidora **FLÁVIA REGINA MENDES DE OLIVEIRA**, matrícula 3503, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Administração, da Função Comissionada de Assistente de Pesquisa, Símbolo FC-05, da Secretaria de Comunicação Social, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 06 de abril de 1998.

Senado Federal, 22 de abril de 1998.



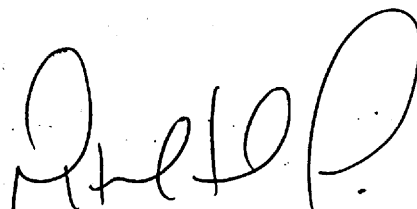
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 723, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 004861/98-1,

RESOLVE dispensar o servidor **REDINAU DÉCIO DE CARVALHO DOMINGUES**, matrícula 1975, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, da Secretaria de Comunicação Social, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente de Pesquisa, Símbolo FC-05, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 06 de abril de 1998.

Senado Federal, 22 de abril de 1998.



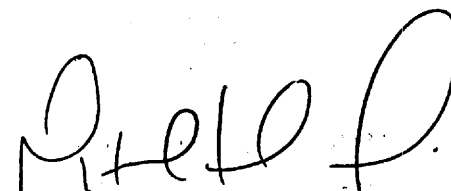
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 724, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 004494/98-9,

RESOLVE dispensar o servidor **JOSÉ DE SOUZA AMARAL**, matrícula 3069, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete da Liderança do PFL, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Adjunto de Plenário, Símbolo FC-03, da Secretaria-Geral da Mesa, com efeitos financeiros a partir de 31 de março de 1998.

Senado Federal, 22 de abril de 1998.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

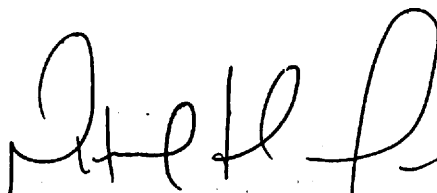
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 725, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 004999/98-3,

RESOLVE designar a servidora **LAUZIMÁ SANTOS DE ANDRADE**, matrícula 3341, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 5 - Especialidade de Enfermagem, para exercer a Função Comissionada

de Auxiliar de Atividades Médicas, Símbolo FC-03, da Secretaria de Assistência Médica e Social, com efeitos financeiros a partir de 08 de abril de 1998.

Senado Federal, 22 de abril de 1998.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 726, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 005172/98-5,

RESOLVE dispensar o servidor **POSSIDONIO APARECIDO GOMES**, matrícula 3290, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Esperidião Amin, com efeitos financeiros a partir de 14 de abril de 1998.

Senado Federal, 22 de abril de 1998.



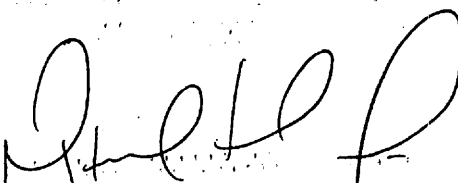
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 727 DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 005200/98-9,

RESOLVE dispensar a servidora **RACHEL ALVES**, matrícula 410, ocupante do cargo efetivo de Analista de Informática Legislativa, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete do Senador Jader Barbalho, com efeitos financeiros a partir de 14 de abril de 1998, e lotá-la no PRODASEN a partir da mesma data.

Senado Federal, 22 de abril de 1998.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 728, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 001936/98-0,

RESOLVE dispensar o servidor **ARNALDO DE OLIVEIRA CORREIA**, matrícula 3516, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte, da Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-03, do Gabinete do Senador

Leomar Quintanilha, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do mesmo órgão, com efeitos financeiros a partir de 06 de fevereiro de 1998.

Senado Federal, 22 de abril de 1998.



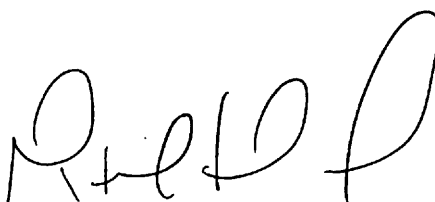
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 729, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 005179/98-0,

RESOLVE dispensar o servidor LUIZ CARLOS GRANJEIRO, matrícula 3127, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2, Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, da Secretaria-Geral da Mesa, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-07, do Serviço de Distribuição de Avulsos e Apoio ao Plenário, com efeitos financeiros a partir de 27 de março de 1998.

Senado Federal, 22 de abril de 1998.



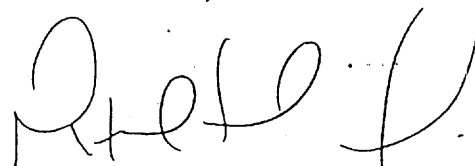
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 730, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 20631/97-9,

RESOLVE dispensar o servidor PAULO VELLOZO JACOBINA, matrícula 5115, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte, da Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-03, do Gabinete da Liderança do PDT, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete da Senadora Junia Marise, com efeitos financeiros a partir de 20 de novembro de 1997.

Senado Federal, 22 de abril de 1998.

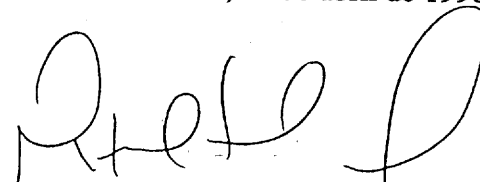

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 731, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 005182/98-0,

RESOLVE designar o servidor RUY BRANDÃO DOURADO, matrícula 4703, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte, para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-05, do Serviço de Transporte da Subsecretaria de Serviços Gerais, com efeitos financeiros a partir de 01 de abril de 1998.

Senado Federal, 22 de abril de 1998.

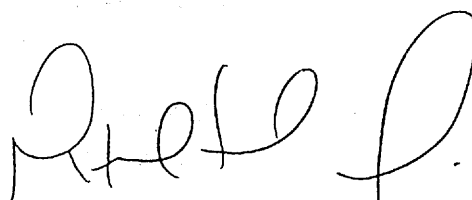

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 732, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 004940/98-9,

RESOLVE designar o servidor JOSÉ ANTONIO FLORENTINO, matrícula 3109, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional, com efeitos financeiros a partir de 07 de abril de 1998.

Senado Federal, 22 de abril de 1998.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

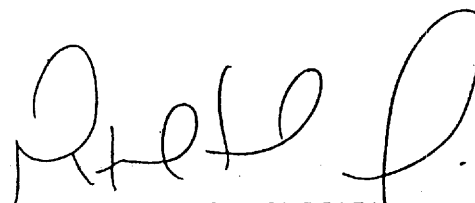
**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 733, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 004506/98-7,

RESOLVE dispensar o servidor FRANCISCO FRANCO RIBEIRO NETO, matrícula 330, ocupante do cargo efetivo de Analista de Informática Legislativa, da Função Comissionada de Assistente

Administrativo, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Engenharia, com efeitos financeiros a partir de 31 de março de 1998, e lotá-lo no PRODASEN a partir da mesma data.

Senado Federal, 22 de abril de 1998.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 734, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores MARIA DO SOCORRO DE S. BRÍGIDA PEREIRA, matrícula nº 1781-SEEP, e MAURÍCIO JOSÉ RIBEIRO, matrícula nº 2236-SEEP, como gestor titular e substituto, respectivamente, do contrato nº 018/98, celebrado entre o Senado Federal e CLÍNICA RADIOLÓGICA VILA RICA LTDA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 22 de abril de 1998.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 735, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

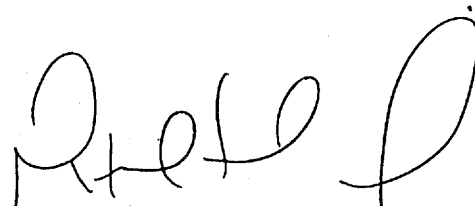
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores MARIA DO SOCORRO DE S. BRÍGIDA PEREIRA, matrícula nº 1781-SEEP, e MAURÍCIO JOSÉ RIBEIRO, matrícula nº 2236-SEEP, como gestor titular e substituto, respectivamente, do contrato nº 022/98, celebrado entre o Senado Federal e HOSPITAL NOSSA SENHORA APARECIDA DE VALPARAIZO LTDA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 22 de abril de 1998.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 736, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

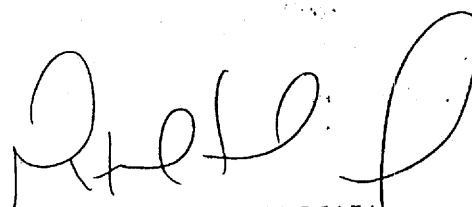
Art. 1º - São designados os servidores MARIA DO SOCORRO DE S. BRÍGIDA PEREIRA, matrícula nº 1781-SEEP, e MAURÍCIO

JOSÉ RIBEIRO, matrícula nº 2236-SEEP, como gestor titular e substituto, respectivamente, do contrato nº 016/98, celebrado entre o Senado Federal e HOSPITAL SANTA LÚCIA S/A.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 22 de abril de 1998.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 737, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

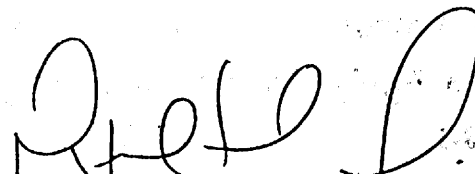
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores CLÉBER JOSÉ RIBEIRO, matrícula nº 1297-SEEP, e ALCINEY SANTOS GRANADO DA SILVA, matrícula nº 2190-SEEP, como gestor titular e substituto, respectivamente, da Cessão de Uso nº 002/96, celebrada entre o Senado Federal e a POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 22 de abril de 1998.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

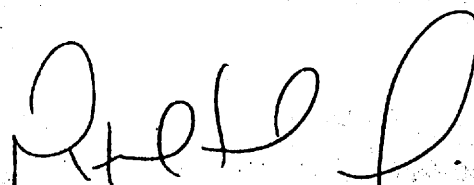
ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 738, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do processo nº 005.257/98-0,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no art. 35 combinado com o inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FELIPE BARBOSA DE ALENCASTRO**, matrícula nº 5640, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Teotônio Vilela Filho.

Senado Federal, 23 de abril de 1998.



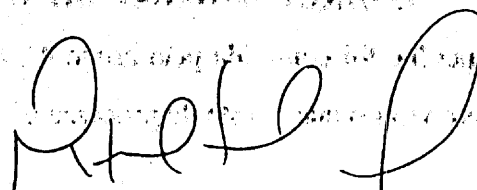
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 739, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL,
no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da
Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº
005.537/98-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no
inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ELÓI PORTELA NUNES
FILHO**, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do
Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no
Gabinete do Senador Elói Portela.

Senado Federal, 23 de abril de 1998.



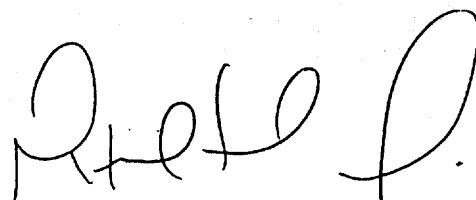
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 740, DE 1998**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL,
no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da
Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº
005.536/98-7,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **WILSON DO EGITO COELHO FILHO**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Elói Portela.

Senado Federal, 23 de abril de 1998.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Agaciel da Silva Maia', is written over the printed name.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

MESA		
<p>Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</i></p> <p>1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo - PSDB - RN</i></p> <p>2ª Vice - Presidente <i>Júnia Marise - Bloco - MG</i></p> <p>1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</i></p> <p>2º Secretário <i>Carlos Patrocínio - PFL - TO</i></p>		<p>3º Secretário <i>Flaviano Melo - PMDB - AC</i></p> <p>4º Secretário <i>Lucídio Portella - PPB - PI</i></p> <p>Suplentes de Secretário <i>1ª Emilia Fernandes - Bloco - RS</i> <i>2º Lúdio Coelho - PSDB - MS</i> <i>3º Joel de Hollanda - PFL - PE</i> <i>4º Marluce Pinto - PMDB - RR</i></p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor(1) <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i> Corregedores Substitutos(1) <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Joel de Hollanda - PFL - PE</i> <i>Lúcio Alcântara - PSDB - CE</i></p>		<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores(2) <i>Nabor Júnior - PMDB - AC</i> <i>Waldeck Ornelas - PFL - BA (3)</i> <i>Emília Fernandes - Bloco - RS</i> <i>José Ignácio Ferreira - PSDB - ES</i> <i>Lauro Campos - Bloco - DF</i></p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>Elcio Alvares - PFL - ES</i></p> <p>Vice-Líderes <i>José Roberto Arruda - PSDB - DF</i> <i>Vilson Kleinübing - PFL - SC</i> <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i></p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder <i>Hugo Napoleão</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Gilberto Miranda</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Júlio Campos</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder <i>Jader Barbalho</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Nabor Júnior</i> <i>Gerson Camata</i> <i>Carlos Bezerra</i> <i>Ney Suassuna</i> <i>Fernando Bezerra</i> <i>Gilvam Borges</i></p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO</p> <p>Líder <i>Eduardo Suplicy</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>Antonio Carlos Valadares</i> <i>Roberto Freire</i> <i>José Eduardo Dutra</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder <i>Sergio Machado</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Jefferson Péres</i> <i>José Ignácio Ferreira</i> <i>Coutinho Jorge</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder <i>Epitacio Cafeteira</i> Vice-Líderes <i>Leomar Quintanilha</i> <i>Esperidião Amin</i></p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder <i>Odacir Soares</i></p>

Atualizada em 13-04-98

(1) Reeleitos em 02-04-97.

(2) Designação: 16 e 23-11-95.

(3) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 07.04.98.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente : Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL-SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PFL

1. Elcio Alvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas (1)
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinobing
4. José Bianco

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. (Vago)
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres'
2. José Ignácio Ferreira

PPB (Ex- PPR + Ex-PP)

1. Eptacio Cafeteira
2. Osmar Dias

1. Lucídio Portella

PTB

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

(Atualizado em 13.04.98)

(1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

**SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)
ELIZABETH GIL BARBOSA VIANA (Ramal: 4792)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CAE	- DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605) - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS	- RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608) - VERA LÚCIA BATISTA SILVA (Ramal: 7285)
CCJ	- VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)
CRE	- MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)

COMISSÕES PERMANENTES

(ARTº 72 - RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: VAGO (1)

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-ROMERO JUCA	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/62
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
VAGO (2)		5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/72	6-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VAGO (3)		8 JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65

PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JOSÉ SAAD	GO-3149/50	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04

PSDB			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
VAGO (1)		4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE- 2281/85

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB	SE-2201/02
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229

PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

PTB		
ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-VAGO

(1) Em virtude da posse do Senador José Serra como Ministro de Estado da Saúde, em 31.03.98.

(2) Em virtude da posse do Senador Freitas Neto como Ministro de Estado Extraordinário da Reforma Institucional, em 7.04.98.

(3) Em virtude da posse do Senador Waldeck Ornelas como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)

SALA Nº 19-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

FAX: 311-4344

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3ª feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 15/04/98.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
(29 TITULARES E 29 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-EDISON LOBÃO	MA-2311/15
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/35
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	5-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	7-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	8-VAGO	
VAGO (2)		9-VAGO	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- JOSÉ SAAD	GO-3149/50
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/4078	3- PEDRO SIMON	RS- 3230/31
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
IRIS REZENDE	GO-2032/33	8-VAGO	
PSDB			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
PPB			
ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-VAGO	

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Em virtude da posse do Senador Freitas Neto como Ministro de Estado Extraordinário da Reforma Institucional, em 7.04.98.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) **SALA Nº 09-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359**
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515 **FAX: 311-3652**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 4ªs feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 16/04/98

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

PFL

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	2-EDISON LOBÃO	MA-2311/15
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-VAGO (2)	

PMDB

JADER BARBALHO	PA-3051/53	1-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-GILVAM BORGES	AP-2151/52
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62	6-VAGO	

PSDB

JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SERGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-OSMAR DIAS	PR-2124/25
BENI VERAS	CE-3242/43	4-VAGO (1)	

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87

PPB

ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA- 4073/74	2- LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74

PTB

ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-VAGO	
---------------	--------------	--------	--

(1) Em virtude da posse do Senador José Serra como Ministro de Estado da Saúde, em 31.03.98.

(2) Em virtude da posse do Senador Freitas Neto como Ministro de Estado Extraordinário da Reforma Institucional, em 7.04.98.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS
SECRETÁRIO: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311-4315

Atualizada em: 16/04/98

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
VICE-PRESIDENTE: JOEL DE HOLLANDA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
JULIO CAMPOS	MT-4064/65	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-2085/87	2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4- FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
ROMEU TUMA	SP-2050/57	7-VAGO (3)	
EDISON LOBÃO	MA-2311/46	8-VAGO	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-JOSÉ SAAD	GO-3149/50
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	5-DJÁLMA FALCÃO	AL-2261/62
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68	6-IRIS REZENDE	GO-2032/33
VAGO		7-VAGO	
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SERGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-VAGO (2)	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2242/44
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-VAGO	

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Em virtude da posse do Senador José Serra como Ministro de Estado da Saúde, em 31.03.98.

(3) Em virtude da posse do Senador Waldeck Ornelas como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) **SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276**
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604 **FAX: 311-3121**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
 Horário regimental: 5ªs feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 16/04/98

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146	6- JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
PMDB			
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
PEDRO SIMON	RS-3230/31	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JADER BARBALHO	PA-3051/53	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
VAGO (1)		5-IRIS REZENDE	GO-2032/33
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82
PPB			
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
PTB			
VAGO		1-ODACIR SOARES	RO-3218/19

(1) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) **SALA Nº 07-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**
SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367**
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496 **FAX: 311-3546**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
Horário regimental: 5ªs feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 16/04/98

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**PRESIDENTE: VAGO****VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO****(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)**

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	4- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	5-ROMEU TUMA	SP-2051/57
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479	6-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
VAGO (3)		7- VAGO (4)	
PMDB			
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
IRIS REZENDE	GO-2032/33	4-JOSÉ SARNEY	AP-2351/52
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	5- VAGO	
VAGO (5)		6- VAGO	
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
VAGO (2)		4- VAGO (1)	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	SP-3212/15
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPPLY (PT)	DF-2341/47
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3- LAURO CAMPOS (PT)	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA- 4073/74
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-VAGO	

(1) Falta indicação da liderança conforme nova proporcionalidade da atual sessão legislativa.

(2) Em virtude da posse do Senador José Serra como Ministro de Estado da Saúde, em 31.03.98.

(3) Em virtude da posse do Senador Freitas Neto como Ministro de Estado Extraordinário da Reforma Institucional, em 7.04.98.

(4) Em virtude da posse do Senador Waldeck Ornelas como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

(5) Em virtude da posse do Senador Renan Calheiros como Ministro de Estado da Justiça, em 7.04.98.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*)**SECRETÁRIO: CELSO PARENTE****TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/4607****SALA Nº 13-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA****TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3292 (FAX)****FAX: 311-3286**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3ªs feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 16/04/98

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(Resolução nº 46, de 1993)

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA**VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON****(17 TITULARES E 09 SUPLENTEs)**

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	3-VAGO (3)	
JOÃO ROCHA	TO-4070/71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		
PMDB			
JOSÉ SAAD	GO-3149/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62		
VAGO (4)			
VAGO			
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
VAGO (2)			
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3215/16	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			
PPB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/55
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219		

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Em virtude da posse do Senador José Serra como Ministro de Estado da Saúde, em 31.03.98.

(3) Em virtude da posse do Senador Waldeck Ornelas como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

(4) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 17:00 HS (*) SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO**SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254****TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Atualizada em: 16/04/98

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
(*) SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES FECHADAS DE
PREVIDÊNCIA PRIVADA (FUNDOS DE PENSÃO), QUE TENHAM COMO PATROCINADOR A
UNIÃO E O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL
PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ ALVES
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(07 TITULARES E 04 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	1-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- VAGO (2)	
PMDB			
VAGO (3)		JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
VAGO			
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLYCY - PT	SP-3215/16		
VAGO			
PPB + PTB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	ERNANDES AMORIM	RO-2051/55

(1) Desfilou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Em virtude da posse do Senador Waldeck Ornelas como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98.

(3) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98

REUNIÕES:

SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO

SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

ANDAMENTO

EM 10.9.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR GILBERTO MIRANDA

Atualizada em: 14/04/98

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

PRESIDENTE: Senador NEY SUASSUNA (PMDB/PB)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado ARNALDO MADEIRA (PSDB-SP)

2º VICE-PRESIDENTE: Senador JEFFERSON PÉRES (PSDB/AM)

3º VICE-PRESIDENTE: Deputado JOÃO FASSARELLA (BLOCO -
PT/PDT/PC do B/MG)

DEPUTADOS

TITULARES			SUPLENTE		
PFL					
ADAUTO PEREIRA	PB	5221	BENEDITO DE LIRA	AL	5215
ALEXANDRE CERANTO	PR	5472	VALDOMIRO MEGER	PR	5842
ARACELY DE PAULA	MG	5201	LAURA CARNEIRO	RJ	5516
BETINHO ROSADO	RN	5558	ROBERTO PESSOA	CE	5607
EULER RIBEIRO	AM	5544			
ROBSON TUMA	SP	5834			
JOSÉ ROCHA	BA	5908			
JÚLIO CÉSAR	PI	5654			
PAULO LIMA	SP	5507			
OSVALDO COELHO	PE	5444			
PAULO GOUVÊA	SC	5918			
LUIZ BRAGA	BA	5913			
SARNEY FILHO	MA	5202			

BLOCO PMDB/ PSD/PSL/PRONA					
ALBÉRICO FILHO	MA	5554	HÉLIO ROSAS	SP	5478
CLEONÂNCIO FONSECA	SE	5824	JOSÉ CHAVES	PE	5436
ARMANDO ABÍLIO	PB	5805	SANDRO MABEL	GO	5803
BARBOSA NETO	GO	5566	SÍLVIO PESSOA	PE	5425
GENÉSIO BERNARDINO	MG	5571			
LÍDIA QUINAN	GO	5223			
NEUTO DE CONTO	SC	5209			
ODACIR KLEIN	RS	5228			
OSCAR GOLDONI	MS	5446			
PEDRO NOVAIS	MA	5813			
SILAS BRASILEIRO	MG	5932			
UDSON BANDEIRA	TO	5466			
JOSÉ PRIANTE	PA	5748			

PSDB					
ARNALDO MADEIRA	SP	5473	B. SÁ	PI	5643
BASÍLIO VILLANI	PR	5634	EMERSON OLAVO PIRES	RO	5318
CECI CUNHA	AL	5727	OLÁVIO ROCHA	PA	5431
CIPRIANO CORREIA	RN	5839	YEDA CRUSIUS	RS	5956
DANILO DE CASTRO	MG	5862			
FLÁVIO PALMIER DA VEIGA	RJ	5246			
JOÃO LEÃO	BA	5320			
LEÔNIDAS CRISTINO	CE	5535			
MARCUS VICENTE	ES	5362			
PEDRO HENRY	MT	5829			
PIMENTEL GOMES	CE	5231			
ROBERTO ROCHA	MA	5529			

TITULARES**SUPLENTES****BLOCO PT/PDT/PC do B**

ARLINDO CHINAGLIA	SP	5706	EURÍPEDES MIRANDA	RO	5252
CHICO VIGILANTE	DF	5827	INÁCIO ARRUDA	CE	5528
FERNANDO RIBAS CARLI	PR	5948	MARIA LAURA	DF	5475
GIOVANNI QUEIROZ	PA	5534	RENAN KURTZ	RS	5810
JOÃO COSER	ES	5514			
JOÃO FASSARELLA	MG	5283			
PAULO BERNARDO	PR	5379			
PAULO ROCHA	PB	5483			
SERAFIM VENZON	SC	5711			
SÉRGIO MIRANDA	MG	5462			

PPB

CLEONÂNCIO FONSECA	SE	5824	CARLOS AIRTON	AC	5745
FELIPE MENDES	PI	5840	SILVERNANI SANTOS	RO	5825
JOSÉ JANENE	PR	5808	VAGO		
LUÍS BARBOSA	RR	5340			
MÁRCIO REINALDO MOREIRA	MG	5819			
OSVALDO REIS	TO	5835			
ROBERTO BALESTRA	GO	5262			
FERNANDO RIBAS CARLI	PR	5948			
AUGUSTO NARDES	RS	5530			
VAGO					

PTB

PHILEMON RODRIGUES	MG	5226	JOSÉ BORBA	PR	5816
ISRAEL PINHEIRO	MG	5373			
RODRIGUES PALMA	MT	5528			

PSB

GONZAGA PATRIOTA	PE	5430	FERNANDO LYRA	PE	5901
------------------	----	------	---------------	----	------

PL

PEDRO CANEDO	GO	5611			
--------------	----	------	--	--	--

SENADORES

TITULARES

SUPLENTE

PFL

CARLOS PATROCÍNIO	TO	4068	ROMEU TUMA	SP	2051
JONAS PINHEIRO	MT	2271	JOSÉ ALVES	SC	4055
JOSÉ BIANCO	RO	2231			
JÚLIO CAMPOS	MT	4064			
ROMERO JUCÁ	RR	2111			
EDISON LOBÃO	MA	2311			

PMDB

CARLOS BEZERRA	MT	2291	FERNANDO BEZERRA	RN	2461
FLAVIANO MELO	AC	3493	CASILDO MALDANER	SC	2141
JÁDER BARBALHO	PB	2441			
MARLUCE PINTO	RR	1101			
NEY SUASSUNA	PB	4345			
JOSÉ SAAD	GO	3149			

PSDB

COUTINHO JORGE	PA	3050	LÚDIO COELHO	MS	2381
JEFFERSON PÉRES	AM	2061			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES	2021			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301			

BLOCO PT/PDT/PSB/PPS

ANTONIO CARLOS VALADARES	SE	2201	ADEMIR ANDRADE	PA	2101
EDUARDO SUPPLY	SP	3213			
SEBASTIÃO ROCHA	AP	2241			

PPB

ERNANDES AMORIM	RO	2251	LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071
-----------------	----	------	--------------------	----	------

PTB

ODACIR SOARES	RO	3218/19			
---------------	----	---------	--	--	--

Atualizado em 04/03/98

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

Presidente de honra: Senador José Sarney

PRESIDENTE: SENADOR LÚDIO COELHO
VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO JÚLIO REDECKER
SECRETÁRIO-GERAL: DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: DEPUTADO GERMANO RIGOTTO
(16 TITULARES E 16 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
SENADORES	
PMDB	
JOSÉ FOGAÇA	1 - PEDRO SIMON
CASILDO MALDANER	2 - ROBERTO REQUIÃO
PFL	
VILSON KLEINUBING	1 - JOEL DE HOLLANDA
WALDECK ORNELAS (1)	2 - JÚLIO CAMPOS
PSDB	
LÚDIO COELHO	1 - JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA
PPB	
LEVY DIAS	1 - ESPERIDIÃO AMIN
PTB	
JOSÉ EDUARDO	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PSB, PDT, PPS)	
BENEDITA DA SILVA	EMÍLIA FERNANDES

TITULARES	SUPLENTES
DEPUTADOS	
PFL/PTB	
PAULO BORNHAUSEN	VALDOMIRO MEGER
JOSÉ CARLOS ALELUIA	BENITO GAMA
PMDB	
EDISON ANDRINO	CONFÚCIO MOURA
GERMANO RIGOTTO	ROBSON TUMA
PSDB	
FRANCO MONTORO	NELSON MARCHEZAN
CELSO RUSSOMANO	RENATO JONHSSON
PPB	
JÚLIO REDECKER	
PT/PDT/PC do B	
MIGUEL ROSSETTO	LUIZ MAINARDI

SECRETARIA DA COMISSÃO:

(1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7.04.98

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 3187436 3187186 318-8232 318-7433
FAX: (55) (061) 3182154
SECRETÁRIA: LOURDES MELO NUNES DE CARVALHO

Atualizada em 13/04/97.

**CONSELHO COMPOSTO
NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO
Nº 1, DE 1998-CN**

Conselho destinado a proceder à apreciação dos
trabalhos alusivos à comemoração do centenário de
morte do poeta Cruz e Sousa.
(Resolução nº 1, de 1998 - CN)

Senador Ronaldo Cunha Lima
Senador Esperidião Amin
Senador Abdias Nascimento
Deputado Paulo Gouveia
Deputado Miro Teixeira

Membro nato:
Senador Antonio Carlos Magalhães
Presidente do Senado Federal



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70.165-900. Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admas.senado.gov.br

Publicações

Agenda 21 (R\$ 10,00). Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1992.

A Vida do Barão do Rio Branco (R\$ 20,00) – Luís Viana Filho. Obra social, política e diplomática de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Dados Biográficos dos Presidentes do Senado Federal (R\$ 2,00). Principais fatos da vida administrativa, trabalhos publicados, condecorações, missões no exterior.

Legislação Eleitoral no Brasil (do século XVI a nossos dias) (R\$ 60,00) – Nelson Jobim e Walter Costa Porto (orgs.). Compilação da legislação eleitoral brasileira, desde a época colonial a nossos dias.

Meio Ambiente – Legislação (R\$ 20,00). Dispositivos constitucionais, atos internacionais, Código Florestal, Código de Mineração, legislação federal e índice temático.

Coleção Memória Brasileira

– **A Constituinte perante a História (R\$ 8,00).** História do sistema constitucional brasileiro, no período de 1822 a 1862. Estudos sobre a Constituinte brasileira de 1823. Coletânea de documentos representativos dos trabalhos legislativos da época.

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

– **Teotônio Vilela (R\$ 10,00).** Biografia do Senador da República Teotônio Vilela, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos, literatura citada.

Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)

– **Volume 9 (R\$ 3,00).** “O Atributo da Soberania”, de Heber Arbuét Vignali.

– **Volume 10 (R\$ 3,00).** “A Arbitragem nos Países do Mercosul”, de Adriana Noemi Pucci.

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

CD-ROM Legislação Brasileira

1997

Quarta edição

Co-edição SDINF/SSANL/PRODASEN

- Todas as normas de hierarquia superior a decreto-executivo editadas entre o ano de 1946 e 31 de janeiro de 1997.
- Para cada norma apresentada, é fornecida a lista de normas editadas posteriormente a ela e que a alteraram.
- Os textos integrais das normas editadas a partir de 1987 passaram a estar disponíveis nesta edição.
- As demais normas são apresentadas em documentos-resumo, acompanhadas de informações suficientes para que seja localizado o documento em uma coleção de leis.
- Esta quarta edição do CD-ROM Legislação Brasileira ainda inclui o banco de dados BBD (Biblioteca Brasileira de Direito), composto do acervo de informações jurídicas descritivas (doutrina) originadas das coleções de 17 bibliotecas que participam da Rede SABI de Bibliotecas.

Valor Unitário: R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais).
Despesas Postais: R\$ 5,00 (cinco reais) para cada CD.

O pedido deverá ser acompanhado de original do recibo de depósito a crédito do FUNDASEN, Caixa Econômica Federal, Agência 0005, conta nº 950.056-8, operação 006.

**Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo,
juntamente com o original do recibo de depósito.**

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Fones:		Fax:	
Quantidade solicitada:			

Solicite nosso catálogo pelos telefones: (061) 311-3575, 311-3576 e 311-3579.
Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA
SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA
ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência 1386-2 PAB CEGRAF**, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 0452-9 Central, conta nº 55560204-4 ou recibo de depósito via FAX (061) 2245450, a favor do FUNCEGRAF.

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA DF - CEP 70165-900
CGC. 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 Seção de Remessas Postais ou (061) 311-3803 Seção de Cobrança.

Tabela em vigor a partir de 3-3-97.



EDIÇÃO DE HOJE: 88 PÁGINAS